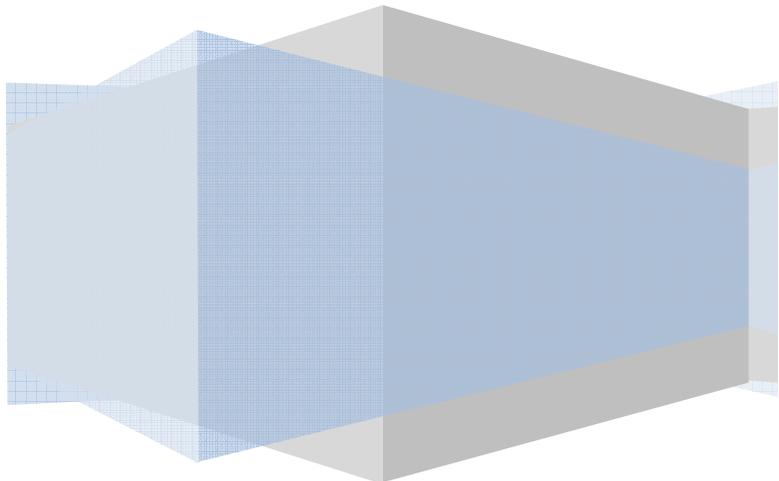




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política**

**FELIPE MATTOS MONTEIRO**

**UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA:  
ESTUDO DA DINÂMICA DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS  
MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA  
NO PERÍODO DE 1996 A 2008**





**FELIPE MATTOS MONTEIRO**

**UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA:  
ESTUDO DA DINÂMICA DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS  
MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA  
NO PERÍODO DE 1996 A 2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

**Orientador:**

Prof. Dr. Erni José Seibel

**Florianópolis – SC  
Setembro de 2009**

M775t - Monteiro, Felipe Mattos

Uma tragédia anunciada [dissertação] : estudo da Dinâmica das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1996 a 2008 / Felipe Mattos Monteiro; orientador, Erni José Seibel. - Florianópolis, SC,2009.

137 f.: grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia política. 2. Violência. 3. Indicadores sociais. 4. Homicídios. I. Seibel, Erni Jose. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316.334.3



*Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política*  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

**“UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA: ESTUDO DA DINÂMICA DAS TAXAS DE  
HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE  
1996 a 2008”.**

FELIPE MATTOS MONTEIRO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final pelo Orientador e Membros da  
Banca Examinadora, composta pelos  
Professores:

Prof.º Dr.º Erni José Seibel  
Orientador

Prof.º Dr.º Julian Borba  
Membro

Prof.º Dr.º Sergio Franca Adorno de Abreu  
Membro

Prof.ª Dr.ª Ligia Helena Hahn Lúchmann  
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), SETEMBRO DE 2009.



*Estamos divididos em enterrados e desenterrados*  
(Eduardo Galeano)



## AGRADECIMENTOS

Em mais uma etapa de completude de minha vida acadêmica, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a várias pessoas e instituições que de muitas maneiras contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, que na figura de seus funcionários e professores, foram muito importantes para a conclusão deste trabalho. Agradeço ao Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas da UFSC que me acolheu em 2005, ainda na graduação, e lá eu pude desenvolver inúmeros trabalhos que me possibilitaram dar razão ao meu trabalho de cientista social. Minha eterna gratidão ao meu orientador Prof. Erni José Seibel, que na sua figura de professor e pessoa, ensinou-me a perceber a sociedade de um ângulo muito mais humano e ético, e com sua capacidade única de ter idéias, nunca deixou a mim e meus colegas baixarem a cabeça e desistir. Meu agradecimento ao Prof. Julian Borba, membro da minha banca, e que me apoiou por igual, sempre presente, atencioso, que prontamente atendeu todas as minhas solicitações, ajudando-me e muito na conclusão deste trabalho. Aos professores Yan, Lígia, Marisol e Carlos Sell, pessoas extremamente atenciosas, a quem devo muito do meu saber, e ao Prof. Sérgio Adorno, que prontamente aceitou o convite para participar de minha banca. Do mesmo modo quero expressar meus agradecimentos a meus amigos e amigas que de forma direta ou indireta estiveram presentes em toda minha graduação e mestrado. Agradeço aos meus grandes amigos Rafael, Rodrigo, Frank, Luís Cristiano, Danilo, Gilmar e Victor, presentes em todos os momentos, seja nas horas de lazer (futebol principalmente), nos delírios sobre estatística e nas conversas sobre política. Também não posso deixar de agradecer às alegres e descontraídas Yasmin, Denise, Carol, Lucimara e Alessandra, todas ótimas amigas. Agradeço aos meus amigos de Tubarão (SC) Felipe e Israel, juntos desde a infância. A outros colegas do tempo de graduação, mas que agora não estão tão presentes, mas sei que sempre posso contar com eles: Alexandre, Eduardo, Fernanda e a Daniele, muito obrigado. Quero agradecer em especial a minha família, meu pai Tanoir, minha mãe Marcia, minha irmã Maria Tereza e ao meu sobrinho e afilhado Pedro, pessoas iluminadas que estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida. E por fim, gostaria de agradecer a minha namorada Gabriela, que tive a sorte de conhecer no início do meu mestrado e que esteve sempre

presente, auxiliando-me, aconselhando-me, participando de todas as minhas realizações, uma pessoa muito especial, atenciosa, carinhosa, a principal responsável por eu completar mais esta etapa.

## RESUMO

Objetiva-se neste trabalho, analisar a dinâmica das taxas de homicídios em Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 1996 a 2008. Em decorrência do material empírico levantado, parte-se de uma separação teórico-metodológica entre teorias macrossociais e microssociais, que buscaram explicar e interpretar os fenômenos criminais. A perspectiva macrossocial propõe-se explicar o crime relacionado a uma teoria geral da sociedade e a microssocial submeteria as interpretações aos efeitos composicionais dos indivíduos. Tendo em vista esses pressupostos, são realizados estudos de homicídios para o estado de Santa Catarina, utilizando variáveis microssociais (gênero, idade, etnia, etc.) e variáveis macrossociais (renda, desenvolvimento social, etc.). Também são construídos mapas de violência para os municípios do estado de Santa Catarina, de modo a facilitar a visualização das ocorrências. No segundo momento, analisa-se as cidades de Florianópolis e de Joinville no ano de 2008. Nessa etapa são construídos mapas de violência sobrepostos as variáveis de renda e escolaridade. O material empírico analisado refere-se aos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e as informações coletadas no jornal impresso Diário Catarinense. Conclui-se que grande parte das vítimas de homicídios são justamente, os grupos sociais estigmatizadas como os mais violentos, que comumente são esquecidos pela sociedade e que não recebem assistência dos mecanismos de segurança pública.

**Palavras chave:** Violência, Homicídios, Indicadores Sociais.



## ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the dynamics of the homicide rates in Santa Catarina in the period between 1996 and 2008. In conformity with the empirical material obtained, we part from a theoretical-methodological separation between macrosocial and microsocial theories, which tried to explain and interpret the criminal phenomena. The macrosocial perspective aims to explain crime relating it to a general theory of society, meanwhile the microsocial perspective submits the interpretations to the compositional effects of the individuals. In face of those concepts, we carry out a study of the homicides that took place in Santa Catarina, using microsocial variables (gender, age, ethnicity, etc.) and macrosocial variables (wealth, social development, etc.). We also trace a map of the violence in the cities of Santa Catarina, in order to facilitate visualizing the occurrences. Further on, we analyze the occurrences in the cities of Florianópolis and Joinville in 2008. In this part, we superimpose the variables wealth and education to the violence maps. The empirical material analyzed comprises the data from the Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) and the information collected from the printed newspaper Diário Catarinense. We concluded that a great part of the homicide victims are from the social groups stigmatized as being the most violent, groups that are commonly left aside by society and do not receive assistance from the public security mechanisms.

**Keywords:** Violence, Homicides, Social Indicators.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS:

<b>Gráfico 1</b> - Número de homicídios segundo a fonte: ES, 2000 a 2002	60
<b>Gráfico 2</b> - Percentual de confiança nas instituições (qual a instituição que você mais confia)?	63
<b>Gráfico 3</b> - População Rural em Santa Catarina (1991 e 2000).	73
<b>Gráfico 4</b> - População Urbana em Santa Catarina (1991 e 2000).	73
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de mortalidade até 1 ano de idade na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).	74
<b>Gráfico 6</b> - Esperança de vida ao nascer na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).	75
<b>Gráfico 7</b> - Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais - Brasil, 1992 a 2006 (em %)	77
<b>Gráfico 8</b> - Renda per capita na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).	78
<b>Gráfico 9</b> - Índice de desenvolvimento humano na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).	79
<b>Gráfico 10</b> - Índice de gini na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).	80
<b>Gráfico 11</b> - Taxa de Homicídios por Mesorregião Geográfica de Santa Catarina (1996 a 2008)	83
<b>Gráfico 12</b> - Taxa de Homicídios em Santa Catarina (1996 a 2008).	85
<b>Gráfico 13</b> - Média e Desvio Padrão das Taxas de Homicídios em Santa Catarina (1997 a 2008)	87
<b>Gráfico 14</b> - Média das Taxas de Homicídios de 2002 a 2006 pelo Número e Percentual de Municípios.	87
<b>Gráfico 15</b> - Média das taxas de homicídios de 2002 a 2006 pelo número e percentual de municípios.	88
<b>Gráfico 16</b> - Número de Homicídios por Instrumento Utilizado em Santa Catarina, Arma de Fogo e Objeto Cortante / Contundente (1996 a 2008).	90
<b>Gráfico 17</b> - Correlação de Pearson entre o Número de Homicídios e o Instrumento Utilizado (2005 a 2008).	91
<b>Gráfico 18</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Oeste Catarinense (1996 a 2008).	92
<b>Gráfico 19</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião da Grande Florianópolis (1996 a 2008)	92

<b>Gráfico 20</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião do Vale do Itajaí (1996 a 2008) .....	93
<b>Gráfico 21</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião do Norte Catarinense (1996 a 2008) .....	93
<b>Gráfico 22</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Serrana (1996 a 2008).....	94
<b>Gráfico 23</b> - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Sul Catarinense (1996 a 2008).....	94
<b>Gráfico 24</b> - Número de Homicídios por Escolaridade em Santa Catarina (1996 a 2008).....	95
<b>Gráfico 25</b> - Taxa de Homicídios por Cor em Santa Catarina (2000 a 2004).....	96
<b>Gráfico 26</b> - Taxa de Homicídios por Sexo em Santa Catarina (96 a 08).....	97
<b>Gráfico 27</b> - Número de Homicídios por Idade em Santa Catarina (1996 a 2008).....	98
<b>Gráfico 28</b> - Número de homicídios por Estado Civil em Santa Catarina (2002 a 2006).....	99
<b>Gráfico 29</b> - Número de Homicídios por Mês em Santa Catarina no Ano de 2008.....	100
<b>Gráfico 30</b> - Representação Gráfica do Teste de Correlação de Pearson entre ‘Taxa de Homicídios 2003’ e Variáveis Macrossociais Pré-Selecionadas .....	103
<b>Gráfico 31</b> - Homicídios Publicados de Acordo com a Seção do Jornal (2008).....	107
<b>Gráfico 32</b> - Percentual de Homicídios Publicados de Acordo com o Município e Ano de Ocorrência – Todos os Anos.....	108
<b>Gráfico 33</b> - Número de Homicídios Publicados de Acordo com o Município e Ano de Ocorrência (2008) .....	109
<b>Gráfico 34</b> - Taxa de Homicídios em Florianópolis e Joinville (1996 a 2008).....	110
<b>Gráfico 35</b> - Percentual de Homicídios em Relação ao Período de Ocorrência – Florianópolis e Joinville (2008) .....	111
<b>Gráfico 36</b> - Percentual de Homicídios em Relação ao Período do Óbito – Florianópolis e Joinville (2008).....	112
<b>Gráfico 37</b> - Percentual de Homicídios em Relação ao Local de Ocorrência – Florianópolis e Joinville (2008) .....	112
<b>Gráfico 38</b> - Percentual de Homicídios em Relação ao Local do Óbito – Florianópolis e Joinville (2008) .....	113
<b>Gráfico 39</b> - Organograma do Local de Ocorrência do Crime X Local do óbito (2008).....	114

<b>Gráfico 40</b> - Período de Ocorrência do Crime X Local do Crime (%) .....	114
<b>Gráfico 41</b> - Percentual do Local de Residência das Vítimas (Florianópolis -2008) .....	115
<b>Gráfico 42</b> - Percentual do Local de Residência das Vítimas (Joinville - 2008).....	115
<b>Gráfico 43</b> - Número de Vítimas em Relação a Naturalidade (Florianópolis e Joinville -2008).....	116
<b>Gráfico 44</b> - Percentual de Vítimas em Relação ao Instrumento Utilizado (Florianópolis e Joinville -2008).....	117
<b>Gráfico 45</b> - Percentual de Vítimas em Relação ao Sexo (Florianópolis e Joinville -2008) .....	118
<b>Gráfico 46</b> - Percentual de Vítimas em Relação à Idade (Florianópolis e Joinville -2008) .....	118
<b>Gráfico 47</b> - Idade da Vítima X Sexo da Vítima (Joinville e Florianópolis – 2008) (%).....	119
<b>Gráfico 48</b> - Instrumento Utilizado X Sexo da Vítima (Joinville e Florianópolis – 2008) (%).....	120
<b>Gráfico 49</b> - Local de Ocorrência do Crime X Sexo da Vítima (Joinville e Florianópolis – 2008) (%).....	120

## MAPAS:

<b>Mapa 1</b> - Densidade demográfica - Santa Catarina (2000). .....	71
<b>Mapa 2</b> - Densidade demográfica - Santa Catarina (2000). .....	72
<b>Mapa 3</b> - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (2000)....	81
<b>Mapa 4</b> - Índice de Gini (2000).....	82
<b>Mapa 5</b> - Mortalidade Infantil (2000). .....	82
<b>Mapa 6</b> : Taxa de Homicídios em Santa Catarina (1997 a 2008). .....	86
<b>Mapa 7</b> - Número de Homicídios em Santa Catarina (2008).....	88
<b>Mapa 8</b> - Florianópolis e Joinville .....	122
<b>Mapa 9</b> - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Joinville.....	124
<b>Mapa 10</b> - Número de Homicídios e Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Joinville.....	124
<b>Mapa 11</b> - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis. ....	125

<b>Mapa 12</b> - Número de Homicídios e Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis. ....	126
<b>Mapa 13</b> - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis (Continente e Centro). ....	126
<b>Mapa 14</b> - Número de Homicídios Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis (Continente e Centro). ....	127

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Correlação entre indicadores positivos e negativos de desenvolvimento econômico e social, coorte jovem e In da taxa média de risco por homicídio: 723 municípios de Monas Gerais, 1991 – 1994. ....	37
<b>Tabela 2</b> - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – Região Sul, 1991 e 2000 .....	76
<b>Tabela 3</b> - Número de Homicídios por Instrumento Utilizado em Santa Catarina - Especificados (1996 a 2008). ....	91
<b>Tabela 4</b> - Teste de Correlação de Pearson entre ‘Taxa de Homicídios 2003’ e Variáveis Macrossociais Pré-Selecionadas. ....	102
<b>Tabela 5</b> - Correlação entre a Renda Média Domiciliar, Escolaridade Média Domiciliar e Número de Homicídios, nos Bairros de Joinville e Florianópolis. ....	128



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2 POSIÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>25</b>
2.1 Etiologia do Crime.....	25
2.2 Desenvolvimento econômico, social e criminalidade .....	34
2.2.1 Pobreza e crime no Brasil .....	40
2.3 No plano micro .....	46
2.3.1 Nas regiões.....	47
2.3.2 Idade e gênero.....	49
2.3.3 Etnia.....	49
2.3.4 Armas de fogo.....	50
2.3.5 Algumas interpretações.....	51
2.4 Porque estudar as taxas .....	52
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>57</b>
3.1 Sobre os dados .....	59
3.1.1 Boletim ou registro de ocorrência das policias civis.....	60
3.1.2 Certidões de Óbito do Ministério da Saúde .....	63
3.2 Objetivos e procedimentos operacionais.....	66
<b>4 SANTA CATARINA – O CONTEXTO MAIS AMPLO .....</b>	<b>71</b>
<b>5 A VIOLÊNCIA FATAL EM SANTA CATARINA.....</b>	<b>81</b>
5.1 Utilizando variáveis macrossociais.....	100
<b>6 HOMICÍDIOS E A MÍDIA.....</b>	<b>106</b>
6.1 Características das vítimas – fonte diário catarinense.....	110
6.2 Florianópolis e Joinville em Foco – Mapas da Violência.....	122
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>



# 1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade chamaram a atenção pública de forma ímpar nos últimos 20 anos. O crescimento das taxas de criminalidade após a promulgação da Constituição de 1988 vem causando perplexidade entre os analistas sociais brasileiros. Os trabalhos acadêmicos sobre o tema se multiplicam juntamente com a preocupação da sociedade civil e da própria mídia.

Após a promulgação da Constituição democrática de 1988, esperava-se que o Estado brasileiro caminhasse para um amplo processo de valorização da participação cidadã e da construção de novas estruturas democráticas. Essas mudanças aconteceram em várias áreas, como na educação, saúde, saneamento básico, etc. No entanto, segundo Salla (2003) ocorreu um descompasso entre os avanços ocorridos na esfera política e “os aparatos policial e prisional”, que foram resistindo à assimilação de novos padrões da vida democrática, expressos no cultivo de práticas arbitrárias e violentas do período militar.

Nesse sentido, o debate sobre criminalidade e segurança pública no Brasil ganhou enorme visibilidade. Desde os anos de 1970, inúmeros trabalhos desenvolveram interpretações e explicações sobre os fenômenos relacionados à criminalidade. Após a década de 1980, essas pesquisas se multiplicaram, principalmente naquelas regiões que vieram a sofrer um incremento considerável nas suas taxas de crimes.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, somente no ano de 2002, 53.325 pessoas foram assassinadas no Brasil. Desse total, 36.203 mortes foram causadas por armas de fogo. “Os homicídios representam a terceira causa de morte da população brasileira e a primeira entre os jovens com idade entre 15 e 24 anos” (BEATO & MARINHO, 2007, p. 180). Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os homicídios representam 55% de todas as mortes violentas. Até o início da década de 1980, os homicídios ocupavam o quarto lugar como as maiores causas de mortes. Em 1980 passaram para o segundo lugar, ficando atrás apenas das doenças do aparelho circulatório (Souza *et al*, 2003). Assim, para Beato e Marinho (*op. cit.*, p. 177) “o panorama da violência no Brasil é um dos mais deploráveis da América Latina: somos um dos países mais violentos na região mais violenta do mundo”.

Um dos aspectos mais perversos desse processo é a corrosão da capacidade das pessoas para conviver, devido ao medo, à desconfiança, à

restrição da mobilidade em certos locais do espaço urbano, comprometendo assim a institucionalização de mecanismos de autocontrole e de controle externo. Isso para não falar na desestruturação dos lares de milhares de famílias assoladas pela violência. (BEATO & MARINHO, 2007, p. 177).

Em Santa Catarina no ano de 2004, mesmo não fazendo parte do *ranking* dos estados mais violentos da federação, 632 pessoas foram assassinadas. Deste número, 201 pessoas eram jovens. Contando os anos de 2002 a 2006, mais de 3.000 pessoas perderam a vida de forma violenta no estado (sem contar os acidentes por transporte). No Brasil, em 2004, este número representava um total de 48.336 mortes, sendo que no período de 2002 a 2006, 243.301 pessoas entraram em óbito.

Essas cifras, segundo pesquisadores, podem ser maiores, já que existem vários problemas em relação à produção dessas estatísticas. No entanto, a questão dos homicídios é bastante preocupante. Por isso, exige reflexões muito mais complexas do que aquelas sugeridas pelos próprios órgãos gestores e, principalmente, pela mídia.

Desta forma, para Cano e Ribeiro (2007), a violência letal aparece como crime endêmico, podendo afetar até mesmo o equilíbrio demográfico, já que ela é umas das principais causas de morbidade e mortalidade entre os jovens e os homens. Esse fato tem influência sobre questões de ordem econômica, já que muitas famílias acabam perdendo o seu provedor, tornando-se bastante vulneráveis. Tudo isso sem contar os gastos com saúde pública causados pelas altas taxas de criminalidade. A criminalidade violenta também interfere em questões socioculturais, “ao inserir quase que uma repressão simbólica nos hábitos e atitudes das pessoas, incitando ações irracionais de impedir a violência através do uso de meios muito mais violentos” (CANO & RIBEIRO, 2007, p. 50).

Entretanto, segundo Peres *et al* (2006) os estudos de homicídios e de criminalidade, em geral, têm se concentrado prioritariamente nas regiões metropolitanas ou de grandes capitais. No Nordeste, os locais até então mais estudados foram os de Recife (Pernambuco) e Salvador (Bahia). Na Região Sudeste, os estudos concentram-se nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E na Região Sul, quase a totalidade dos estudos se refere à região metropolitana de Porto Alegre

(Rio Grande do Sul) e de Florianópolis (Santa Catarina).<sup>1</sup> Porém, Santa Catarina ainda apresenta lacunas referentes às análises das taxas e tendências da criminalidade, particularmente as relacionadas aos homicídios.

Nesse sentido, especialmente no campo quantitativo, Santa Catarina precisa urgentemente aprimorar pesquisas que dimensionem a magnitude da criminalidade violenta no estado. Entende-se que um trabalho com esse enfoque pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para o setor, e aprimorar o conhecimento sobre a dimensão que o fenômeno homicídios adquire no estado. Além disso, os estudos têm se concentrado nos “criminosos”, principalmente quando se é realizada a associação entre criminalidade e pobreza. Esta associação acaba por estigmatizar as pessoas pobres como potenciais criminosos. Na tentativa de fugir a esta “regra”, desloca-se o olhar para o âmbito das vítimas, isto é, de que forma pessoas vivendo em condição de vulnerabilidade social estão mais expostas ao risco, e por isso, tem mais chances de serem vítimas de homicídios.

Com isto, pretende-se neste trabalho *estudar a dinâmica das taxas de homicídios, no que concerne às vítimas, nos municípios de Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 1996 a 2008. Bem como uma apuração mais detalhada do fenômeno nas cidades de Florianópolis e Joinville para o ano de 2008.* As duas cidades são escolhidas pela grande visibilidade que recebem no cenário estadual, e pelo crescimento de homicídios registrados nos últimos anos.

O trabalho está dividido em oito capítulos. Na primeira parte do trabalho (capítulo 2), são expostas algumas questões teóricas que vêm norteando os estudos sobre criminalidade. A caracterização das teorias macrosociais - que buscam explicar o crime vinculado a uma teoria mais ampla da sociedade - e das teorias microsociais - focadas nas dimensões composicionais dos indivíduos - são aqui vistas como não excludentes. Também, realiza-se uma discussão sobre a relação entre desigualdade social e criminalidade, ainda presente no debate acadêmico.

Na parte reservada à “Metodologia” (capítulo 3), são debatidos alguns pressupostos relacionados à neutralidade e não neutralidade das estatísticas envolvidas no estudo, a influência dos sujeitos e das próprias

---

<sup>1</sup> Neste contexto o Laboratório de Estudo das Violências (LEVIS) assume centralidade ímpar, principalmente com os trabalhos que tratam do tempo de processamento da justiça criminal para os casos de homicídios dolosos na Grande Florianópolis (RIFIOTIS & VENTURA, 2007).

instituições na formulação desses arcabouços de informações, uma crítica às principais fontes de dados, seus limites e potencialidades, e, por fim, a explanação mais detalhada dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos operacionais utilizados para realizá-los.

Por fim, nos capítulos seguintes (capítulos 4, 5, 6 e 7) são elaboradas análises sobre as taxas de homicídios em Santa Catarina no período de 1996 a 2008, e nos municípios de Florianópolis e Joinville para o ano de 2008, considerando sua dimensão micro (relação com o contexto local e os padrões de gênero, idade, escolaridade, etc.) e macro (desigualdade social, vulnerabilidade social, etc.). Além disso, constroem-se mapas da violência para o estado de Santa Catarina e, com base nas informações coletadas no jornal impresso Diário Catarinense, utiliza-se a técnica de georreferenciamento para mapear a ocorrência de crimes de homicídios nos municípios de Florianópolis e Joinville e o cruzamento dos dados de homicídios com variáveis de renda e escolaridade.

## 2 POSIÇÕES TEÓRICAS

A *grosso modo*, pode-se inserir o conjunto de teorias imbuídas de explicar e interpretar o crime em dois grandes eixos temáticos, os pertencentes às *teorias do crime* e às *teorias da sociedade aplicadas ao crime*. As *teorias do crime* comumente utilizam em seu escopo analítico variáveis microssociais, enquanto as *teorias da sociedade aplicada ao crime* recorrem frequentemente às variáveis macrossociais. A primeira procura compreender o crime como objeto de análise em si; sem precisar recorrer a uma teoria mais geral da sociedade, procura pensar o crime submetido aos efeitos composicionais, que “são as diferenças entre as pessoas que entram em cena e, não, as diferenças entre atributos dos agregados – sejam estados, municípios, áreas metropolitanas, cidades, etc.” (SOARES, 2008, p. 178). As teorias que recorrem às variáveis macrossociais consideram o crime vinculado a uma teoria da sociedade mais geral, onde “a ênfase recai na explicação da sociedade, da economia e da política, sendo o crime apenas uma aplicação dessa teoria mais ampla a um objeto particular” (SOARES, 2008, p. 178).

No entanto, as análises realizadas com base em variáveis microssociais e macrossociais não são excludentes. Muitos trabalhos utilizam conjuntamente variáveis pertencentes aos dois níveis. Nas palavras de Peres *et al* (2006):

Os estudos ora acentuam as causas mais propriamente associadas ao ambiente externo imediato – como família, escola, mercado, estilo de vida, comportamento de risco, alcoolismo e consumo de drogas, etc. – ora acentuam elementos extraídos da estrutura social, indicativos da influência das desigualdades socioeconômicas, da segregação espacial e dos obstáculos ao acesso à justiça social na exposição e vulnerabilidade à violência. (PERES, *op. cit.* p. 36).

### 2.1 Etiologia do Crime

Segundo Wiewiorcka (1997), não existe um conjunto de explicações e interpretações capazes de sintetizar de forma unificada uma teoria da violência, porém é possível encontrar na literatura

diversos autores que se preocuparam em desenvolver posições teóricas a respeito da criminalidade. Conforme Cerqueira (2007), as abordagens sobre o fenômeno da criminalidade começam a tomar fôlego no século XX. Muitas das teorias analisavam a “causação” dos crimes, isto é, seu fator etiológico. Desta forma, pode-se dividir o domínio analítico dessas abordagens em duas dimensões:

- 1) A dimensão das “motivações individuais e os processos que levariam as pessoas a se tornarem criminosas” (CERQUEIRA, 2007, p. 17);
- 2) E a dimensão, que posteriormente, veio investigar “as relações entre as taxas de crime e as variações nas culturas, organizações e instituições socioeconômicas” (Ibidem).

Nesse processo de construção do conhecimento, inúmeras posições teóricas a respeito dos fatores causais do crime surgiram, o que levou Cerqueira a concluir que,

Em função dessa natureza multifacetada do comportamento criminal que envolve as motivações individuais (emocionais e racionais), as relações familiares, interpessoais, as restrições institucionais, econômicas, as influências das culturas e das subculturas, o resultado em termos do espaço de interlocução em que se desenvolve a criminologia moderna não poderia ser outro senão a multidisciplinaridade (*Ibidem*).

Algumas teorias procuram explicar o comportamento do criminoso com base em patologias individuais, que podem ser divididas em três grupos: as de natureza biológica, psicológica e psiquiátrica. No contexto das explicações biológicas, uma das abordagens mais conhecidas é a de Lombroso (1968). Suas concepções científicas e sua visão de mundo atrelada a preceitos raciais levaram o autor a concluir que “a formação óssea do crânio e o formato das orelhas (...) constituíram indicadores da patologia criminosa” Lombroso (apud CERQUEIRA, 2007, p. 18). Trabalhos posteriores à Primeira Guerra Mundial foram influenciados pelas análises de Lombroso (1968), “nos quais se tentava medir objetivamente o grau em que os criminosos eram psicologicamente diferentes de não-criminosos. Supunha-se, então, que a baixa inteligência seria uma importante causa da criminalidade”

(Ibidem). Além de essas teorias serem amparadas por um forte preconceito racial, outras pesquisas surgiram e demonstraram que não havia “nenhuma distinção entre criminosos e não-criminosos, seja por grau de inteligência, seja por outro traço psicológico intrínseco” (Ibidem).

Atualmente, os biólogos e os psicólogos que procuram estudar o crime vêm abandonando a ideia de que haveria disfunções de “desvios de características” entre os criminosos e não-criminosos para uma tentativa de unir os problemas mentais e psicológicos com outros problemas relacionados ao mundo social e cultural (CERQUEIRA, 2007).

Em um contexto mais amplo, a Escola de Chicago de 1920 inseriu na agenda de discussões sobre a criminalidade questões extremamente relevantes para o debate atual, como é o caso da migração e da urbanização. Essa Escola focava suas análises nas idéias de espaço, controle e crime, onde sintetizavam as explicações do crime na “correlação das relações simbólicas e culturais com a congregação espacial dos indivíduos” (CERQUEIRA, op. cit., p. 19). Suas teorias estavam fundamentadas nos princípios da ecologia humana, isto é, evidenciavam as análises no contexto espacial e local em que os crimes aconteciam. Analisando o processo de crescimento das cidades, buscavam “entender vários problemas sociais, em particular a prevalência criminal”, o que os levava a dividir as cidades em “cinco zonas concêntricas ao redor do centro comercial”, sendo elas: “a zona de transição”; “a zona de moradia de trabalhadores”; “a zona de moradia da classe média”; e o “subúrbio”. A zona de transição era o local com as piores condições de infra-estrutura e de aluguéis mais baixos, o que facilitava uma alta volatilidade de pessoas e o recebimento de enormes contingentes migratórios. Para os sociólogos da Escola de Chicago, era na zona de transição “que se encontrava a maior proporção de pobres, de analfabetos, de problemas de ilegalidade e de delinquência em geral” (CERQUEIRA, 2007, p. 19). Além de influenciar outras teorias como a teoria da anomia de Merton (1938), a do aprendizado social de Sutherland (1973), do controle social de Hirschi (1990), da desorganização social de Sampson (1997) e do estilo de vida de Cohen e Felson (1979) (apud, CERQUEIRA, 2007), a Escola de Chicago introduziu elementos importantes para a análise dos fenômenos sociais e criminológicos das cidades a partir da perspectiva macro, chamando atenção para a importância do espaço e das questões de urbanização e migração.

A teoria da anomia de Merton (1938) (apud CERQUEIRA, 2007,

p. 19) esteve fortemente atrelada ao sentimento de desejo, “a motivação para a delinquência decorreria da impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele, como, por exemplo, o sucesso econômico”. Em síntese, a teoria da anomia procurava compreender a frustração decorrente da defasagem entre as “aspirações individuais e os meios socialmente existentes para satisfazê-las” (Ibidem).

Sutherland (1973, apud CERQUEIRA, 2007, p. 21) analisou o “processo pelo qual os indivíduos, principalmente jovens, determinavam seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais em relação a situações de conflito. O comportamento favorável ou desfavorável ao crime seria apreendido a partir de interações pessoais com base no processo de comunicação”. A família, os vínculos de amizade e as demais relações do convívio social dos indivíduos assumiriam papel central.

A teoria do controle social inseria na agenda de discussões outra forma de compreender o crime. O viés do criminoso não entrava em cena, e sim daqueles que deixavam de cometer os crimes.

O enfoque baseia-se inteiramente na idéia do controle social, a partir do sentido de ligação que a pessoa tem com a sociedade ou, dito de outra forma, a partir da crença (e concordância) dessa pessoa no trato ou acordo social. (CERQUEIRA, 2007, p. 21).

A teoria da desorganização social estava ligada a uma abordagem sistêmica “das comunidades locais, sendo estas entendidas como um complexo sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizade, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuíam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo” (CERQUEIRA, 2007, p. 21). A criminalidade, nessa perspectiva, emergiria dos efeitos “indesejáveis na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhança” (Ibidem). A perspectiva de Cohen e Felson (1979, apud CERQUEIRA, 2007), chamada de teoria dos estilos de vida, direcionava seu foco de análise para os “hábitos e a rotina das vítimas”. Certamente, quanto maiores as facilidades que as vítimas em potencial vinham a oferecer, maiores seriam as chances de haver um delinquente disposto a perpetrar o crime.

O debate se prolonga em outras teorias, todas na tentativa de explicar e apresentar os determinantes causais do crime. Consta-se nessas perspectivas teóricas ora a utilização de variáveis ao nível macro,

buscando compreender a criminalidade de uma forma mais geral, ora a utilização de variáveis ao nível micro, onde os aspectos biológicos, psicológicos e psicanalíticos são levados em conta. No entanto, qualquer forma de separação entre macro e micro pode ser perigosa, ainda mais quando se trata de um tema tão complexo como a criminalidade. Algumas teorias que baseiam suas explicações no contexto do indivíduo e vinculam sua análise a uma perspectiva micro, como é o caso da teoria de Lombroso e a do auto-controle, são encaixadas neste capítulo intitulado “Etiologia do crime – o contexto macro” por serem perspectivas que buscam de alguma forma explicar o crime com base em relações causais. Assim, procurou-se tratar neste trabalho como perspectiva micro as interpretações ligadas aos efeitos composicionais e imediatos dos indivíduos.

Quando se trata de homicídios duas são as teorias que merecem destaque na tentativa de buscar interpretações macrossociais para a criminalidade: a teoria da criminalidade como subproduto do capitalismo presente nos trabalhos de pesquisadores latino americanos, especialmente nos anos 1970 e a teoria da maximização do lucro, desenvolvida principalmente pelos trabalhos de autores norte americanos. As duas abordagens realizavam pesquisas com base em uma teoria mais ampla da sociedade, remetendo quase sempre a análise para conteúdos de ordem econômica e social. Os trabalhos de Cerqueira e Lobão (2004), influenciado pelos modelos teóricos da escolha racional e das abordagens inspiradas na teoria do controle social, entendem que a criminalidade no Brasil está fortemente relacionada a problemas de cunho estrutural, isto é associada às grandes desigualdades socioeconômicas. Para os autores, há três elementos principais que podem explicar o aumento da criminalidade no Brasil nos últimos 20 anos, a transição demográfica, a desigualdade e exclusão socioeconômica e a falência do sistema de justiça criminal.

Nesse sentido, Soares (2008, p. 146) chama atenção para o fato de que essas duas perspectivas teóricas “partem de princípios explicativos baseados na racionalidade, na primazia das explicações econômicas e na extensão de teorias da economia e da sociedade para explicar o crime”. O grande cerne da teoria da maximização do lucro era a importância da renda e a alocação do crime no modelo do “homo economicus”. Para Gary Becker (1968), a criminalidade poderia ser considerada um “meio para a perpetração de muitos crimes contra a propriedade” Gary Becker (apud SOARES, 2008, p. 146). Nesse caso, o aumento nos índices de roubo poderia interferir na elevação das taxas de homicídios. A principal motivação para a realização dos crimes

contra a propriedade estaria centrada na questão econômica. Os indivíduos dotados de uma racionalidade realizariam cálculos de custo e benefício, muitas vezes, chegando à conclusão de que o comportamento ilegal geraria renda mais alta do que o emprego legal, “mesmo após a consideração da probabilidade da punição que será aplicada no caso do criminoso ser preso” (SOARES, op. cit.). Os homicídios seriam considerados quase que um erro de percurso na realização de um crime. Em consequência desse modelo, a desigualdade expressaria papel fundamental nas análises, já que as “pessoas muito pobres esperariam muito pouco do emprego legal e, ao mesmo tempo, teriam a expectativa de altos lucros recorrendo ao crime violento contra cidadãos ricos” (SOARES, op. cit., p. 148). O modelo da maximização do lucro ficaria ainda mais complexo ao evidenciar a necessidade de se pensar o “acesso” aos instrumentos do crime. Pessoas de “maior nível cultural” recorreriam a outros tipos de crimes não violentos, como é o caso dos crimes de “colarinho-branco”. Em contrapartida, “os cidadãos pobres e sem educação formal teriam poucas alternativas fora do crime violento, frequentemente muito menos lucrativo e mais arriscado” (SOARES, 2008, p. 148).

Essa teoria esteve fortemente associada ao que se convencionou chamar de teoria econômica da escolha racional. Gary Becker (1968) ao publicar o artigo “Crime and Punishment: na Economic Approach” instaura uma nova forma de pensar os determinantes da criminalidade baseado nas escolhas racionais das pessoas que perpetuariam os crimes. O ato criminoso “decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados aí envolvidos, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal” (CERQUEIRA, 2007, p. 23). Para os autores ligados à teoria da escolha racional - e, por consequência, à teoria da maximização do lucro - a decisão de cometer ou não os crimes:

[...] resultaria de um processo de maximização de utilidade esperada em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo da oportunidade de cometer crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho. (Ibidem).

Dois vetores de variáveis influenciariam o cálculo dos indivíduos no momento de cometer ou não o crime: os fatores positivos que

levariam as pessoas a escolher o mercado legal em detrimento das ações informais e ilegais, e os fatores negativos, associados à capacidade do aparelho policial e de justiça em exercer a punição para os indivíduos desviantes. Atualmente, os trabalhos que levam em conta a análise do “homem racional” procuram aliar as análises econômicas com perspectivas mais sociológicas dando importância para a influência das interações sociais e do aprendizado social.

O modelo que considera o “crime como subproduto do capitalismo” influenciou os estudos latino-americanos. Muitas das explicações estavam centradas na visão marxista clássica, “a sociedade capitalista provoca a alienação de todos e a opressão dos trabalhadores” (SOARES, 2008, p. 148). Os trabalhadores poderiam se organizar e buscar a superação do sistema capitalista, ou seja, construir uma sociedade sem classes sociais, entretanto num “estágio anterior à consciência de classe, podem responder com violência desorganizada e difusa” (SOARES, op. cit.).

Zaluar (1999), ao evidenciar quatro modelos teóricos para a análise da violência, registrou o grande número de trabalhos no Brasil, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 sob essa perspectiva.<sup>2</sup> A teoria do crime como subproduto do capitalismo foi chamada pela autora de “modelo marxista dicotômico”. Na concepção marxista, a violência e a criminalidade não entravam no rol dos problemas a serem enfrentados. De certa forma, estavam aquém de outras questões teoricamente e empiricamente mais relevantes. Para esses autores, o debate deveria ser realizado num nível anterior. O monopólio do Estado e a desigualdade social produzida pelo sistema capitalista mereceriam a devida atenção, mas o problema da violência e da criminalidade era secundário. Além do mais, havia uma crença de que a população oprimida rebelar-se-ia contra os ditames de um sistema tão injusto, isto é, a manifestação da violência e da criminalidade eram termômetros da indignação social, uma fase pré-política da sociedade.

---

<sup>2</sup> Alba Zaluar (1999), num artigo intitulado “Violência e Crime” publicado na revista “O Que Ler na Ciência Social Brasileira” preocupou-se em evidenciar as dinâmicas teóricas do estudo das violências. As diferentes perspectivas e formas de encarar a problemática da violência são encaixadas em quatro modelos distintos por Alba Zaluar. O “modelo da construção da nação”, o “modelo marxista dicotômico”, o “modelo da sociabilidade violenta”, e, por último, o “modelo da organização da sociedade civil”. As discussões sobre a maneira como se encararia o problema da violência começam a tomar forma nos anos 1970. Marca esse período a disputa entre o “modelo da construção da nação” – composto por intelectuais ligados a concepções abstratas de justiça e cidadania – e o “modelo dicotômico marxista – formado basicamente por intelectuais críticos ao monopólio do Estado.

Essa forma de encarar o problema da violência foi duramente criticada. Primeiro, porque o material empírico levantado posteriormente demonstrou que a sociedade, ou os grupos pertencentes a essa violência, não necessariamente estavam se rebelando contra o Estado ou contra as classes detentoras dos meios de produção, e sim que aqueles que mais matavam também eram os que mais morriam.<sup>3</sup> Segundo, que esse tipo de concepção acabava direcionando a violência a certos grupos societários, estigmatizando os mais pobres. Além disso, separavam a sociedade em dois grupos antagônicos, dominantes e dominados, opressores e oprimidos, sem perceber a gama de relações e significados existente nessas mais variadas locuções. E, por último, os linchamentos e os grupos de extermínio (muitas vezes legitimados pela população) encerravam a dicotomia maniqueísta de considerar que os movimentos populares exerciam uma violência legítima contra a força ilegítima do Estado.

Não obstante, para Soares (2008), esse modelo foi importante porque permitiu evidenciar variáveis explicativas “macro” e apresentar a importância dos fatores infra-estruturais e das condições econômicas na explicação dos crimes, além de possibilitar a realização da crítica ao poder do Estado e suas ações coercitivas. De acordo com Zaluvar (1999), do ponto de vista institucional, a obra de Foucault, que passou a ser bastante estudada pelos cientistas sociais brasileiros nos anos 1970, deslocou o enfoque para os “dispositivos que o poder tem de produzir a verdade criminal e discipliná-la”, para a autora, este sincretismo teórico Marx / Foucault possibilitou a explicação de mecanismos de poder estatal mais evidente: a polícia e a prisão.

Entretanto, as pesquisas não conseguiam conectar o trabalho empírico a visão teórica. Se para Zaluvar (1999) o “modelo dicotômico marxista” era reducionista, porque dividia a sociedade em dominados e dominantes, para Soares (2008), o problema encontrava-se na dissuasão entre o que se afirmava na teoria e se concluía nos trabalhos empíricos.

Desse modo, as análises sobre a criminalidade com o foco no “crime como subproduto do capitalismo” deixavam de perceber outras motivações para os crimes. A necessidade de encaixar tanto os crimes contra a propriedade quanto os crimes de homicídios em uma teoria social mais ampla fez com que se deixasse de perceber a influência de

---

<sup>3</sup> Estudos vêm demonstrando que essa máxima não se confirma por completo. Por exemplo, no caso de homicídios, os jovens são os que mais morrem, mas não os que mais matam. Segundo Adorno (2002) analisando jovens infratores de 12 a 18 anos no período de 1989 a 1991 na cidade de São Paulo a proporção de jovens que cometeram crime de homicídios foi de apenas 1,3%.

outras questões mais individuais ligadas à própria psicanálise e psicologia, ou fatores biológicos e físicos (SOARES, 2008). Por exemplo, se o crime fosse um “subproduto do capitalismo”, os trabalhos empíricos não evidenciarão que,

Os pobres não matam predominantemente os ricos, matam outros pobres. Nos Estados Unidos, os negros não matam predominantemente os brancos e membros de outros grupos étnicos, matam outros negros. A interpretação de classe passa pela dimensão da consciência: na perspectiva leninista, o segundo princípio da consciência de classe era o princípio da oposição – contra quem somos. Se os negros atuassem como classe, matariam brancos, e não outros negros e não seriam criminosos, e sim ativistas políticos (SOARES, 2008, p. 149).

A *teoria da maximização do lucro*, segundo Soares (2008), também deixava de encaixar outras formas de crimes violentos, como o estupro e o atentado ao pudor. Nem mesmo os homicídios vinculados ao tráfico de drogas abarcariam em todos os momentos a questão econômica,

Há mortes de policiais por traficantes e de traficantes por policiais que são “vinganças da categoria”. Há também homicídios diretos ou indiretamente vinculados às drogas nos quais o dinheiro é apenas um instrumento para a satisfação do vício. E há outros homicídios derivados dos efeitos das drogas que tem pouco ou nada a ver com a motivação econômica, nem com escolhas racionais baseadas nelas (SOARES, 2008, p. 150).

O debate apresentado colocaria no bojo das discussões uma grande complexidade concernente à explicação dos crimes de homicídios. De um lado chamaria a atenção para as variáveis macrossociais, que proporia a primeira grande hipótese das motivações dos crimes, a associação entre o cálculo econômico e a criminalidade. Os dois modelos, ao ressaltarem a influência de variáveis macrossociais na explicação dos crimes, levariam muitos pesquisadores a buscar explicações em outras direções. Os trabalhos de Edmundo Campos

Coelho (2005) e Antônio Luís Paixão (1982) demonstrariam que a associação entre crime e pobreza estaria vinculada mais ao preconceito penal e a seletividade do sistema de justiça criminal do que a questões econômicas.

## **2.2 Desenvolvimento econômico, social e criminalidade**

A forma como se deve prosseguir com a discussão neste trabalho exige uma explicação mais detalhada do que serão consideradas variáveis estruturais (macro), e composicionais (micro). A separação dos dois tipos de variáveis permite conhecer como foram sendo formuladas as principais teses que, ora afirmavam a correlação entre desenvolvimento econômico, social e homicídios, ora refutavam esta associação, explanando a importância de outras variáveis (micro) nesses modelos analíticos.

Os autores que buscavam explicar o crime com base em uma teoria da sociedade mais ampla, habitualmente recorriam a modelos explicativos que levassem em conta macrovariáveis. Esse processo desencadeou explicações mais gerais para os crimes de homicídio, traduzidas em associações do tipo: desenvolvimento econômico e homicídios, desenvolvimento social e homicídios, urbanização e homicídios e até mesmo migrações e homicídio.

As microvariáveis demográficas ou variáveis composicionais demonstraram sua importância, especialmente no Brasil, no momento em que se obteve uma melhora substancial na disponibilização de estatísticas, ao mesmo tempo em que as pesquisas construídas com base em variáveis estruturais foram perdendo força explicativa. Atualmente, pesquisas sobre homicídios e outras modalidades de crime que não levam em conta variáveis relacionadas a gênero, idade, composição familiar, religião, perdem muito da sua capacidade compreensiva, pois as particularidades sociais acabam interferindo, e muito, na dimensão dos fenômenos criminais.

As teses que afirmavam a relação entre desenvolvimento econômico e crime foram fortes nos anos 1960, 1970 e 1980, no momento em que países desenvolvidos apresentavam indicadores econômicos elevados de crescimento. Estudiosos do tema demonstravam que o desenvolvimento econômico era um forte preditor para explicar o crescimento das taxas de crime contra a propriedade e, por outro lado, a retração das taxas de homicídios. Wolf (1971), Wellford (1974) e Shichor (1985, *apud* SOARES, 2008) levantaram a

tese de que desenvolvimento econômico estava altamente relacionado com a criminalidade. Para esses autores, as diversas modalidades de crime seriam afetadas de maneira diferente, porém os crimes de homicídios diminuiriam à medida que aumentasse o desenvolvimento econômico. Mais tarde Krohn (1976 e 1978) e Wellford (1977, *apud* SOARES, 2008, p. 44) confirmaram “a relação positiva entre modernização e crimes contra a propriedade”, mas negativa com homicídios. A partir daí, outros estudos seguiram tendo como base esta associação. No Brasil, Gawryszewski e Costa (2005, *apud* SOARES, 2008, p. 48) “dividiram o município de São Paulo nos seus 96 distritos administrativos e concluíram que o coeficiente de correlação de Pearson entre as taxas de homicídios e de renda média mostrou correlação negativa com valor de  $r = -0,65$  (e  $r = -0,70$  para o logaritmo da renda)”, isto é, dentro do município de São Paulo, à medida em que a renda média da população aumentava, as taxas de homicídios diminuía consideravelmente. Sérgio Adorno (1996), com base em dados individualizados registrou que grande parte das pessoas que foram assassinadas no município de São Paulo eram de etnia negra, com baixa escolaridade e moradores dos bairros com a infra-estrutura mais precária. Land (1990), nos Estados Unidos, elencaram uma série de fatores relacionados aos homicídios, como índice de desigualdade econômica, estrutura populacional, densidade populacional e índice de desemprego. “Assim, a desigualdade de condições socioeconômicas em cidades, regiões ou municípios poderia explicar a distribuição dos homicídios” (LAND *apud* BEATO; MARINHO, 2007, p. 178).

Associações do tipo crime e desenvolvimento social também foram realizadas. Soares (2008, p. 49) chama atenção para a importância de se diferenciar desenvolvimento econômico de desenvolvimento social. Para o autor, o conceito de desenvolvimento social possui duas vertentes principais:

1. A primeira deriva da ênfase em níveis mínimos, necessidades básicas e conceitos relacionados. Está associada com a noção humanitária (...), importante na ciência política, que é o da cidadania, na versão ampliada que lhe emprestou Marshall, que inclui direitos sociais (...). A taxa de mortalidade infantil talvez seja o indicador negativo mais básico desse conceito. Outro estatisticamente disponível, seria a taxa de analfabetos na população maior de certa idade. (SOARES, 2008, p. 49);

2. A segunda é a vertente distributiva, “considera que a concentração de benefícios numa sociedade acima de certo nível é ética e moralmente inaceitável. Talvez a mais fácil de medir seja a concentração de renda, através de seus vários coeficientes (Gini, Theil, Theil quadrático, etc.). (SOARES, op. cit.).

Para Conklin e Simpson (1985) (apud, SOARES, 2008), a mortalidade infantil possui um alto poder explicativo para as taxas de homicídios. A pesquisa realizada em 52 países retratou que a mortalidade infantil explicou 52% da variância ajustada para as taxas de homicídios. Preti e Miotto (1999, apud, SOARES, 2008) analisando 20 distritos italianos afirmaram que as taxas de desemprego explicaram 54% da variância das taxas de homicídios. Almgren et al. (1998, apud SOARES, 2008, p. 51) confirmaram a tese dos autores acima, “analisando dados de 75 áreas de Chicago referentes a 1970 e 1990, concluíram que o desemprego é um forte preditor do homicídio (e dos acidentes fatais também), juntamente com a dissolução da família”. No Japão, Masahiro Tsushima (1996, apud SOARES, 2008, p. 53) usando como variáveis independentes a pobreza, desigualdade econômica e o desemprego, e como dependentes as taxas de homicídios, de assaltos e de crimes contra a propriedade, demonstrou que:

(...) o desemprego é um importante preditor das taxas de homicídio (...) e a pobreza também se relaciona com a taxa de homicídio; porém, quando se controla o desemprego, a percentagem de homens jovens e adultos na população e o nível de industrialização, a relação com a pobreza desaparece.

De acordo com Soares (2008), nos estudos de homicídios a distribuição de renda vem se apresentando como uma das variáveis com maior capacidade explicativa para o fenômeno. Krahn et al. (1986, apud SOARES, 2008, p. 54) afirmaram que há “consenso quanto ao fato de a incidência de homicídios ser mais alta nos países economicamente mais desiguais”. Soares (2008), ao analisar os 723 municípios de Minas Gerais nos anos de 1991 a 1994 como unidades de observação constatou que vários indicadores de subdesenvolvimento econômico e social estão significativamente associados a homicídios. Conforme descrito em tabela abaixo.

**Tabela 1** - Correlação entre indicadores positivos e negativos de desenvolvimento econômico e social, coorte jovem e In da taxa média de risco por homicídio: 723 municípios de Monas Gerais, 1991 – 1994.

Indicadores	Correlação produto / momento	Sig (1 tail)
Hiato de renda média em 1991	0,29	0,000
Proporção de pobres em 1991	0,27	0,000
Desigualdade em 1991, Índice de Theil-L	- 0,03	0,000
Expectativa de vida ao nascer em 1991	- 0,35	0,000
Nível médio de educação em 1991	- 0, 29	0,000
Número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais	- 0, 25	0,000
Ln da percentagem da população analfabeta de 15 anos ou mais	0,31	0,000
Coorte jovem	0.05	0,233

Fonte: Soares (2008)

As correlações entre o hiato da renda média (0,29) e a proporção de pobres (0,27) apresentaram valores moderados com alta significância, mostrando uma leve associação entre estes indicadores de pobreza e as taxas de homicídios. Por fim, em São Paulo, vários estudos demonstraram que existe associação entre as taxas de homicídios e concentração de renda,

Barata et al. (1998) usaram dados referentes a cinco regiões de São Paulo. Dentro de cada região correlacionaram (Sperman) uma escala de nível socioeconômico com as taxas de homicídios referentes a 1995. As correlações obtidas foram muito altas: 0,98 para 24 distritos da Zona Central; 0,95 para 10 distritos da Zona Oeste; 0,97 para os 18 distritos da Zona Norte; 0,99 para os 30 distritos da Zona Leste; e 0,97 para os 14 da Zona Sul. (BARATA et al., 1998 *apud* SOARES, 2008, p. 62).

Porém, muitos outros trabalhos foram formulados no intuito de contestar as associações entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e crime. Courthéoux (1978), ao analisar dados franceses no período de 1826 a 1936, questionou a tese de que a industrialização provocaria o aumento da violência, “pois não é possível estabelecer uma relação clara entre os dois tipos de fenômeno” (COURTHÉOUX *apud* SOARES, 2008, p. 45). Refutações ao nível

metodológico e conceitual eram as que apareciam com maior relevância, especialmente as relações exercidas entre desenvolvimento econômico e crime. As variáveis explicativas (independentes) utilizadas por esses autores remetiam a indicadores de emprego e desemprego e a análises comparativas entre países. Metodologicamente, isso era bastante complicado, porque muitos desses países classificavam de formas variadas as taxas de emprego e desemprego. Além disso, quando esses estudos eram submetidos a testes estatísticos mais complexos, como análises multivariadas, eles deixavam de demonstrar alguma relação entre criminalidade e pobreza, já que quando eram consideradas variáveis ao nível composicional, essas associações perdiam força (SOARES, 2008).

Os trabalhos que relacionavam as taxas de criminalidade com as variáveis macrosociais (desenvolvimento econômico, pobreza e desigualdade social) foram importantes porque inseriram nas agendas de pesquisas sobre crime questões muito interessantes, tanto no sentido de confirmar essas associações quanto no sentido de refutar essas associações. Desses debates, outros trabalhos surgiram e puderam chamar a atenção para outras variáveis relevantes na compreensão de fenômenos relacionados ao crime, como as variáveis microsociais. Segundo Soares (2008), estudos que deixassem de fora covariatas demográficas, no caso, idade, gênero e raça, “teriam necessariamente um teto baixo na variância que poderiam explicar”, pois se perguntaria se “as covariatas macroestruturais teriam efeito semelhante nesses subgrupos” (SOARES, 2008, p. 45). Esse acúmulo de material empírico levou inúmeros pesquisadores a revisitar a relação entre variáveis macroestruturais e homicídios ao inserir na agenda de pesquisa os grupos demográficos com riscos diferenciados.

Conklin e Simpson (1985 *apud* SOARES, 2008) em outro estudo, perceberam que não existe relação entre urbanização e homicídios; isto é, quanto maior a urbanização, menor a taxa de homicídios. Trabalhos realizados na Índia apresentaram a não associação entre as variáveis macroestruturais e as taxas de homicídios. Usando os estados indianos como unidades de observação, Bhatngar (1990 *apud* SOARES, 2008, p. 47) fez correlações entre indicadores socioeconômicos e homicídio, “mas só encontrou relações modestas (negativas e estatisticamente não – significativas) entre taxas de alfabetização e de homicídios”. Nas palavras de Soares,

No Brasil, como na maioria dos países, o analfabetismo vem sendo reduzido. A redução nas taxas de homicídios, que são do conhecimento

geral, permite que se trace um gráfico mental com duas linhas que mudam em direções opostas (...). Essa relação negativa é encontrada em outros níveis de agregação. Um estudo estatisticamente sofisticado, com base nos municípios pernambucanos, usou regressões condicionais auto-regressivas, concluindo que a pobreza e o analfabetismo se relacionavam negativamente com as taxas de homicídio: quanto mais pobreza e analfabetismo, menores as taxas de homicídios. (SOARES, 2008, p. 51).

O que fica claro no debate sobre a associação entre variáveis estruturais e taxas de homicídios é a enorme falta de consenso. Muitos pesquisadores, inclusive no Brasil, traçaram análises demonstrando ora correlações claras com forte associação, ora correlações muito baixas com nível de significância pouco expressivo. As conclusões levam a uma análise de síntese de que existem diferenças regionais bastante evidentes e marcantes, mesmo dentro de um único país. Os resultados encontrados em determinado estado brasileiro não podem ser exportados para outros, ou seja, é necessário que as diferentes regiões do Brasil façam estudos constantes dessa natureza procurando encontrar particularidades estaduais ou regionais que de alguma maneira interfeririam nessas relações.

O nível de agregação talvez seja um dos pontos mais importantes. Quando se trabalha com dados agregados numa escala de estados, países, ou municípios, o grau de agregação fica muito alto, o que não permite perceber algumas particularidades que só seriam possíveis ao nível individual. No entanto, pesquisas que levem em conta o nível individual acabam sendo impedidas de se realizar por conta da baixa cultura estatística encontrada no Brasil. Os bancos de dados disponíveis ainda são bastante deficitários, especialmente no que diz respeito à área de segurança pública. Os mais de 20 anos de ditadura militar promoveram nas instituições de segurança pública o fortalecimento de uma política paranóica de não publicização de dados. Atualmente no Brasil ainda é muito difícil realizar uma boa pesquisa de cunho quantitativo<sup>4</sup>, não pela qualidade dos pesquisadores, mas sim pelos

---

<sup>4</sup> Nos últimos anos vêm se concretizando uma melhora bastante importante na coleta e publicização de dados referentes à violência e criminalidade. O trabalho de alguns núcleos de pesquisas contribuiu para isto, como é o caso do NEV em São Paulo e do CRISP em Minas Gerais. As instituições de segurança passaram a ter uma lógica sistemática de publicização de dados, fator que não acontece em Santa Catarina. O estado fica na contra mão de outros

limites dos bancos estatísticos.

Fernando Salla (2003), ao afirmar que houve um descompasso entre os avanços ocorridos na esfera política e “os aparatos policial e prisional” - que têm resistido à assimilação de novos padrões da vida democrática, expressos na produção de práticas arbitrárias e violentas cultivadas durante o período militar – faz pensar se essa perversidade fica apenas no âmbito das práticas arbitrárias, ou se atinge um grau de perversidade muito maior ao impossibilitar a realização de um dos princípios mais básicos de uma sociedade democrática: o acesso às informações e a produção de argumentos públicos.

### ***2.2.1 Pobreza e crime no Brasil***

Segundo Soares (2008), o argumento marxista esteve presente no trabalho de vários pesquisadores, se não diretamente, mas como “marxismo implícito”. Um exemplo de pesquisa vinculada ao ‘marxismo implícito’, nas palavras do autor, “é o excelente trabalho de Rita Barradas Barata, Manoel Carlos Sampaio de Almeida Ribeiro e José Cássio de Moraes – Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979 - 1994”, ou seja, “um exemplo da combinação de boa pesquisa com “marxismo implícito”, porém, dissociado do que foi efetivamente pesquisado” (SOARES, 2008, p. 150). No trabalho acima citado é colocada a seguinte questão: o “aprofundamento da crise econômica, como variável explicativa [variável independente], e o crescimento da violência, como processo que se explica [variável dependente]”. Entretanto, os dados empíricos demonstraram uma gama de comportamentos entre os diversos grupos estudados. Significa dizer que os homicídios nos diferentes grupos sociais não acompanharam a relação com a variável explicativa, o que para Soares, desvincularia a perspectiva teórica da empírica. Para o autor “as teorias do homicídio baseadas em macrovariáveis são, felizmente, teorias explicativas do comportamento de poucas pessoas” (SOARES, 2008, p. 151).

Cláudio Beato em resposta a Paulo Sérgio Pinheiro (1983), que fazia a associação entre pobreza e crime, colocaria a seguinte questão:

---

estados, além das instituições não possuem uma cultura de indicadores, a publicização de dados esbarra muitas vezes na má-fé institucional e também na má-fé individual dos atores envolvidos.

Uma parte desta crença provém de uma questão bastante discutida no Brasil já há duas décadas a respeito da afinidade entre pobreza e crime [cita Pinheiro, 1983]. Não obstante as inúmeras vezes em que a afinidade entre estes fenômenos foi rechaçada ora em referência as inconsistências teóricas, ora às suas insuficiências empíricas [cita Coelho, 1978; Paixão, 1990 e Zaluar, 1999], esta discussão ainda permanece no cenário de nossos formuladores de políticas. Trata-se de argumento de grande apelo sensitivo, dado o enorme déficit brasileiro na promoção de bem-estar social das populações mais pobres. As evidências empíricas as quais assentam-se tais crenças, entretanto, revelam-se contraditórias. (BEATO *apud* SOARES, 2008, p. 152 – 153).

Os testes realizados por Beato em Minas Gerais entre índice de gini e homicídios não revelariam associação entre crime e desigualdade social. Segundo Soares (2008), considerando o nível agregado dos estados, “não há correlação entre o nível de desenvolvimento e as taxas de homicídio” (SOARES, 2008, p. 153). Podem-se sintetizar os principais argumentos no Brasil sobre a relação pobreza e crime da seguinte forma:

- Edmundo Campos Coelho (1978) argumentava que as variáveis policiais e judiciais predominavam na análise do crime violento no Rio de Janeiro, em contraposição as variáveis econômicas (SOARES, 2008, p. 153);
- Alba Zaluar (1999) argumentava que, entre as capitais, as mais pobres não são as que apresentam as mais altas taxas de homicídio (Soares op. cit.);
- Noronha e Albuquerque (1994) inclui a debilidade institucional na matriz explicativa (SOARES, op. cit.);
- Na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1980 e 1983, período caracterizado pela crise econômica e por elevadas taxas de desemprego, Coelho constatou o declínio das taxas de homicídio, de estupro e de roubo (ADORNO, 2002, p. 109);
- Estudando os determinantes da criminalidade no Estado de Minas Gerais, Beato concluiu que

os municípios de menor incidência de crimes são justamente os mais pobres; ao contrário, a riqueza e a circulação de dinheiro estão mais associadas à maior incidência e prevalência de crimes, em especial os violentos (ADORNO, op. cit.);

- Beato e Reis (1999) não identificaram qualquer correlação positiva entre as taxas de desemprego urbano no Município de Belo Horizonte e as taxas de criminalidade (ADORNO, op. cit., p. 110)
- Saporì e Wanderley, por sua vez, observando quatro regiões metropolitanas do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – aplicaram testes estatísticos, não encontraram indícios significativos de que as variações nas taxas de desemprego implicassem variações, presentes ou futuras, nas taxas de criminalidade (ADORNO, op. cit.);
- E por fim, Cano e Santos (2001) afirmaram não ser possível identificar clara influência da renda sobre as taxas de homicídios (ADORNO, op. cit.)

Segundo Adorno (2002), o debate sobre criminalidade e violência, no Brasil, iniciou nos anos 1970. “Tratava-se, em verdade, de um debate suscitado pela esquerda e pelos primeiros defensores de direitos humanos” (ADORNO, *op. cit.* p. 108). De acordo com o autor, desde os primórdios da República os trabalhadores pertencentes a camadas mais pobres da população, especialmente aqueles residentes em bairros periféricos, eram vistos de forma estigmatizada pelo Estado e pelo restante da sociedade. Isso implicava num alto controle estatal, o que “incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus-tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrárias” (*Ibidem*).

Após o golpe militar, muitas inquietações começaram a surgir em relação à violência praticada pelo Estado, ou seja, a instauração do regime militar evidenciou os maus-tratos que já aconteciam há muito tempo na história política brasileira. No entanto, as explicações encaminharam-se para um mesmo sentido, “o crime, a criminalidade e a brutalidade contra o delinqüente tinham raízes estruturais. Devia-se ao capitalismo” (*Ibidem*). O Estado era visto como um agente legitimador das relações de exploração capitalista; a criminalidade insurgida nesse contexto devia-se a uma resposta contra a exploração de classe

patrocinada pelo Estado.

Esse tipo de análise foi denunciado por outros pesquisadores porque acabava estigmatizando as classes mais pobres. O trabalho pioneiro de Coelho (2005), veio no sentido de combater tal associação onde se verificava uma criminalização dos grupos mais pobres em detrimento de outros crimes cometidos por classes mais altas.

Se as condições socioeconômicas, sensivelmente mais desfavoráveis para os réus negros, exercem alguma influência no acesso diferencial à Justiça, manifesto, sobretudo por sua maior dependência judiciária proporcionada pelo Estado (...) ela o fazem por via indireta. O que parece estar em causa não tanto a pobreza de uns e outros – réus brancos são igual e potencialmente pobres – porém as ligações de uns e outros com o mundo da legalidade (ADORNO, 1996, p.18).

Porém, mesmo levando em consideração as análises contrárias à associação crime e pobreza, para Adorno (2002) o debate ainda não está concluído. O pressuposto metodológico exercido para fazer tal associação encontraria fundamento nas teorias que se referem basicamente “aos autores de crimes, não às vítimas” (CANO; SANTOS *apud* ADORNO, 2002).

Essa afirmação é importante, porque realoca novamente o debate. As associações realizadas anteriormente evidenciavam o criminoso e a sua condição de pobreza e não as vítimas e suas condições de pobreza. Muitas das pesquisas atuais que vêm encontrando associação entre pobreza e homicídios partem de análises referentes às vítimas. Em outras palavras, apresentar a associação entre as taxas de homicídios e pobreza não significa considerar o pobre criminoso, muito pelo contrário, mas sim, evidenciar e denunciar as condições vulneráveis que se encontram essas camadas da população. De acordo com Cano e Ribeiro (2007, p. 72), “é legítimo concluir que a vitimização letal afeta, sobretudo populações carentes, que não têm como se proteger contra ela”.

Nesse sentido, Adorno (2002) chama a atenção para um ponto importantíssimo: grande parte destas pesquisas utilizava como indicador de pobreza as taxas de desemprego, o que os levava a encontrar a não associação entre desemprego e criminalidade. Entretanto, os dados de desemprego diziam respeito ao mercado formal, o que, em certa medida, deixava de perceber uma gama de complexidades, entre elas o

crescimento das taxas do mercado informal de trabalho. “Estudos sobre população prisional indicam proporções elevadas de delinquentes procedentes do mercado informal que jamais tiveram carteira profissional assinada ou contrato formal de trabalho firmado” (ADORNO, 2002, p. 111). Essas pessoas nunca entraram nas estatísticas de emprego.

Nesse sentido, após extensa análise da questão da desigualdade social e concentração de renda no Brasil, o autor propõe que, para interpretações mais consistentes sobre a relação entre exclusão de renda, pobreza e criminalidade, fossem utilizados indicadores sociais mais abrangentes, que num momento pudessem levar em conta a capacidade econômica das regiões, mas que em outros chamassem atenção para a concentração de renda, no caso o “índice de gini”.

Portanto, segundo Adorno (2002, p. 112), “não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal”.

Soares (2008) apresenta uma visão contrária:

Os pobres e os menos instruídos matam e morrem mais por violência, inclusive homicídio. Nada disso funciona no tempo: nos últimos 50 anos, o analfabetismo despencou no Brasil, assim como a mortalidade infantil e a pobreza absoluta; os níveis de consumo de todo o tipo aumentaram, de tal maneira que alguns itens de consumo, que eram símbolos da elite há algumas décadas – como televisão e geladeira – hoje são encontrados em mais 80% das residências. Os automóveis já chegaram à classe trabalhadora estabelecida e os computadores estão em via de fazê-lo. (SOARES, 2008, p. 154)

Para o autor, o Brasil experimentou um crescimento econômico juntamente com o aumento do poder de consumo dos mais pobres nos últimos anos e, mesmo assim, as taxas de homicídios continuaram crescendo, o que para ele revela a não consistência dessas conclusões no tempo.

No entanto, Adorno (2002) demonstra que esses ganhos no poder de consumo e o crescimento da renda foram alocados de modo tão desproporcional que teve por efeito acentuar pesadamente as desigualdades sociais. “O crescimento do bem-estar e a diminuição

relativa da pobreza não lograram neutralizar as profundas disparidades socioeconômicas” (ADORNO, *op. cit.* p. 118). A aceleração da concentração de renda e a expansão do mercado informal contribuíram para o agravamento das condições de pobreza no Brasil. Em resposta aos pesquisadores que afirmavam a não relação entre pobreza e criminalidade baseados na constatação de que o crescimento da renda das populações mais baixas e o aumento do seu poder de consumo não interferiram nas taxas de homicídios, o autor coloca a seguinte questão:

Seja o que for, a desigualdade social não é socialmente vivida e experimentada como era há duas ou três décadas. Ampliaram-se os padrões de consumo e de acesso a bens duráveis, mesmo entre os seguimentos sociais mais pauperizados. Não é raro que estudantes de ciências sociais, ao visitarem habitações populares, surpreendam-se com os equipamentos eletrônicos domésticos, inclusive computadores. De certo melhorou o acesso dos segmentos mais pobres ao conforto proporcionado pelo progresso tecnológico. No entanto permanecem acentuadas restrições de direitos e de acesso às instituições promotoras do bem-estar e da cidadania. (ADORNO, 2002, p. 121)

Nesse sentido, Córdia, Adorno e Poletto (2003), utilizando dados desagregados da Região Metropolitana de São Paulo, mostraram que os bairros mais pobres foram os que apresentaram as maiores taxas de homicídios e que “mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infra-estrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura” (ADORNO, 2002, p. 112). Relatando pesquisas internacionais que trabalharam com dados ao nível individual, Soares (2008) afirma que muitas delas perceberam que as taxas de homicídios afetam demasiadamente as classes mais pobres, o que de certa maneira identifica aquilo que o autor vai designar de máxima metodológica: o “que vale para um nível de agregação não vale necessariamente para os demais” (SOARES, 2008, p. 154).

Notadamente, quando são realizados estudos a níveis agregados considerando municípios e estados, não ocorrem associações entre as taxas de homicídios e pobreza, porém num nível de desagregação maior,

como é o caso do trabalho realizado por Cardia, Adorno e Poletto (2003), fica claro que os bairros mais pobres apresentaram as maiores taxas de homicídios.

### 2.3 No plano micro

De acordo com Adorno (2002), a sociedade brasileira está experimentando quatro tendências: 1) O crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio e de homicídios dolosos; 2) a emergência da criminalidade organizada; 3) graves violações de direitos humanos; 4) e conflitos intersubjetivos. A mudança nas relações sociais, na divisão social do trabalho, a quebra de fronteiras dos Estados – nação transferindo e compartilhando riscos, a complexificação das relações sociais, etc - vêm transformando e alterando consideravelmente os domínios pessoais, interpessoais, sociais, políticos e econômicos.

Essas mudanças alcançam o território do crime, que de alguma forma transformam

(...) os padrões tradicionais e convencionais de delinquência, anteriormente, concentrados em torno do crime contra o patrimônio, via de regra cometidos por delinquentes que agiam individualmente ou, quando muito, em pequenos bandos e cuja ação tinha alcance apenas local” (PERES *et al*, 2006, p. 40).

Atualmente, o crime organizado ganha mais força, agindo em redes bastante extensas que vão desde, o menino pertencente a um bairro pobre até os mais altos escalões do mundo político e econômico. As regiões atingidas não são apenas locais específicos, mas sim, diversos países e continentes.

Nesse contexto, as variáveis microsociais relacionadas com as variáveis macrosociais ganham extensa importância, pois como referido anteriormente, as explicações e motivações para o aumento dos homicídios não se situam apenas no domínio das explicações gerais, e tão só na análise das relações imediatas. A riqueza dos trabalhos está na percepção conjunta dessas duas dimensões, por isso, fatores como idade, etnia, gênero acabam sendo imprescindíveis para entender o fenômeno dos homicídios, da mesma forma que o mapeamento das condições sociais e econômicas que esses grupos encontram-se inseridos. Um

estudo com essa magnitude levando em conta questões macro e micro pode evidenciar quem são as vítimas, no que diz respeito aos perfis sociodemográficos, os fatores de riscos e também nas mudanças dos padrões sociais.

### **2.3.1 Nas regiões**

Desse modo, questões regionais também aparecem com grande relevância. Para Beato e Marinho (2007), o crime de homicídios poderia ser compreendido pelas

(...) especificidades culturais e os padrões de conflito e controle prevalentes de cada uma delas, (...) os altos índices de homicídios por arma de fogo em determinadas regiões poderiam ser explicados a partir dos processos de desorganização social resultantes de conflitos característicos de fronteira agrícola e de expansão onde inexistem mecanismos de controle formal (BEATO; MARINHO, 2007, p. 178).

Para Zanotelli (*apud* RAIZER, 2007) seria extremamente necessário conhecer os territórios do crime e sua distribuição socioespacial, já que não existem estudos cumulativos que permitam dimensionar as diferenças regionais e estaduais.

Certamente, em cada uma das regiões enfocadas, há histórias locais particulares, inclusive de construção de redes de crime organizado com conexões com o aparelho do Estado e segmentos do mercado, de formação de grupos de execução sumária e de grupos de extermínio com pistoleiros profissionais, além de características locais de organização dos serviços de segurança pública e de aplicação de justiça penal que podem ser pouco eficientes na contenção dessa modalidade de violência fatal, assim como de outras modalidades de crime violento associados com homicídios. (PERES et al, 2006, p. 32).

Este tipo de análise permitiria observar onde os crimes foram cometidos, se em via pública, em residências, lugares de lazer, etc. Assim, poder-se-ia diagnosticar de forma mais detalhada a dinâmica de algumas especificidades de homicídios. Assim:

(...) a concentração dos homicídios em cidades e, especificamente, em alguns dos seus bairros ou distritos, explicaria porque os homicídios são também interpretados como ‘um barômetro social, um indicador das relações sociais em nível micro e macro. O assassinato não é apenas um crime, é um sinalizador de saúde pública ou social’. (SHAW; TUNSTALL; DORLING, 2005 *apud* PERES *et al.*, 2006, p. 22).

De acordo com o Beato e Marinho (2007), o debate regional vai além. O ambiente rural, desamparado por uma ética pública, provocaria conflitos calcados na “honra e em formas tradicionais societais”. Se antes da década de 1980 a maior concentração de homicídios estava nas regiões Centro-Oeste, Oeste e Norte, após a década de 1990, regiões mais urbanas passaram a desenvolver maiores taxas de homicídios.

Nota-se uma dinâmica que se vai deslocando cada vez mais para as principais regiões metropolitanas do país, como o Rio de Janeiro, em meados da década de 1980, e São Paulo, no final dessa mesma década e início da de 1990. Daí em diante observa-se uma dispersão dos homicídios por outras regiões metropolitanas, como Belo Horizonte, Curitiba, e grandes cidades do interior de São Paulo e das regiões Sul e Sudeste” (BEATO & MARINHO, 2007, p. 179).

Essa transferência de taxas das regiões Centro-Oeste, Oeste e Norte não seu deu apenas num plano geográfico, mas também num plano cultural e de valores. Os mesmos vícios que caracterizavam as regiões rurais, como a inexistência de mecanismos formais de controle social, a cultura do mandonismo, o desrespeito a uma ética pública, foram sendo alocados nas regiões urbanas. Para os autores, uma lógica privada de ordenação da vida social passou a reger grupos de jovens habitantes dos centros urbanos.

Contudo, outros pesquisadores vêm percebendo uma nova mudança nesta dinâmica. Waiselfisz (2008) aponta para um movimento denominado interiorização da violência, ou seja, práticas violentas que estavam centradas nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas, passam a estar presentes também em cidades do interior do Brasil.

### 2.3.2 Idade e gênero

A morte de crianças e jovens por homicídios cresceram consideravelmente nos últimos 20 anos em vários países, especialmente no grupo de jovens do sexo masculino. Análises mostram que no período de 1980 a 1994 nos países do continente americano os homicídios representavam 28,7% de todas as mortes por causas externas (suicídio, acidentes em geral e acidentes de trânsito). Nos Estados Unidos, quando o país obteve a mais elevada taxa de homicídios (1993), o maior crescimento aconteceu no grupo de jovens negros, do sexo masculino entre 12 e 17 anos (12.880 vítimas) (PERES *et al*, 2006, p.23). No Brasil, percebe-se o mesmo fenômeno, os grupos mais vulneráveis são os de jovens do sexo masculino residentes em bairros carentes de serviços públicos. De acordo com Soares, a “idade influencia a vitimização e os jovens, particularmente na faixa de 20 e 40, apresentam taxas mais altas que as demais faixas, essa diferença é mais alta no caso dos homens” Soares (2000 *apud*, PERES *et al*, 2006, p. 35). Há mais vítimas do sexo masculino comparativamente às do sexo feminino, e o crescimento foi maior e mais acelerado entre as vítimas masculinas do que as femininas.

### 2.3.3 Etnia

A população de negros e pardos também se encontra inserida na população de risco.

Negros e pardos correspondem a 36,3% da população do Sudeste, mas a 51,6% das mortes por homicídio. Na região Nordeste a diferença é ainda maior: negros e pardos correspondem a 66,28% da população e a 86,6% do total de vítimas de homicídio. (BEATO; MARINHO, 2007, p. 186).

Entretanto, ainda existem poucos estudos que tragam a influência da etnia nas taxas de homicídios, muitos deles, acabam considerando a população como um todo, sem fazer a discriminação por etnia, idade, gênero, etc. Ainda assim, o relatório realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), demonstrou que negros, homens e mulheres, têm mais chance de serem vítimas de violência, inclusive homicídios, do que os brancos. No mesmo relatório,

constata-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançado pela população negra em 2005, é o mesmo que a população branca possuía em 1991.

### 2.3.4 Armas de fogo

O aumento do uso de armas de fogo nos crimes de homicídios pode evidenciar estas questões. O *boom* de crimes na década de 1990 e início do século XXI esteve apoiado em um enorme incremento no uso de armas nesses assassinatos. Segundo Beato & Marinho (2007) de 1980 a 2004 ocorreram 835.418 homicídios, dos quais 488.629 foram cometidos por armas de fogo. A facilidade de ter acesso a armas tanto de forma legal quanto de forma ilegal em meados dos anos de 1980, resultou em quase um milhão de mortes num período de 22 anos (BEATO; MARINHO, 2007).

As armas de fogo ou os instrumentos utilizados nos crimes de homicídios são importantes variáveis microsociais que podem apontar para certos padrões e motivações para os crimes de homicídios, bem como a população que se encontra em risco. Entre a população jovem, uma das principais causas de morte são os homicídios, muitos deles cometidos por armas de fogo. Nesse sentido, para Peres *et al* (2006, p. 36),

(...) estudos são unânimes em reconhecer que a presença de arma de fogo aumenta a probabilidade de desfechos fatais em conflitos interpessoais de toda a ordem, dos quais crianças, adolescentes e jovens adultos não estão protegidos.

Na cidade de Nova York no período de 1996 a 2000 a maioria das mortes de jovens de 0 a 19 foram ocasionadas por armas de fogo, 242 de um total de 263 casos, ou seja, “as armas de fogo são as mais frequentemente usadas em homicídios de jovens adolescentes acima de 10 anos” (PERES *et al*, 2006, p. 24). No Brasil, nas pessoas com idade entre 15 a 24 anos, 60% dos homicídios foram realizados por armas de fogo, 8,6 vezes maior que a população idosa.

### 2.3.5 Algumas interpretações

As análises empíricas realizadas com base em variáveis microsociais são interessantes porque permitem contestar fatos que são percebidos como prontos. É comum assegurar que os jovens são os que mais morrem e também os que mais matam, porém muitos estudos vêm demonstrando o contrário: os jovens do sexo masculino são as vítimas e não os agressores. Castro (1993) afirma que as crianças e jovens envolvidas com homicídios não fazem parte de grupos criminosos, e nem mesmo possuem alguma ligação com atividades ilegais. Na maioria das vezes, esses jovens são pobres moradores de bairros precários, locais em que o Estado e a assistência de serviços públicos ficam bastante afastados.

Sua visibilidade fica estigmatizada como agentes em condição de delinquência, o que os torna vulneráveis e alvos fáceis de grupos de extermínio altamente organizados - formados por policiais, ex-policiais, comerciantes, mercenários, moradores de bairros, etc. - sendo muitas vezes executados sumariamente. Toma-se como exemplo o caso da chacina da Candelária, quando no dia 23 de julho de 1993 na cidade do Rio de Janeiro, 8 crianças e jovens foram mortos. Sabe-se que essas pessoas não possuíam relação com crimes de homicídios. Uma das hipóteses para o crime é de que policiais faziam parte de um grupo de extermínio, e foram contratados por comerciantes da região para realizar a "limpeza" do centro histórico do Rio de Janeiro.

Harms e Snyder (2004 apud PERES *et al.*, 2006) colocam que nos Estados Unidos no período de 1980 a 2000, nos casos em que os agressores eram conhecidos, 75% dos casos eram jovens e adultos. Em menos de 25% dos homicídios o agressor tinha a mesma idade da vítima.

Na Europa, segundo Pfeiffer (1998), 1,8% dos jovens foi preso por envolvimento com homicídio e, no Brasil (ADORNO *et al.*, 1999), foi identificado que 1,3% dos jovens sindicados por Varas da Infância e da Adolescência na cidade de São Paulo (entre 1993 e 1996) estava envolvidos com homicídio. Os dados sugerem que, ao redor do mundo, os jovens são, com maior frequência, vítimas de homicídio e não agressores. (PERES *et al.*, 2006, p. 26).

Em 2007, no Brasil, enquanto que 41% de todas as pessoas presas haviam cometido roubo e furto, 14% tráfico de entorpecentes, apenas

11% de toda essa população carcerária havia cometido crimes de homicídios (CARDOSO; MATTOS MONTEIRO, 2008).

Não obstante, esse elevado número de homicídios na população jovem não pode ser explicado somente pelo tráfico de drogas. Ele é muito mais complexo, pois remete a várias questões de ordem social e cultural. As galeras ou gangs no Brasil expressam subjetividades que vão muito além de puras relações mercantis encontradas no tráfico de drogas, por exemplo. As *pandillas* no Chile e na Nicarágua, *sicários e gamines* na Colômbia, *chapulines* na Costa Rica, *maras* em El Salvador, *posses* na Jamaica, *clikas* no México e *bandas* no Peru:

(...) tratam-se de grupos que têm em comum o fato de estarem envolvidos, em graus variáveis, com atividades ilegais de diferentes tipos. Sua estrutura varia em função da atividade que exercem, dos ritos de iniciação e da idade predominante do grupo. (BEATO; MARINHO, 2007, p. 186).

Zaluar (1999) acrescenta outras variáveis na explicação dessas altas taxas de homicídios na população de jovens do sexo masculino, inclusive a atribuição de um *ethos* guerreiro, onde o porte de arma acaba sendo um símbolo de masculinidade. A divisão sexual do trabalho no crime organizado, também carrega sua importância, à medida que as funções de mais alto risco ficam a cargo dos jovens do sexo masculino.

Contudo, os estudos evidenciam que não existem vítimas aleatórias. Os grupos de pessoas em risco são claros e evidentes, especialmente no que diz respeito às crianças e jovens negras do sexo masculino. Vale lembrar, que as estatísticas vêm apresentando somas nos registros das crianças e jovens do sexo feminino, o que demonstra que os grupos de risco,

(...) compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 19 anos, do sexo masculino, proporcionalmente mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas. (PERES *et al*, 2006, p. 33).

## 2.4 Porque estudar as taxas

De acordo com Soares (2008), os homicídios são percebidos por inúmeras pessoas como fatores imprevisíveis que se devem comumente ao acaso. Remetem a questões exteriores ao indivíduo não passíveis de

serem mensuradas ao longo do tempo. Todavia, para o autor, as “mortes violentas”, inclusive os homicídios, “são previsíveis no seu conjunto” (SOARES, 2008, p. 28). Os homicídios são fenômenos estruturais porque seguem:

- A tendência de mudanças graduais, sem prejuízo de oscilações de conjuntura”, em outras palavras, se ao longo do tempo as taxas continuarem crescendo, espera-se que elas apresentem o mesmo comportamento, mesmo entre regiões;
- Segue um padrão estável, ainda que mutável, de relações com as variáveis externas com que apresenta correlações que não mudam substancialmente de valor no tempo;
- Sua composição interna também é estável. O padrão continua mesmo que as taxas sejam subdivididas por gênero, escolaridade, idade, etc.;
- As mortes violentas são um fenômeno estável e sua ordem de grandeza pode ser prevista com relativa acuidade a partir dos dados referentes aos anos anteriores – sempre quando há estatísticas confiáveis. (SOARES, 2008, p. 28-29).

Segundo Soares (2008), a partir do ano de 1979 as taxas de homicídios no Brasil apresentaram uma tendência de crescimento “de aproximadamente 10 por 100 mil”, o teste de correlação entre o primeiro ano e último ano de análise demonstrou que essa taxa cresceu linearmente 0.96 ao ano. Para o autor, o teste de correlação entre o ano inicial de análise e o último ano permite caracterizar se os homicídios são fenômenos estruturais. Quanto maior for o resultado da associação entre os períodos assinalados, maior é a chance de essas taxas continuarem crescendo.

De 1986 a 1997, as taxas de homicídio nas 25 regiões mineiras se correlacionam intimamente. A taxa de 1986 apresenta um coeficiente de correlação (produto-momento) de 0,87 com a de 1996 e de 0,83 com a de 1997! Essas correlações são significativas ao nível de 0,000 – menos de uma chance em 1.000 de que se devam ao acaso, com testes unidirecionais. Todas as 66 correlações

foram significativas nesse nível de exigência. (SOARES, 2008, p. 32).

Sua hipótese de que existe um padrão e estabilidade dos homicídios é comprovada, mesmo que se leve em consideração diferentes regiões, como é o caso de micro e mesorregiões. Esse padrão também se dá ao nível composicional, as tendências de estabilidade nas taxas de homicídios subdivididas por sexo, idade, estado civil apresentam resultados parecidos. Outra forma de medir essas tendências, segundo Soares, são os testes de desvio padrão entre as diferentes regiões. Se eles continuarem estáveis durante o tempo, variando pouco, significa que as taxas encaixam-se na hipótese de fenômenos estruturais.

Cláudio Beato demonstrou que, em Minas Gerais, durante muitos anos, os diferentes crimes, inclusive homicídios, mudaram lentamente no tempo (...) As médias e os desvios padrão das taxas de homicídios das regiões mineiras variaram pouco em 12 anos. A média ficou entre o mínimo de 9,29 e o máximo de 11,63, e o desvio padrão variou entre 4,27 e 6,62. (BEATO *apud* SOARES, 2008, p. 32).

Entretanto, deve-se estar atento para algumas questões de método e também de complexidade social que podem interferir nessa estabilidade. Primeiro, as estatísticas utilizadas devem ser analisadas com o máximo de cuidado, já que, como são taxas, podem desvirtuar e descaracterizar municípios com uma população inferior a 5.000 habitantes, acrescentando valores exorbitantes nas taxas quando a variação no número absoluto de homicídios é muito pequena. Em segundo, outras questões podem influenciar contribuindo para a desestabilidade dessas taxas, como é o caso do crescente aumento de crimes por arma de fogo. De 1979 a 2001, no Brasil, os homicídios por arma de fogo cresceram de 43% a 69%.

Contudo, para o autor, as relações entre os homicídios - variáveis estruturais - podem ser feitas levando em consideração as categorias tempo e espaço. O estudo parece ser importante, especialmente para os atores ligados as políticas públicas à medida que é possível relacionar “a taxa de homicídios à idade, às armas de fogo, em anos diferentes”, e deste modo, “mostrar a existência de um padrão nessas relações” (SOARES, 2008, p. 39). Portanto, é possível prever sua estrutura agregada, porém não a sua dimensão individual; “o paradoxo das mortes violentas, à semelhança de outras catástrofes, é que se, por um lado, sua

estrutura relacional e sua ordem de grandeza são previsíveis, por outro, não há como prever *quem* serão as vítimas”. (SOARES, *op. cit.*, p. 41-grifo do autor).

A importância do estudo das taxas de homicídios fica evidente à medida que elas são fenômenos estruturais e possuem um certo grau de previsibilidade no tempo. Dessa forma, o debate sociológico pode ser bastante útil, primeiramente ao identificar padrões sociais diferenciados no tempo. Segundo, por tornar-se uma poderosa ferramenta de auxílio na decisão de políticas públicas. Os gestores, ao estarem munidos de análises cada vez mais sofisticadas, podem perceber a incidência desses fenômenos em diferentes regiões. Além disso, a análise estatística possibilita munir de argumentos diferentes atores da sociedade civil e produzir um conhecimento mais elaborado sobre o tema. Como demonstra Raizer (2007, p. 237), a análise da dinâmica dos homicídios, com base em séries históricas pode dar algumas saídas para o enfrentamento do problema de segurança pública, “tanto no plano individual e coletivo quanto no plano político e institucional”.

Os estudos acerca da dinâmica dos homicídios são essenciais tanto para o diagnóstico de tendências da criminalidade quanto para a formulação (e subsequente monitoramento) de estratégias de controle e prevenção adequadas às particularidades locais e regionais, bem como às características socioeconômicas e culturais dos diferentes segmentos populacionais, habitualmente relegadas a um plano secundário. (RAIZER, 2007, p. 236).

Além de apresentar saídas e diagnósticos para o problema da criminalidade, o estudo quantitativo pode desmistificar certos preconceitos que apresentam um grande apelo popular. Muitas vezes, a mídia acaba por perpetrar um medo geral, impedindo que os grupos mais atingidos sejam seriamente analisados. Para Paixão (1987), haveria uma situação paradoxal:

(...) quanto mais se ampliam a percepção pública da criminalidade como problema central das grandes cidades e a demanda por políticas de segurança, menos conhecemos o fenômeno, e cada vez mais as lacunas cognitivas tendem a ser preenchidas por mitos, crenças e emoções. Paixão (*apud* ZALUAR, 1999, p. 52).

Pesquisas que evidenciassem as taxas, identificando os grupos atingidos, os locais onde os crimes aconteceriam com mais frequência, de algum modo, auxiliariam na elaboração de conhecimentos cada vez mais sofisticados e afastados de percepções equivocadas. A demanda por mais ações punitivas tanto da sociedade civil quanto da própria mídia poderia de fato ser freadas com a publicização de trabalhos quantitativos que evidenciassem que o crescente número de ações punitivas no Brasil apenas conseguiu dobrar a população prisional num período de sete anos (2000 a 2007), no entanto, sem alterar e diminuir as taxas de criminalidade (CARDOSO; MATTOS MONTEIRO, 2008).

### 3 METODOLOGIA

Antes de iniciar o detalhamento dos processos metodológicos e operacionais da pesquisa, faz-se necessário evidenciar algumas notas sobre as fontes de dados utilizadas, bem como compreender quem fornece as estatísticas e de que forma o processo é realizado. Não é novidade, para nenhum pesquisador minimamente familiarizado com a temática que as estatísticas criminais possuem vários problemas de confiabilidade, de registro, de operacionalidade, e, talvez, o mais dramático, de publicização de informações. Renato Sérgio de Lima (2005), em extensa análise das estatísticas criminais produzidas no âmbito das instituições de justiça criminal (polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário e Estabelecimentos Carcerários), no estado de São Paulo entre os anos de 1871 até 2000, chama atenção para a hipótese de que,

Mesmo após a redemocratização e a pressão por mudanças exercidas pelos discursos em prol dos direitos humanos para a estruturação de procedimentos de controle público das agências estatais encarregadas por justiça e segurança no país, o segredo permanece como *modus-operandi* do sistema de justiça criminal, não obstante a incorporação, sobretudo pelas polícias, de discursos de transparência dos dados e estatísticas e de sofisticados sistemas e linguagens de tecnologia da informação. (LIMA, 2005, p.10).

Dessa forma, a lógica do “segredo” estaria pautando a “arte de governar” dessas instituições burocráticas. Em outros trabalhos também é possível verificar as críticas relacionadas à baixa confiabilidade e pouca acessibilidade das informações produzidas pelas instituições criminais (SOARES, 2008; ADORNO, 2002; ZALUAR, 1999; CANO; RIBEIRO, 2007), alguns associando o baixo grau de informação a práticas remanescentes do regime militar (SAPORI, 2007; SALLA, 2003). Porém, a discussão sobre a acessibilidade e a confiabilidade dos dados passou a assumir certo grau de centralidade nas duas últimas décadas, colocando em pauta a necessidade da transparência de informações. Para Lima (2005), o avanço tecnológico, traduzido aqui em confiabilidade e acessibilidade de informações estava intimamente associado à modernização tecnológica do Estado. “Em nome de uma postura técnico profissional das instituições, a tecnologia é assumida

como a modernização possível e necessária à melhoria e qualidade das informações produzidas” (LIMA, *op. cit.* p. 11). No entanto, essa mudança de lógica, apenas transformou “a informação de algo secreto” em “algo opaco”.

O problema desloca-se, assim, da produção para o uso de dados disponíveis e, nesse terreno, parece ocorrer a adoção entusiasmada de sistemas de geoprocessamento de ocorrência; a disponibilização de processos judiciais na internet, entre outras iniciativas, sem, contudo, uma avaliação sobre a acessibilidade, qualidade, transparência, integridade e utilidade dos dados disponíveis – num movimento que lida com a tecnologia em si mesma e desconsidera processos políticos, classificações adotadas, categorias e conteúdos do fluxo informacional no interior das instituições. (LIMA *op. cit.* p. 12).

Bezerra (2006) entende que tal familiaridade com processos técnicos cada vez mais avançados, mas, sobretudo, sem o mínimo de reflexão de como vem sendo produzidos e analisados esses dados resultaria em uma consequência negativa, pois levaria a “uma espécie de embotamento do espírito crítico que torna a discussão sobre o tema muito pobre se for comparada à magnitude do problema”. (BEZERRA *apud* RAIZER, 2007b, p. 57). Desse modo, necessita-se ressaltar que o conjunto de informações estatísticas analisadas neste trabalho, de alguma maneira, estará representando o *modus operandi* de instituições, seja dos indivíduos pertencentes a ela, seja de toda a estrutura institucional. Antes das estatísticas serem um retrato fiel do universo dos crimes realmente cometidos num determinado local, elas são um retrato do processo social de notificação de crimes.<sup>5</sup>

Os dados não apresentam verdades absolutas, objetividade e neutralidade, eles são reflexos de processos sociais e burocráticos que expressam a lógica política do Estado, suas instituições e os modelos assumidos no seu processo de formação e consolidação. A produção estatística não deixa de ser política e social. Nesse sentido, o trabalho de Lima (2005) torna-se importante porque chama atenção para os pressupostos sociais e políticos inseridos na construção e operacionalização das estatísticas, no caso, criminais.

---

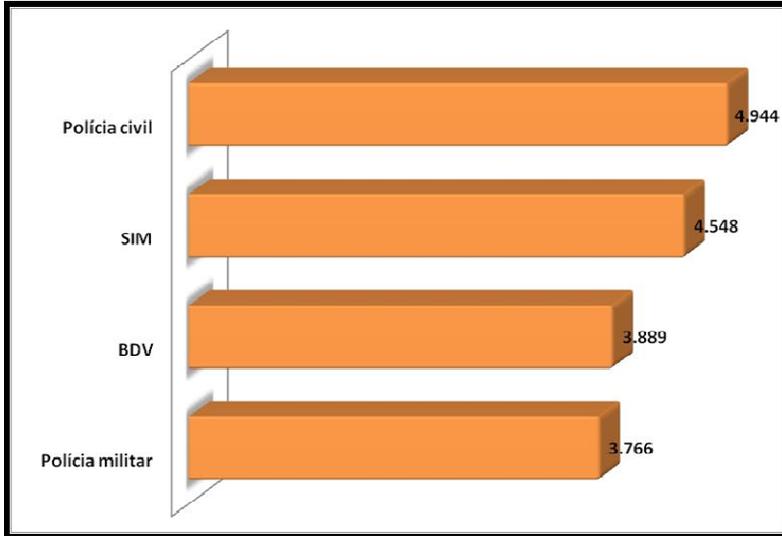
<sup>5</sup> Túlio Kahn - Comentário realizado no espaço online do Fórum de Segurança Pública <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/o-fetico-das-estatisticas-criminais>

Tendo em mente que os eventos empíricos são levantados a partir da realidade social, são processados por técnicos, pesquisadores, que então acrescentam sua visão de mundo, entende-se que o fenômeno dos homicídios é uma realidade empírica, social, que denota análises sociológicas. As análises das estatísticas, dos indicadores sociais e das taxas de homicídios possibilitam produzir um arcabouço informacional sobre o fenômeno dos homicídios em Santa Catarina, considerando os mesmos como fatores pertencentes à realidade social. O trabalho de análise da “dinâmica” dos homicídios encaixar-se-ia nesta dimensão, o fenômeno homicídios seria analisado conjuntamente a outras variáveis, como gênero, escolaridade, etnia, renda, etc. Em síntese, os eventos empíricos da realidade social, homicídios, gênero, escolaridade, etc, seriam tratados pelas estatísticas aqui trabalhadas, dando origem a um conhecimento sociológico não livre de pressupostos políticos e sociais.

### **3.1 Sobre os dados**

No Brasil, segundo Cano e Ribeiro (2007), existem duas principais fontes de dados para resgatar informações sobre homicídios: o boletim ou registro de ocorrências das polícias civis e as certidões de óbito do Ministério da Saúde (SIM / DATASUS). No boletim ou registro das polícias civis é possível encontrar informações sobre a vítima, a dinâmica do fato e dos algozes, caso eles sejam conhecidos, já nas certidões de óbitos do Ministério da Saúde são disponibilizadas informações apenas das vítimas.

As informações nessas duas fontes de dados frequentemente não coincidem, ou seja, é possível encontrar dados oficiais para uma mesma região, estado, municípios, com valores bastante diferentes. De acordo com o trabalho realizado por Caroché (2004) no estado do Espírito Santo para os anos de 2000 a 2002, os dados encontrados nas polícias civis, militares, no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e no Banco de Dados sobre a Violência (BDV) apresentaram resultados com grandes diferenças. Enquanto que as polícias civis registravam um número de 4.944 mortes por homicídios, as polícias militares apresentavam 4.548 mortes, uma diferença de 396 mortes, o que equivale a 8%.



**Gráfico 1** - Número de homicídios segundo a fonte: ES, 2000 a 2002  
 Fonte: (Caracoche, 2004 in Soares, 2008)

### ***3.1.1 Boletim ou registro de ocorrência das polícias civis***

Em relação aos boletins (BO) ou registro de ocorrências das polícias civis (RO), outros problemas aparecem. Quando são realizados os BOs ou ROs não existe uma padronização de critérios para a classificação das mortes, isto é, os ROs ou BOs acabam sendo registrados de acordo com os critérios jurídicos ou operacionais das próprias polícias. De acordo com Cano e Ribeiro (2007) essa forma de classificação não permite que se organize um banco de dados unificado com todas essas informações. Muitas mortes são classificadas com base no conhecimento empírico de determinados atores, “tudo é deixado ao critério do delegado, sob inspiração do código penal” (CANO; RIBEIRO, 2007, p. 53). Assim, nem toda a morte intencional é classificada pela polícia como homicídio, latrocínio, suicídio, por exemplo, possuem tipificações penais diferenciadas, não sendo contabilizadas nas mortes por homicídios. Os autores propõem que se criem manuais específicos que definam as categorias a serem usadas e o modo de classificar casos complicados para que se possa então padronizar os registros nas diferentes delegacias.

Zaluar (1999), referindo-se aos autores que privilegiam a

pesquisa quantitativa baseada em indicadores sociais, aponta para a inexistência de um sistema nacional de estatísticas criminais como maior empecilho para a pesquisa sociológica e definição de políticas públicas para o setor. Os dados oficiais “dificilmente possibilitam a construção de séries temporais e comparações sistemáticas inter e intra-regiões” (ZALUAR, *op. cit.* p. 56).

A falta de um sistema único de informações acarreta outra inconsistência bastante grave, isto é, muitos registros são duplicados. Quando um ônibus é assaltado, diversos passageiros podem registrar a ocorrência em várias delegacias o que leva a uma superestimação dos registros. Outro problema dos ROs e BOs refere-se ao caso de que o sistema policial registra o fato inicial e não o óbito em si. Isto implica em alguns problemas como a não atualização dos dados. Diversas vítimas vêm a entrar em óbito após o registro da ocorrência, então a “tentativa de homicídio” passa a ser um “homicídio”, mas na maioria das vezes as policias civis não atualizam esses dados.

Alguns estados já possuem sistemas de informações criminais bastante avançados, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, existe um banco de dados sobre processos penais que viabilizariam pesquisas de fluxo de justiça. Isso não acontece em Santa Catarina, dificultando o exercício de pesquisas com esses enfoques e a elaboração de diagnósticos mais elucidativos.

Por fim, tem-se o problema do sub-registro ou das cifras negras.<sup>6</sup> Esses casos referem-se a aqueles crimes que não chegam ao conhecimento das policias, onde não há a possibilidade de fazer uma correspondência direta entre a “criminalidade real” e a criminalidade registrada pelos dispositivos policiais e judiciários (BEATO; PAIXÃO, 1997). A Pesquisa de Vitimização - Cpdoc - FGV/Iser, 1997 constatou que no Rio de Janeiro as pessoas deixam de denunciar os crimes por várias razões, seja pela falta de confiança no sistema de justiça criminal, onde suas demandas não serão supridas, seja pelo medo da polícia que muitas vezes age de forma truculenta distanciando cada vez mais a confiança dessas pessoas das instituições, ou também, a falta de interesse pela denúncia (ADORNO, 2002).

Para se ter uma ideia, 4 a 5 roubos no Rio de Janeiro não eram notificados para a polícia. De acordo com pesquisa realizada por Soares (2008, p. 133) em Brasília, “58% das vítimas de roubo a mão armada e

---

<sup>6</sup> No trabalho realizado por Joana Vargas (2004), sobre o tempo de justiça nos crimes de estupro, a autora refere-se às “cifras negras” como “taxas de atrito”.

81% dos envolvidos em brigas não denunciaram o ocorrido a uma autoridade” e o mais preocupante, “64% dos feridos por arma branca não denunciaram o ocorrido a uma autoridade competente e 58% dos feridos com arma de fogo tampouco o fizeram”.

Esses indicadores também são reflexos da baixa confiabilidade nas instituições de justiça que comumente deixam de atender as demandas da população.<sup>7</sup> Por exemplo, segundo o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, o brasileiro confia pouco nas instituições responsáveis por segurança pública; por exemplo, o caso da Justiça, com um nível de confiança de apenas 28%.

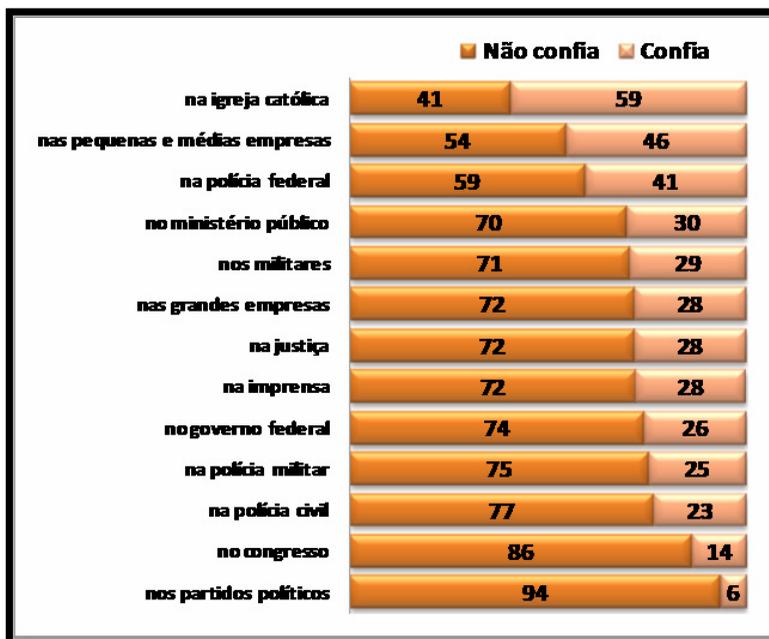
Entretanto, o problema do sub-registro é maior nos casos de violência não fatal. Segundo Peres *et al* (2006) os casos de violência fatal possuem uma melhor notificação por conta de alguns fatores;

1. A gravidade do problema;
2. O impacto que estas mortes precoces e evitáveis têm sobre a sociedade;
3. A redução da expectativa de vida tem altos custos socioeconômicos;
4. Maior quantidade de dados oficiais e possibilidade de comparação com outros grupos etários. (PERES, *op. cit.* p. 21).

No entanto, mesmo diante de todos estes problemas, as estatísticas policiais devem ser analisadas por pesquisadores sociais, seja para sujeitá-las a crítica, seja para contribuir com possíveis melhoras das fontes de informações.

---

<sup>7</sup> “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE – PNAD, 1990) investigou o comportamento social face à Justiça Pública. Os resultados são surpreendentes. Eles revelaram que, no período de outubro de 1983 a setembro de 1988, 55,20% de todas as pessoas que se envolveram em diferentes conflitos (trabalhista, criminal, conjugal, desocupação de imóvel, pensão alimentícia, conflito de vizinhança, conflitos por posse de terras, cobrança de dívida, herança), não recorreram à justiça. Entre eles, o motivo preponderantemente alegado foi: “resolveu por conta própria” (ADORNO, 2002, p. 105).



**Gráfico 2 - Percentual de confiança nas instituições (qual a instituição que você mais confia)?**

Fonte: ESEB – 2002.

### 3.1.2 *Certidões de Óbito do Ministério da Saúde*

No caso das certidões de óbito do Ministério da Saúde os problemas são menores; porém, como dito antes, só é possível encontrar informações sobre as vítimas, diferentemente dos BO ou RO que trazem dados dos algozes e do fato em si. As certidões têm a vantagem de seguir critérios de classificação internacionais - Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) – o que possibilita a aquisição de dados padronizados, pois o processamento é realizado de forma homogênea em todo o país.<sup>8</sup> O SIM faz parte do DATASUS e é gerido pelo Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), criado em 1975. Os dados são disponibilizados desde 1979, porém só a partir de 1996 as fontes de

<sup>8</sup> Os dados de 1979 até 1995 remetem a 9ª revisão ou CID 9. Os de 1996 em diante fazem parte da 10ª revisão ou CID 10.

informação foram unificadas. As informações recolhidas nas certidões de óbitos em cada estado alimentam o banco de dados SIM,<sup>9</sup> onde as informações dos óbitos são preenchidas por médicos e coletadas através dos cartórios. Nas declarações de óbito é possível encontrar informações sobre a vítima, como, nome, filiação, naturalidade, profissão e endereço, porém essas informações não aparecem no SIM. Já as características sociodemográficas (sexo, idade, raça, escolaridade e causa do óbito) fazem parte do rol de informações disponibilizadas pelo sistema. Da mesma forma que os acidentes em geral e os suicídios, os homicídios fazem parte das chamadas “causas externas de mortalidade”. Contudo, segundo Cano e Ribeiro (2007), há alguns problemas nos dados disponibilizados pelo SIM:

1. Só é possível encontrar informações sobre a vítima;
2. A cobertura é incompleta – existem mortes que não são registradas nem comunicadas;
3. Há mortes que são mal classificadas. Muitas vezes os médicos deixam de registrar boa parte das informações do falecido (como é o caso da escolaridade);
4. Há mortes violentas que não se sabe se foram resultados de suicídio, homicídios ou acidentes em geral, acontece que os médicos às vezes deixam o campo da *causa mortis* em branco.<sup>10</sup>

A estes problemas podem-se acrescentar as notas metodológicas de Soares (2008). As vítimas de homicídios têm locais de residência, de ocorrência e de mortes diferentes. Comumente esses locais não coincidem entre si. Muitas vítimas são mortas em cidades que não são necessariamente o local de sua residência; também, o local da ocorrência pode ser diferente do local da morte.<sup>11</sup> Por exemplo, moradores de cidades pequenas são transferidos para hospitais com

---

<sup>9</sup> “O documento – padrão para a captação de dados sobre mortalidade, em todo o país, é a Declaração de Óbito (DO), que é resultado da padronização, efetuada em 1975, dos mais de quarenta modelos diferentes de Atestado de Óbito, então em uso. Conforme determinação legal, prevista no artigo 162 do Código de Processo Penal, todos os óbitos por causas externas devem gerar uma declaração de óbito, a qual deve ser preenchida no Instituto Médico Legal, com base na necropsia do cadáver e no laudo policial” (Crespo, 2004, p. 120).

<sup>10</sup> Muitas vezes as informações presentes nas certidões de óbito são obtidas a partir das informações que a delegacia encaminha para o Instituto Médico Legal (IML). Por isso, campos que raramente tem espaço no BO, como escolaridade, são os menos preenchidos.

<sup>11</sup> Relatório de pesquisa do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS) – UFSC demonstrou que na Grande Florianópolis existe uma associação entre o local do óbito e a residência da vítima.

melhores condições de atendimento em cidades maiores. Esse fenômeno é bastante presente nas grandes metrópoles, onde o fluxo de pessoas das cidades dormitórias é muito elevado.<sup>12</sup>

No Brasil, os dados do SIM fornecem importantes informações a respeito do local de residência e do local de falecimento. Os dados da polícia fornecem informações a respeito do local da ocorrência. Os dados do SIM, referentes a 1997, mostraram que 21,5% dos falecimentos por homicídio ocorreram em um município *diferente* do de residência. Este é um problema que afeta principalmente as áreas metropolitanas (...). A formação de metrópoles e megalópoles traz novos problemas para o pesquisador: as populações já não passam a quase totalidade das horas de sua vida na unidade político-administrativa de residência, em geral uma cidade. (SOARES, 2008, p. 115 – grifo do autor).

Portanto, fica clara a importância de se comparar os homicídios tendo como foco a distribuição desse crime nas regiões. O autor também chama atenção para a classificação “mortes ignoradas”. Segundo Soares (2008), as mortes classificadas como ignoradas estão diretamente relacionadas aos homicídios. Quando as mortes por causa “ignorada” diminuem, os números de homicídios e suicídios aumentam.

No entanto, mesmo com esse elevado número de problemas, Paes (1996) entende que o grau de cobertura em geral é bastante elevado e tende a melhorar historicamente, razão pela qual não deve representar uma séria ameaça à validade dos dados. Para Vasconcelos (1996) as mortes mal classificadas correspondem basicamente a mortes por causa natural e, portanto, não constituem uma ameaça importante à estimativa de homicídios.<sup>13</sup>

Peixoto (1997, *apud* CRESPO, 2004), demonstra que os problemas do SIM apresentados até o momento em Santa Catarina são mínimos. Enquanto no Brasil os “eventos de intencionalidade indeterminada” representaram “9,2% das mortes violentas, em 1999, chegando a 18,1% no Rio de Janeiro, em Santa Catarina o grupamento respondeu apenas por 3,9% destes óbitos”. Segundo o autor, isso se deve ao fato de que o Serviço de Mortalidade de Santa Catarina “utiliza

---

<sup>12</sup> Uma das coisas que pode acontecer caso as vítimas sejam levadas para os hospitais, é o local de o óbito constar como o endereço do hospital e não o local do crime.

<sup>13</sup> Autores *apud* Cano e Ribeiro (2007).

notícias de jornais como fonte complementar de dados sobre estas mortes, conseguindo elucidar a maioria dos casos” (CRESPO, 2004, p. 121).

### 3.2 Objetivos e procedimentos operacionais

Os homicídios são fenômenos que diferem de outros crimes e também diferem entre si. Segundo Soares (2008), pode-se classificar os homicídios de diferentes maneiras: em relação às características das vítimas; às características dos algozes; a relação entre as características dos algozes e das vítimas; das relações existentes entre as vítimas e algozes; a partir dos instrumentos utilizados; e do local do crime, etc.

Deve-se ter em mente que o crime não é um conceito apenas sociológico, mas também legal. Adorno (2002) chama atenção para a distinção entre crime e violência ou de que maneira uma subscreve a outra.

Crime corresponde a um conceito jurídico, diz respeito à violência codificada nas leis penais. Porém a certos tipos de violências socialmente percebidas que não se aplicam a nenhum tipo de codificação penal, do mesmo modo que há outras formas de violência enquadradas de forma equivocada em algum tipo de codificação penal (ADORNO, 2002, p. 87).

No intuito de resolver esse problema, o autor recorre ao conceito sociológico de Zaluar (1999),

Violência vem do latim *violentia* que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica (ADORNO, 2002, p. 88).

É, portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente. A violência aparece como algo dinâmico que se movimenta e assume diferentes roupagens, seja pelo seu contexto histórico, seja pela sua dimensão cultural. Isso é importante porque evidencia que a percepção sobre violência é

construída cultural e socialmente. Em resumo, significa dizer que o que é percebido como violência em algumas sociedades pode passar despercebido por outras. Ao mesmo tempo em que os homicídios são enquadrados em uma tipificação penal, e, portanto, considerados crime, eles também recebem um amplo apelo moral como algo que deve ser combatido e eliminado.

Contudo, “os crimes se distinguem em tipos muito diferentes, baseados em autores diferentes, contexto e instrumentos diferentes” (Soares, 2008, p. 48), por isso, a necessidade de se trabalhar tanto com variáveis macrossociais quanto com variáveis microssociais. Segundo Peres (2007, p. 127):

(...) são os elementos contextuais, aliados às características individuais, que conformam os fatores de risco e proteção, os quais permeiam as relações sociais e atuam na determinação de situações de violência, modulando a dinâmica da vitimização.

Nesse sentido, baseando-se nas discussões apresentadas até o momento, pretende-se estudar a dinâmica das taxas de homicídios, no que concerne às vítimas, nos municípios de Santa Catarina no período compreendido entre os anos de 1996 a 2008. Entende-se que a dinâmica possui diversas dimensões, no entanto, atem-se na parte da evolução das taxas de homicídios no tempo.<sup>14</sup> Desse modo, estudar a dinâmica dos homicídios significa analisar tanto variáveis alocadas no nível macrossocial quanto no nível microssocial. Por isso, as análises levarão em conta variáveis que denotam especificidades relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, bem como as particularidades vinculadas ao nível composicional.

Primeiramente serão realizados estudos das taxas de homicídios considerando a sua dimensão micro e macro. Na dimensão micro, busca-se analisar as dimensões intersubjetivas dos crimes de homicídios, isto é, a relação com o contexto local e os padrões de gênero, idade, escolaridade, etc. Por isso, realiza-se uma análise no âmbito geral de Santa Catarina, bem como nas mesorregiões do estado. Para uma melhor visualização das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina, são construídos mapas de violência para os municípios do estado nos anos de 1996 a 2008. Os dados que serão utilizados referem-se aos

---

<sup>14</sup> Outra dimensão da dinâmica dos homicídios poderia ser uma investigação que buscasse compreender de que modo os crimes de homicídios acontecem. Fator que não corresponde aos objetivos tratados nesta pesquisa.

óbitos por *causas externas* (V01 – Y98 da Classificação internacional de Doenças / CID 10 – OMS), especificamente as informações sobre as vítimas de homicídios. Essas informações podem ser consultadas no Sistema de Informações sobre a Saúde (SIM) do DATASUS – Ministério da Saúde.<sup>15</sup> As variáveis utilizadas serão:

- Taxas de homicídios segundo o instrumento utilizado (1996 a 2008);
- Taxas de homicídios segundo o sexo da vítima (1996 a 2008);
- Taxas de homicídios segundo a idade da vítima (1996 a 2008);
- Taxas de homicídios segundo o local do crime, se em via pública, em casa, etc. (1996 a 2008);
- Taxas de homicídios segundo a cor das vítimas (1996 a 2008).
- Taxas de homicídios segundo estado civil da vítima (1996 a 2008);
- Taxas de homicídios segundo mês em que aconteceu o homicídio (1996 a 2008).

De modo a complementar a análise, também serão realizados estudos estatísticos de correlação entre taxas de homicídios dos municípios catarinenses e as variáveis macrossociais apontadas na literatura. Espera-se que com este estudo seja possível esclarecer alguns pressupostos levantados entre a associação de crime (homicídios) e pobreza, crime (homicídios) e desenvolvimento social (homicídios) e crime (homicídios) e desenvolvimento econômico. Segue a lista dos indicadores selecionados para o estudo:

- Esperança de vida ao nascer, 2000
- Mortalidade até um ano de idade, 2000
- Renda per Capita, 2000
- Índice de Gini, 2000
- Índice L de Theil, 2000
- Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000
- Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
- Taxa de alfabetização, 2000.

Como o estudo por municípios mantém-se num nível bastante

---

15 [http://www.saude.sc.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim\\_causas\\_externas.def](http://www.saude.sc.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim_causas_externas.def)

agregado, já que os dados do SIM são disponibilizados somente ao nível do município, realiza-se um estudo das taxas de homicídios no município de Florianópolis e Joinville para o ano de 2008. Também são construídos mapas da violência para os dois municípios.

Os dados sobre homicídios da cidade de Florianópolis foram coletados no maior jornal - em termos de circulação - de Santa Catarina, o Diário Catarinense.<sup>16</sup> A escolha de trabalhar com o jornal se deve principalmente a dois motivos: primeiro pela enorme dificuldade de se ter acesso a essas informações ao nível desagregado nos bancos de dados oficiais, e segundo pela ampla cobertura jornalística aos casos de homicídios, sendo que os órgãos de segurança pública acabam utilizando de forma complementar as suas estatísticas às informações deste jornal. Os dados são coletados nas edições impressas porque o jornal não é disponibilizado na forma digital (que permita tal pesquisa). Vale lembrar que o Diário Catarinense está sediado na capital do estado, dando à cidade elevado destaque além de ser dono do jornal A Notícia, de Joinville.

O objetivo principal deste capítulo é verificar se existe uma concentração de homicídios nos bairros mais pobres da cidade. Entende-se que indo a este nível de desagregação é possível verificar com mais consistência se a maior parte das vítimas são aquelas residentes em locais desprovidos de infra-estrutura urbana e serviços públicos. Para Ribeiro e Cano (2007, p. 76), é necessário que se aprofunde as análises das áreas mais atingidas pelos homicídios, já que “essa abordagem ecológica possibilita, por meio do georreferenciamento (...) correlacionar o perfil das pessoas que moram numa certa área e as características do próprio território”.

Para isso foram realizadas pesquisas de campo na Biblioteca Pública do estado de Santa Catarina e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, onde todos os jornais do ano de 2008 foram analisados da seguinte forma:

1. Todas as notícias relacionadas a homicídios, que tratem de algum caso específico (pois existem matérias que fazem análises dos homicídios) em 2008 foram coletadas;
2. Realizou-se uma leitura extensiva de todas as seções do jornal, não apenas a referente à seção “polícia”, pois esse tipo de notícia pode receber enfoques diferentes a partir da

---

16 O Diário Catarinense é o jornal de maior circulação no estado de Santa Catarina. Pertence ao grupo RBS que no âmbito televisivo é filiado a emissora Globo. O jornal A Notícia que também possuía ampla circulação no estado foi comprado pelo grupo RBS.

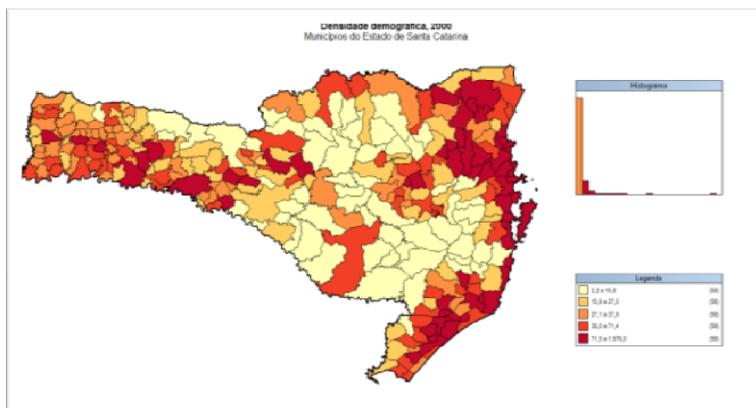
- visibilidade social dos sujeitos envolvidos, deslocando-se para outra parte do jornal, como na seção “Reportagem Especial”;
3. Após a identificação da notícia, foi registrado o nome da vítima para que se proceda a última filtragem, caso existisse mais de uma notícia sobre a vítima. Também foram coletadas informações sobre a idade, sexo, instrumento utilizado e local de ocorrência.
  4. Através das informações coletadas, foi montada uma base de dados no software estatístico SPSS 16, o que possibilitou mapear todas as informações noticiadas no ano de 2008, bem como as que forem noticiadas em outros anos.

Pelo fato das notícias apresentarem o local do homicídio, foi possível construir os mapas por níveis de desagregação bastante satisfatórios e avaliar se realmente esses crimes estão alocados em regiões com características singulares.

## 4 SANTA CATARINA – O CONTEXTO MAIS AMPLO

Santa Catarina está situada na região sul do Brasil, entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Com a menor população (6.052.587 / ano 2008)<sup>17</sup> e a menor extensão territorial da região (95.285,1 Km<sup>2</sup>),<sup>18</sup> nos últimos anos o estado vem passando por profundas transformações, seja no campo econômico, político ou cultural. Para se ter uma ideia, em 1996 Santa Catarina possuía uma população total de 3.628.292 habitantes. No ano de 2008 esse número praticamente dobrou, chegando a alcançar um contingente populacional de 6.052.587 habitantes, um aumento de 2.490.435 pessoas. Se comparado os anos de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população foi de 1,92%, maior que a do Rio Grande do Sul com uma taxa de 1,26% e do Paraná com uma taxa de 1,44%.<sup>19</sup>

Nesse processo, as taxas de densidade demográfica acompanharam o crescimento da população. No ano de 2000, Santa Catarina apresentava uma densidade demográfica de 56,1 habitantes por Km<sup>2</sup>, superior à do Rio Grande do Sul (36,1) e do Paraná (48,0).



**Mapa 1** - Densidade demográfica - Santa Catarina (2000).<sup>20</sup>

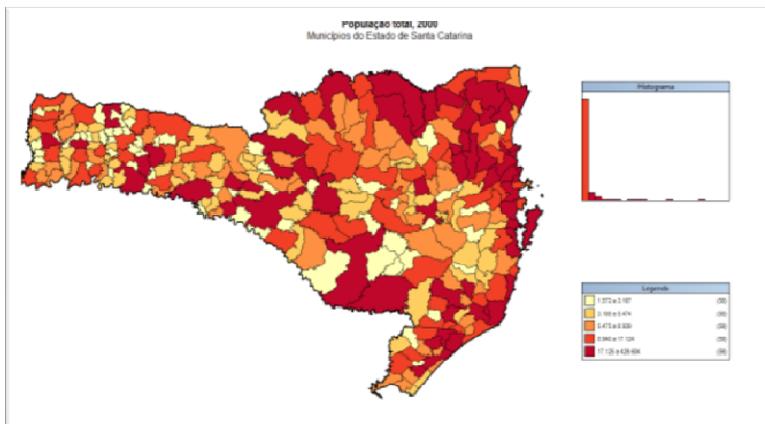
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000)

17 IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais.

18 Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

19 Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

20 A densidade demográfica é a razão entre a população residente total e a área do município (habitantes/km<sup>2</sup>), em 2000 / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=49](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=49)



**Mapa 2** - Densidade demográfica - Santa Catarina (2000).<sup>21</sup>

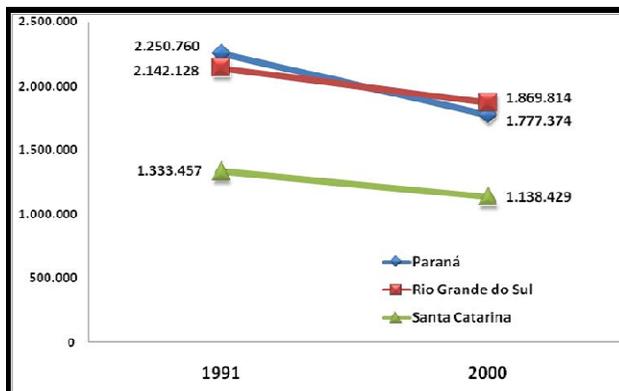
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000)

A população catarinense acabou se concentrando em pontos bastante específicos, como na região norte - destaque para o Vale do Itajaí - na faixa litorânea (região leste), e em alguns pontos do extremo-oeste. Na região central do estado, especialmente em relação à densidade demográfica, podem-se verificar imensas áreas “vazias”, com pouca concentração populacional. Esse mapeamento regional obteve reflexos no domínio urbano e rural do estado, onde a população rural diminuiu enquanto a população urbana aumentou.

O extenso processo de urbanização ao qual o Brasil vem sendo submetido nos últimos anos interferiu consideravelmente na disposição geográfica da população, resultando em enormes fluxos migratórios. As principais capitais do Brasil, acabaram por estruturar sua malha urbana utilizando mão de obra vinda de outras regiões mais periféricas do Brasil, como Norte e Nordeste. Em Santa Catarina, esse processo de urbanização, se comparado a outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ocorreu de maneira menos acentuada, porém de um modo bastante acelerado. Em um período de 10 anos as taxas de urbanização de Santa Catarina cresceram 11,47%, enquanto as do Rio Grande do Sul obtiveram um crescimento de 6,64% e as do Paraná um crescimento de 10,98%.<sup>22</sup>

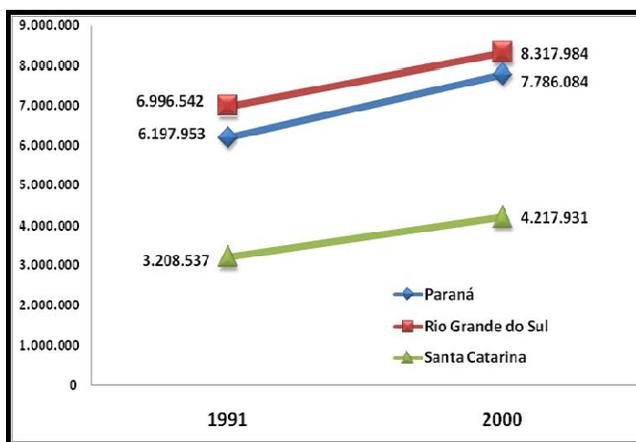
<sup>21</sup> A densidade demográfica é a razão entre a população residente total e a área do município (habitantes/km<sup>2</sup>), em 2000 / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=49](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=49)

<sup>22</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).



**Gráfico 3** - População Rural em Santa Catarina (1991 e 2000).

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

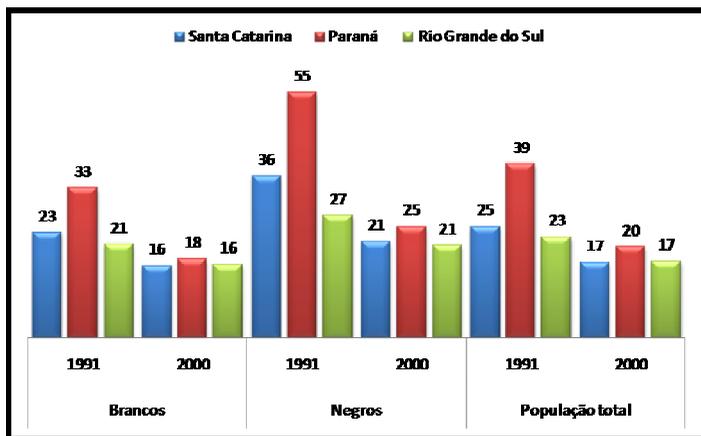


**Gráfico 4** - População Urbana em Santa Catarina (1991 e 2000).

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ainda assim, Santa Catarina apresenta certas particularidades. Dos 293 municípios, 274 (95%) possuem uma população total menor que 50.000 habitantes e 243 (83%) possuem uma população menor que 20.000 habitantes. Destes, apenas 10 municípios estão acima de 100.000 habitantes, com destaque para Joinville com 429.604 pessoas e Florianópolis com 342.315, as maiores cidades do estado em termos de tamanho da população. Isto não se registra nos outros dois estados da Região Sul. Por exemplo, em 2000 a capital gaúcha registrava uma

população de 1.360.590 habitantes enquanto a capital paranaense tinha uma população de 1.587.315 habitantes. Vale lembrar que na Grande Florianópolis estão situadas três das maiores cidades de Santa Catarina, a saber: Florianópolis (429.604), São José (173.559) e Palhoça (102.742).<sup>23</sup> Diante desse cenário, o crescimento populacional, juntamente com a elevação das taxas de urbanização, interfere consideravelmente na disposição social e política do estado.



**Gráfico 5** - Taxa de mortalidade até 1 ano de idade na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).<sup>24</sup>

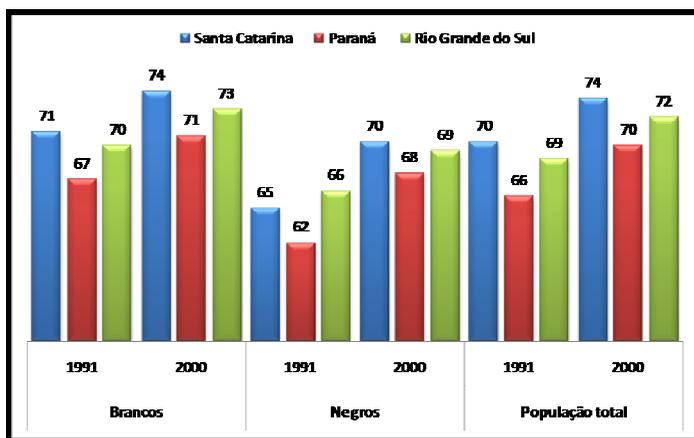
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

O arcabouço de indicadores econômicos e sociais de Santa Catarina, quando comparados aos outros estados da Região Sul, pode auxiliar na visualização de certos cenários (sociais, econômicos e políticos) no qual a população catarinense está submetida. Indicadores clássicos de desigualdade social, como a taxa de mortalidade infantil, trazem à tona certas especificidades que não poderiam ser captadas sem a análise de dados numéricos. Todos os três estados no período analisado (1991 a 2000) diminuíram suas taxas de mortalidade infantil, seja para a população branca, seja para a população negra ou total. No que diz respeito à população total, Santa Catarina no ano de 2000 apresentou a menor taxa de mortalidade infantil, enquanto o estado do

<sup>23</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

<sup>24</sup> Mortalidade infantil significa o número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=28](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=28)

Paraná apresentou a maior. Entretanto, registra-se o esforço do Paraná, que diminuiu a taxa de 38,7 para 20,3, a menor queda. Nota-se que as taxas de mortalidade infantil são bastante altas entre a população negra, chegando ao ponto de a taxa de mortalidade infantil da população negra em Santa Catarina em 2000 ser superior à maior taxa de mortalidade infantil registrada para a população total na Região Sul (Paraná).



**Gráfico 6 - Esperança de vida ao nascer na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).<sup>25</sup>**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Da mesma forma que no indicador anterior, a esperança de vida ao nascer dos negros é pior que a dos brancos. Em Santa Catarina, por exemplo, a esperança de vida ao nascer alcançada pelos negros em 2000 (70,2 anos), era inferior a que os brancos possuíam em 1991 (70,9 anos) e a mesma que a população total apresentava para este mesmo ano. Isto também é percebido no estado do Rio Grande do Sul, enquanto os negros em 2000 alcançavam uma esperança de vida ao nascer de 69,4 anos, os brancos em 1991 estavam com uma esperança de vida ao nascer de 69,9 anos. Novamente, existe uma disparidade muito grande entre os indicadores apresentados pela população branca e pela população negra. Por outro lado, se compararmos a esperança de vida ao nascer da população total no ano de 2000, Santa Catarina apresenta o melhor indicador da Região Sul (73,7 anos), superior ao do Paraná (69,8 anos) e do Rio Grande do Sul (72,1 anos).

<sup>25</sup> Esperança de vida ao nascer significa o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=27](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=27)

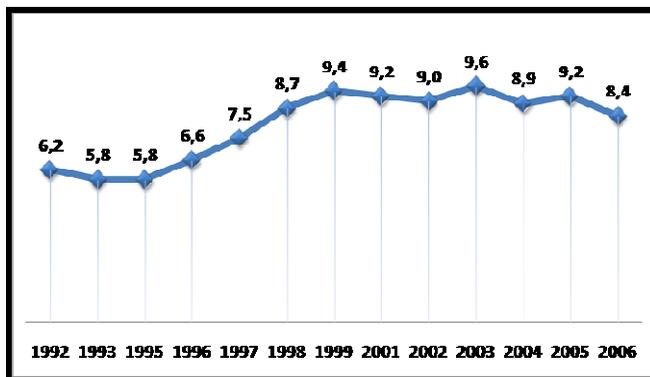
**Tabela 2** - Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – Região Sul, 1991 e 2000

	Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Paraná	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Taxa de analfabetismo	11,5	7,4	11,6	7,8	18,6	11,7
% com menos de 4 anos de estudo	31,1	22,8	29,6	22,1	43,4	31
% com menos de 8 anos de estudo	72,1	63,1	71,3	62,4	74,2	63,4
Média de anos de estudo	5,2	6,2	5,5	6,4	4,8	6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Em relação aos indicadores de educação, pode-se perceber que a taxa de analfabetismo de Santa Catarina em 2000 (7,4) era inferior à do Rio Grande do Sul (7,8) e do Paraná (11,7). Porém, se tomados os outros três indicadores seguintes, “% com menos de 4 anos de estudo”, “% com menos de 8 anos de estudo” e “média de anos de estudo”, o Rio Grande do Sul fica à frente de Santa Catarina e do Paraná. Especificamente no que diz respeito à média de anos de estudo, os três estados apresentaram valores maiores que a média nacional (5,87). Mais uma vez, a desigualdade entre brancos e negros se sobressai. Em Santa Catarina, por exemplo, enquanto a média de anos de estudo dos brancos era de 6,36 anos, a dos negros era de 4,68 anos, 1,68 anos a menos. Deve-se registrar que essa diferença não é só de Santa Catarina, mas corresponde ao país como um todo. Em 2000, a média de anos de estudo nacional dos brancos era de 6,76 anos e dos negros de 4,66 anos de estudo, 2,10 anos a menos.

O reflexo dessas questões é avassalador. Sem qualificação e condições mínimas de sobrevivência, essas pessoas não conseguem se inserir num ambiente de oportunidades. Para confirmar esse fato, basta analisar as taxas de desemprego no Brasil disponibilizadas pelo Relatório de emprego do PNUD.



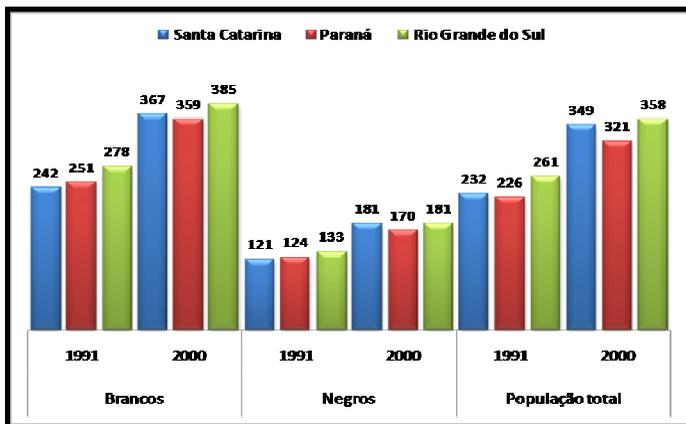
**Gráfico 7** - Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais - Brasil, 1992 a 2006 (em %)  
Fonte: IBGE / PNAD

As taxas de desemprego no Brasil aumentaram consideravelmente, em particular no período de 1995 a 2003, o que de alguma maneira reflete a precarização e flexibilização das condições de trabalho. Segundo o mesmo relatório, o trabalho informal continuou crescendo a taxas de 1,2% nos anos de 2000 a 2006.

Desta forma, os indicadores econômicos são esclarecedores, já que as disparidades continuam (e às vezes se acentuam). A renda per capita é um exemplo disso. Ao se comparar os três estados, as diferenças apresentadas não são muito grandes. Tomem-se, por exemplo, os dados de renda per capita para a população total em 1991 e 2000. Agora, se comparada à renda *per capita* dos negros em relação à dos brancos, as diferenças são gritantes, reflexo das condições sociais que estes grupos societários estão submetidos. A renda *per capita* da população negra em 2000 não chega nem perto da dos brancos em 1991, e isto para os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A renda *per capita* dos negros em 2000 no estado de Santa Catarina (181 reais) é inferior a renda nacional em 1991 (230 reais). Em 2000 a renda *per capita* brasileira aumentou para 297 reais, enquanto isso, a renda *per capita* da população branca de Santa Catarina em 2000 (367 reais), é bastante superior a do que a brasileira no mesmo ano.

O índice de desenvolvimento humano também é bastante parecido para os três estados, sendo que Santa Catarina em 2000 apresentou o melhor IDH, com 0,822, seguido pelo Rio Grande do Sul com 0,814 e do Paraná com 0,787. Enquanto o estado de Santa Catarina apresenta IDH parecidos com países de primeiro mundo, o IDH dos

negros (0,519) de Santa Catarina é inferior ao IDH da população total do Maranhão (0,636), o pior índice de desenvolvimento humano registrado para ano de 2000 no Brasil.

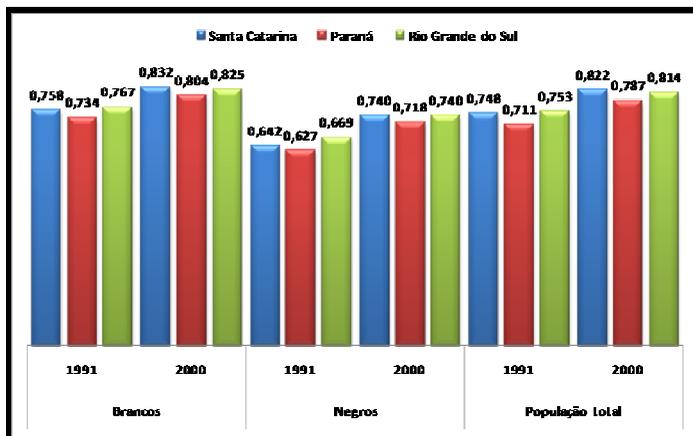


**Gráfico 8** - Renda per capita na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).<sup>26</sup>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Estudos mais recentes realizados pelo PNUD vêm demonstrando que essas desigualdades estão aumentando. O relatório “*Human Development Indices: a statistical update 2008*” mostra que os brasileiros 20% mais ricos da população estão em situação melhor que os mais ricos da população da Suécia, Alemanha, Canadá e França. O Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre também revelou disparidades enormes. Enquanto o loteamento Santa Terezinha, no bairro Floresta, tem um IDH-M de 0,641, comparável ao IDH da Namíbia (0,634), que ocupa a 129ª posição num ranking de 179 nações, o IDH dos bairros Mont Serra e Auxiliadora tem um IDH-M de 0,977, superior ao IDH do país mais desenvolvido do mundo (Islândia, com 0,968). E o mais impressionante disso é que as duas regiões ficam a uma distância de 15 minutos; assim, pode-se ver claramente a importância dos dados desagregados.

<sup>26</sup> Renda per capita é a razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000 / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=77](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=77)

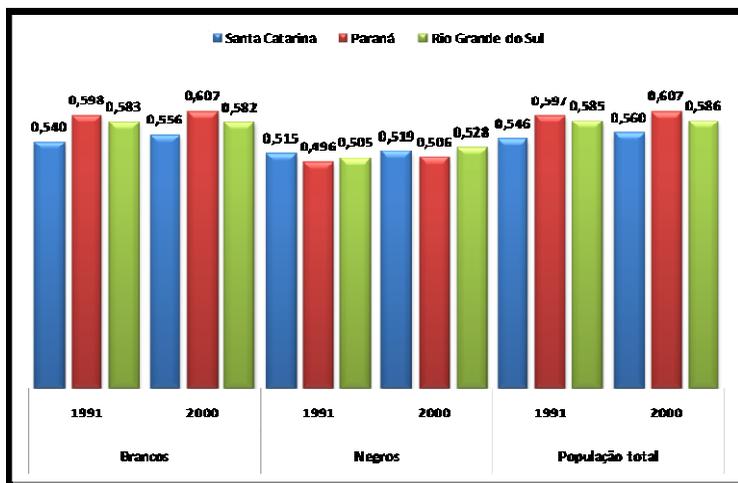


**Gráfico 9** - Índice de desenvolvimento humano na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).<sup>27</sup>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

O índice de gini também evidencia essas diferenças. O estado que apresentou a maior concentração de renda foi o Paraná, com 0,607; em segundo o Rio Grande do Sul, com 0,586; e por último, Santa Catarina, com 0,560. É interessante ressaltar que todos os três estados aumentaram a concentração de renda de 1991 a 2000. Mesmo que os IDH's sejam altos, os índices de gini's denunciam a crescente concentração de renda nos três estados da Região Sul.

27 O índice de desenvolvimento humano é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda) / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=26](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=26)



**Gráfico 10** - Índice de gini na Região Sul: população total, brancos e negros (1991 e 2000).<sup>28</sup>

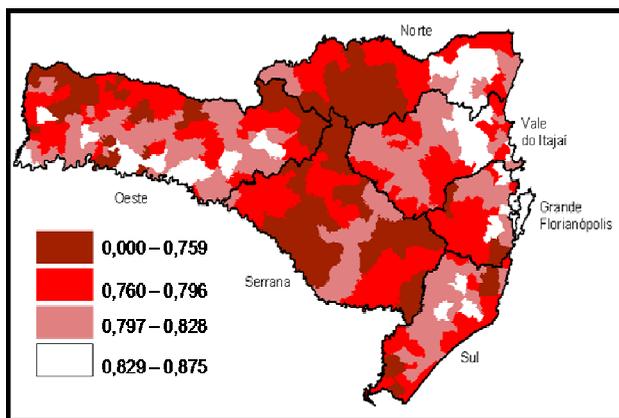
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Os estados da Região Sul apresentaram excelentes indicadores sociais e econômicos, superiores à média nacional. Entretanto, esse grau de excelência não é vivido da mesma forma pela população. Isto é, disparidades internas se acentuam, especialmente em relação à desigualdade existente entre brancos e negros. As análises que têm como base indicadores sociais, além de dimensionar cenários alocados em contextos gerais, devem situar os estudos em níveis desagregados realizando o esforço de desvendar a lógica interna de contextos mais abrangentes. Esse é o procedimento que se procura adotar neste trabalho. Portanto, nos próximos capítulos, segue uma análise geral da violência fatal no estado de Santa Catarina, seguido de uma análise específica dos homicídios nos municípios de Florianópolis e Joinville.

<sup>28</sup> O índice de gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) / [http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=97](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97)

## 5 A VIOLÊNCIA FATAL EM SANTA CATARINA

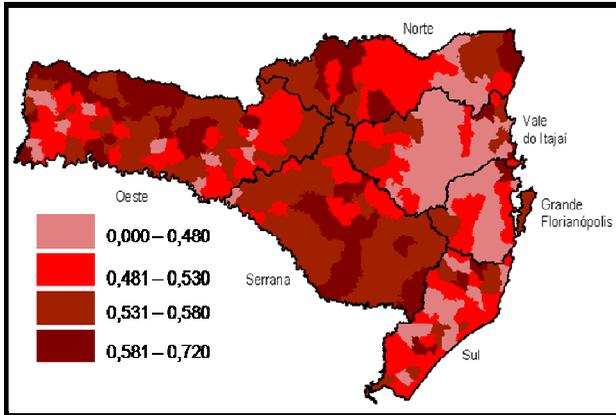
O estado de Santa Catarina é dividido em 6 mesorregiões geográficas: Sul Catarinense, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Região Serrana, Vale do Itajaí e Oeste Catarinense. O estudo por mesorregiões geográficas torna-se importante porque permite visualizar de forma mais organizada as taxas de homicídios nas regiões do estado. Deste modo, para verificar quais são as regiões com os piores e melhores indicadores de Santa Catarina, tomam-se como base alguns indicadores sociais como índice de desenvolvimento humano, índice de gini e mortalidade infantil.



**Mapa 3** - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (2000).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 / Produção mapa: autor.

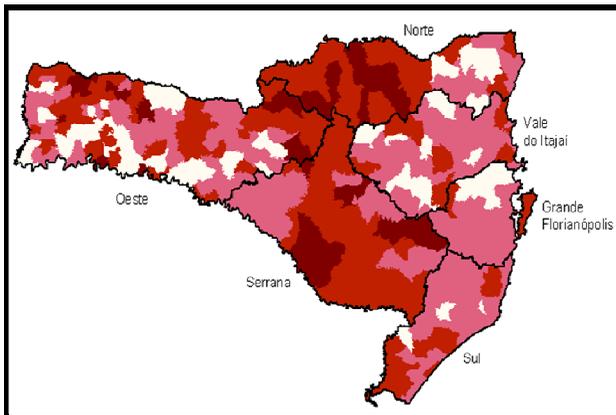
As cidades com os melhores índices de desenvolvimento humano estão concentradas praticamente nos dois extremos do estado (leste e oeste) de Santa Catarina. Têm-se municípios com índices altos no litoral e uma grande parcela de municípios com ótimos indicadores na mesorregião oeste do estado de Santa Catarina. A região central de Santa Catarina, que abrange a mesorregião Serrana e parte do Norte Catarinense, apresenta os piores índices. Contudo, o IDH não é capaz de medir a concentração de renda existente nos municípios, o que pode levar cidades com alta concentração de renda a manterem IDHs bem expressivos.



Mapa 4 - Índice de Gini (2000).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 / Produção mapa: autor.

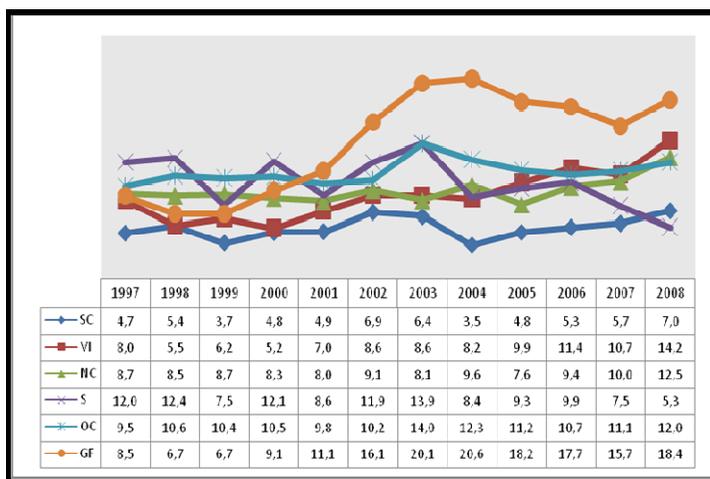
Por isso, torna-se importante comparar o IDH com o índice de gini, variável capaz de medir a concentração de renda, ou seja, quanto mais alto o índice de gini, maior é a concentração de renda. Neste caso, nota-se que muitos municípios que apresentaram um bom IDH, isto é, um alto nível de desenvolvimento humano, também figuraram entre os municípios com maior concentração de renda, como é o caso de Florianópolis e Lages.



Mapa 5 - Mortalidade Infantil (2000).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000 / Produção mapa: autor.

Em relação à mortalidade infantil, em sua grande maioria, os municípios que apresentaram os piores indicadores são aqueles pertencentes à mesorregião Serrana e à mesorregião Norte. Ao se comparar o mapa de IDH e o de mortalidade infantil, é possível visualizar uma grande concentração de indicadores ruins na parte central do estado. É como se existisse um grande muro separando o extremo oeste do litoral, pois a desigualdade percebida nos indicadores acompanha o território. Em resumo, as mesorregiões que possuem os melhores indicadores em geral são as mesorregiões do Vale do Itajaí, seguida pela Grande Florianópolis e Sul Catarinense. A mesorregião Oeste Catarinense, Norte Catarinense e Serrana, respectivamente, apresentam os piores indicadores.



**Gráfico 11 - Taxa de Homicídios por Mesorregião Geográfica de Santa Catarina (1996 a 2008)**

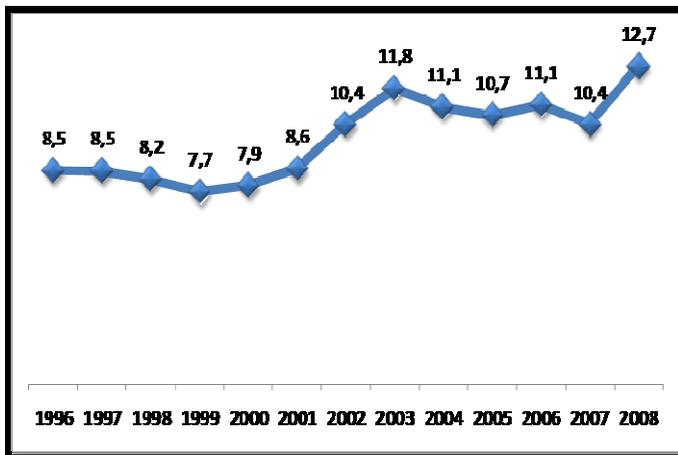
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / População total: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Estimativas populacionais para o TCU (Tribunal de Contas da União) – Cálculo para a taxa de homicídios: (Número de óbitos / população da mesorregião geográfica) \* (100.000).

Ao se analisar as taxas de homicídios no período de 1997 a 2008 em Santa Catarina por mesorregiões geográficas, pode-se constatar que as mesorregiões que registraram o maior crescimento das taxas de homicídios (Grande Florianópolis e Vale do Itajaí) são aquelas que aumentaram consideravelmente a sua população total e densidade demográfica (Mapa 1). A mesorregião da Grande Florianópolis e do Vale do Itajaí estão experimentando um crescimento urbano bastante

elevado. Esse crescimento, sem um planejamento adequado e uma infraestrutura capaz de atender minimamente a população, acentua problemas sociais e não é ilógico concluir que os residentes dessas regiões com maior precariedade podem estar vulneráveis a vários tipos de violência, inclusive a de homicídios. Convém destacar no gráfico 10 a mudança nos padrões de violência fatal no estado desde o ano de 1997. Diferentemente do que muitos meios de comunicação regionais costumam noticiar, nem sempre a mesorregião da Grande Florianópolis esteve retratada como a mais violenta. Em 1997, é possível perceber que a região Sul e Oeste Catarinense são as que apresentaram as maiores taxas. A hipótese trabalhada por Beato e Marinho (2007), que diz que os crimes de homicídios transferiram-se gradualmente para as regiões urbanas, parece estar acontecendo em Santa Catarina.

Mesmo Santa Catarina não figurando nos grupos de estados mais violentos do Brasil, no decorrer dos últimos 8 anos vem experimentando um aumento sem precedentes das suas taxas de homicídios, o que acaba ocasionando repercussões em várias esferas do mundo social. Se comparados os anos de 1996 a 2008, 7.082 pessoas vieram a entrar em óbito por agressões de forma violenta. Desse total, a maioria é formada por jovens do sexo masculino. Rotineiramente, esses casos são expostos nas mídias locais, muitas vezes reduzindo o fenômeno a problemas individuais, não resgatando uma reflexão mais aprofundada sobre o fenômeno. Não é raro ser bombardeado por defensores de políticas mais conservadoras como a própria pena de morte, a diminuição da maioridade penal, etc. Apesar dos esforços de muitas entidades ligadas à área de segurança pública em propor políticas de cunho mais preventivo, voltadas às práticas democráticas, as atitudes violentas ainda fazem parte do *modus operandi* de muitas instituições militares. Isso repercute de diversas maneiras, seja no convívio dramático com o público, seja pela estigmatização de grupos sociais mais pobres, ou na recusa de publicizar informações.

Deste modo, os problemas se refletem e acabam aparecendo nos indicadores. Se em 1996 em Santa Catarina a taxa de homicídios era de 8,5 mortes para cada 100.000 habitantes, em 2008 este número aumentou para 12,7/100.000 homicídios. No período referente aos anos de 1996 a 1999, Santa Catarina presenciou uma leve queda nesses números, que não se fez presente no decorrer do período de 2000 a 2003, quando o estado teve o acréscimo mais intenso nas suas taxas de homicídios. A queda nas taxas de 2004 a 2007 esbarrou na elevação de 2007 a 2008.

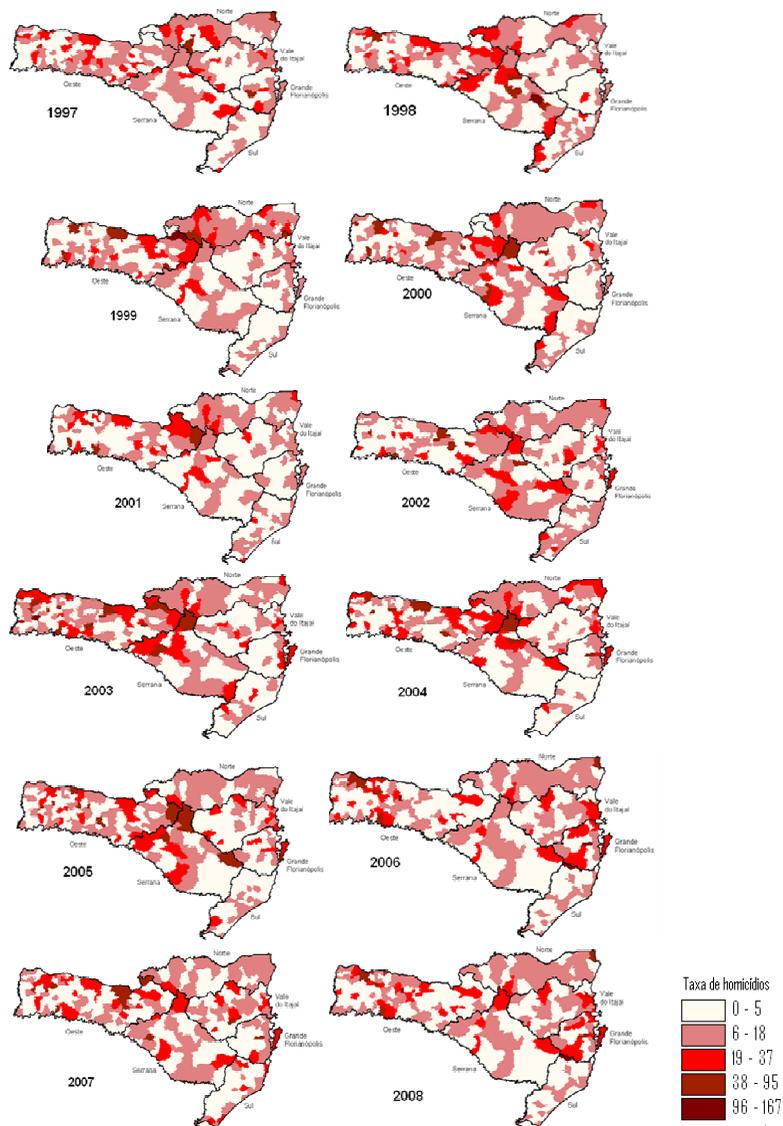


**Gráfico 12 - Taxa de Homicídios em Santa Catarina (1996 a 2008).**

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / População total: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Cálculo para a taxa de homicídios: (Número de óbitos / população do estado) \* (100.000).

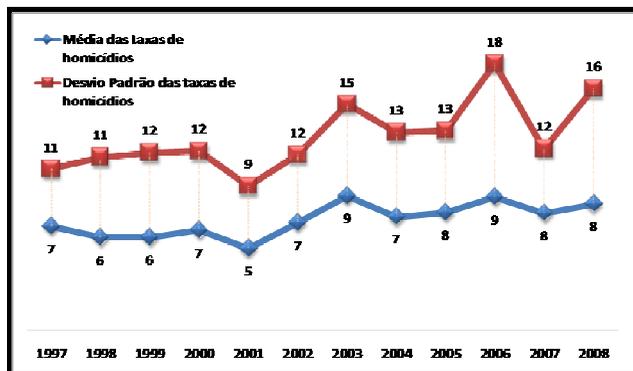
Pelos mapas consegue-se visualizar o movimento das taxas de homicídios no território catarinense. Na década de 1990, os municípios que apresentaram altas cifras de homicídios estavam em sua maioria concentrados na região oeste do estado. A partir de 2000, o litoral e a Região Norte passaram a apresentar as maiores taxas, mostrando uma migração dessas taxas do oeste para o litoral. Também é possível visualizar a alta concentração de homicídios em determinadas regiões e municípios. Segundo Waiselfisz (2008), no Brasil, considerando a média das taxas de homicídios entre os anos de 2002 a 2006,<sup>29</sup> 10% dos municípios brasileiros possuíam as maiores taxas de homicídios (29,2 a 107,2), o que representava um total de 62,40% de todas as taxas de homicídios no período analisado.

<sup>29</sup> Para tentar suavizar o efeito das taxas de homicídios nos municípios de pequeno porte o autor utilizou a técnica das médias móveis. Assim para os municípios com três mil habitantes ou mais foi utilizada a média de três anos (2004 a 2006), e para os municípios com população menor a 3.000 habitantes, a média dos anos de (2002 a 2006).



Mapa 6: Taxa de Homicídios em Santa Catarina (1997 a 2008).

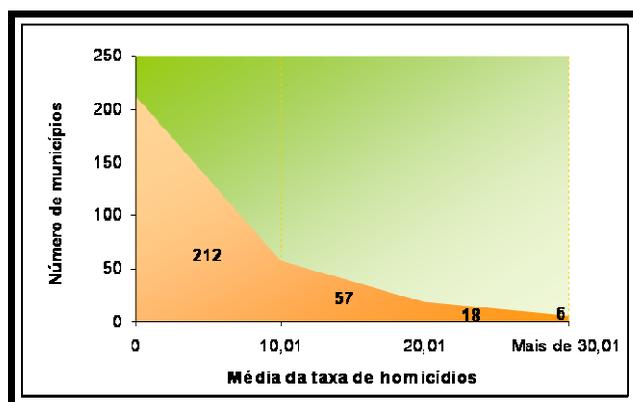
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / Produção mapa: autor.



**Gráfico 13** - Média e Desvio Padrão das Taxas de Homicídios em Santa Catarina (1997 a 2008)

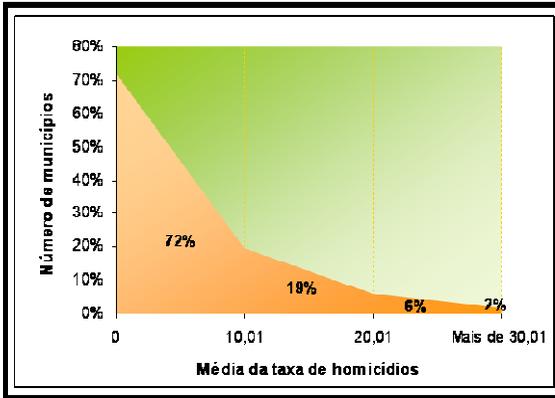
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas

Em Santa Catarina também há uma concentração bastante evidente das maiores taxas de homicídios em alguns municípios. Segundo Levin e Fox (2003), o desvio padrão é uma medida de dispersão que permite verificar de que forma os dados estão distribuídos na série analisada. Comparando os resultados do desvio padrão a média, constata-se que existe uma distribuição desigual das taxas de homicídios no estado de Santa Catarina, ou seja, existe uma discrepância entre os dados. Poucos municípios são responsáveis por elevar a média de homicídios. O período de 2006 e 2008 apresenta o maior desvio padrão.



**Gráfico 14** - Média das Taxas de Homicídios de 2002 a 2006 pelo Número e Percentual de Municípios.

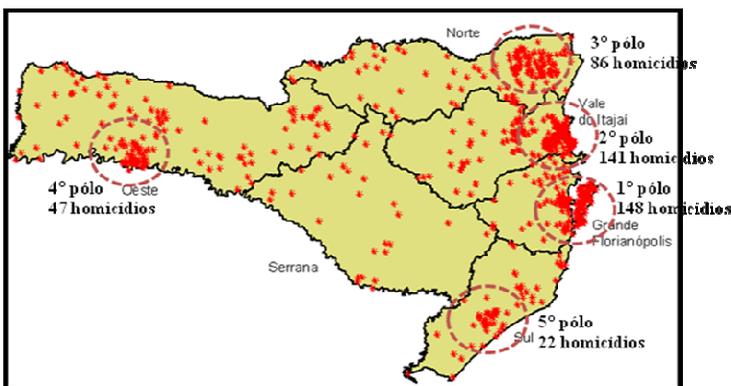
Fonte: Mapa da Violência 2008 / Gráfico: Autor



**Gráfico 15** - Média das taxas de homicídios de 2002 a 2006 pelo número e percentual de municípios.

Fonte: Mapa da Violência 2008 / Gráfico: Autor

Deste modo, a distribuição das taxas de homicídios em alguns municípios de Santa Catarina é bastante clara. 212 municípios acabam apresentando uma média da taxa de homicídios que vai de 0,00 a 10,00 homicídios para cada 100.000 habitantes, 57 de 10,01 a 20,00 homicídios para cada 100.000 habitantes, 18 de 20,01 a 30,00 e apenas 6 municípios com uma média de taxas superiores a 30,01 mortes para cada 100.000 habitantes.



**Mapa 7** - Número de Homicídios em Santa Catarina (2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / Produção mapa: autor.

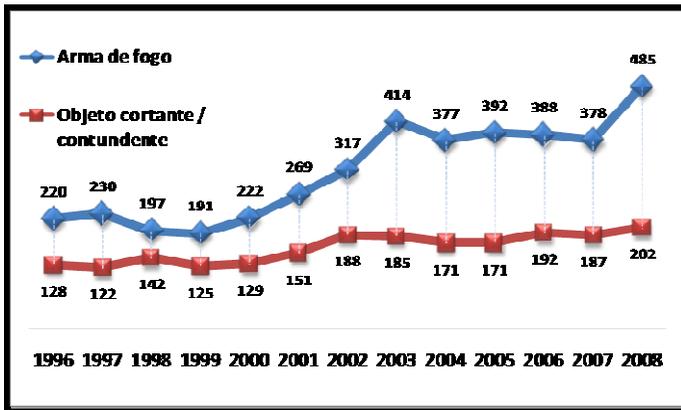
No entanto, Santa Catarina se diferencia de outros estados em relação à distribuição dessas taxas no território. Por exemplo, do total de homicídios registrados no estado do Rio de Janeiro em 2002 (7.524 homicídios), 84% correspondiam à Região Metropolitana (CANO & RIBEIRO, 2007). No Espírito Santo, as taxas observadas no período de 1994 a 2002 referiam-se principalmente à “Região Metropolitana de Vitória, sendo o município Serra aquele que apresentava os maiores índices” (RAIZER, 2007, p. 232). Em Santa Catarina, os homicídios (mesmo concentrando-se em alguns municípios) estão distribuídos de forma desigual pelo território, dando origem a 5 pólos de violência no estado, não situados próximo à Grande Florianópolis. Os anos de 2003, 2006 e 2008, são os períodos de maior pico de homicídios; em 2003 com a crescente participação da Grande Florianópolis, em 2006 com a ascensão do Vale do Itajaí e em 2008 com o aparecimento do município de Joinville.

O primeiro pólo está situado na região da Grande Florianópolis, onde os municípios de Florianópolis (91 homicídios), São José (37 homicídios) e Palhoça (20 homicídios), apresentaram os maiores números de homicídios. O segundo pólo está na região do Vale do Itajaí, representada pelos municípios de Itajaí (61 homicídios), Balneário Camboriú (28 homicídios), Blumenau (28 homicídios) e Navegantes (24 homicídios). Em terceiro está a Região Norte do estado, restrita ao município de Joinville (86 homicídios). O quarto pólo de violência no estado está na Região Oeste, com o município de Chapecó (47 homicídios). Por último, o quinto pólo, que está na Região Sul, referente ao município de Criciúma (22 homicídios). Interessante perceber que os quatro pólos de violência que estão situados no litoral do estado referem-se às regiões que possuem as maiores taxas de urbanização e densidade demográfica.

As mudanças nos padrões de violência são evidentes à medida que as taxas vão se deslocando para o litoral, regiões com maior densidade demográfica e elevada taxa de urbanização. O crescente número de armas de fogo nesses crimes insere (ou dimensiona) novas formas de violência no estado,

Em 1989, a contribuição das armas de fogo para o total das mortes por causas externas no Brasil atingiu a proporção de 26%, chegando a 30% no final da década de 1990, quando supera os acidentes de trânsito. Já na década de 1980 as armas de fogo foram utilizadas na maior parte dos homicídios, com maiores proporções encontradas

no Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em São Paulo, considerando-se os dados do Instituto Médico Legal (IML) para o ano 2000, 90% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo. No Brasil, o crescimento da mortalidade por homicídios por armas de fogo no período entre 1980 e 1996 superou o crescimento da mortalidade por homicídios. Este fato sugere que as armas de fogo foram responsáveis por uma parcela significativa do incremento nas mortes por homicídios evidenciado no País. Os dados apontam para a importância das lesões por projétil de armas de fogo (PAF) como causa de morte no Brasil.” (PERES & SANTOS, 2005, p. 59).



**Gráfico 16** - Número de Homicídios por Instrumento Utilizado em Santa Catarina, Arma de Fogo e Objeto Cortante / Contundente (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas

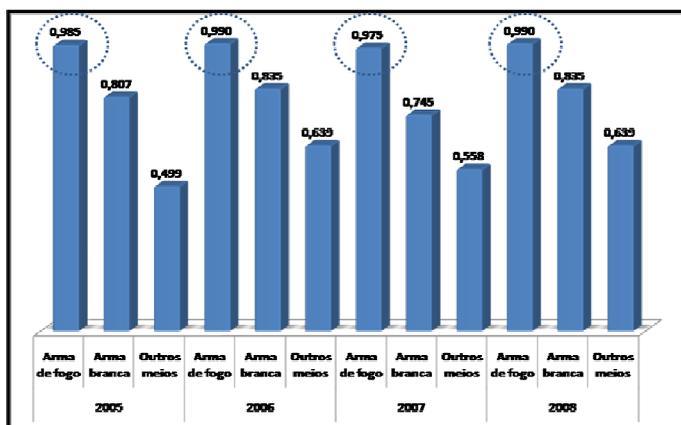
Em Santa Catarina não é diferente. A maioria das mortes acontece por disparos vindos de arma de fogo. Comparativamente é possível perceber que as linhas de arma de fogo e objetos cortantes começam se afastar de forma mais clara a partir do ano 2000. É exatamente nesse período que as taxas de homicídios em Santa Catarina aumentam. Ao mesmo tempo, nota-se que, enquanto os crimes de homicídios por objetos cortantes registraram um leve acréscimo a partir de 2001, ficando praticamente estáveis durante o período analisado, os crimes relacionados à arma de fogo só aumentaram. O gráfico 11 mostra que nos anos de 2003 a 2005 as taxas de homicídios caíram no estado.

Nesse mesmo período percebeu-se uma queda nos crimes por armas de fogo, ou seja, evidencia-se a participação constante das armas de fogo nas mortes por homicídios.

**Tabela 3** - Número de Homicídios por Instrumento Utilizado em Santa Catarina - Especificados (1996 a 2008).

Agressões por...	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Disparo de arma de fogo	220	230	197	191	222	269	317	414	377	392	398	378	493
Objeto cortante ou penetrante	302	95	113	96	103	125	154	145	114	123	132	140	141
Objeto contundente	25	27	29	29	26	26	34	40	57	48	60	47	61
Enforcamento estrangulamento	14	17	17	11	15	6	21	18	33	16	27	12	17
Força corporal	5	7	7	9	8	10	9	16	9	11	13	7	20
Fumaça fogo e chamas	2	2	2	0	3	1	5	4	7	1	3	2	7
Negligência	1	3	5	4	3	2	2	4	1	0	3	1	2
Afogamento e submersão	2	0	1	2	1	2	1	2	3	1	2	2	3
Sexual por meio de força física	0	2	1	1	2	3	2	1	1	0	0	0	1
Agressão por outros meios	2	2	2	3	5	4	3	3	4	1	6	5	3
Agressão não especificados	41	37	37	45	36	20	25	14	23	37	30	33	27
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>422</b>	<b>411</b>	<b>391</b>	<b>434</b>	<b>466</b>	<b>573</b>	<b>661</b>	<b>629</b>	<b>630</b>	<b>664</b>	<b>627</b>	<b>767</b>

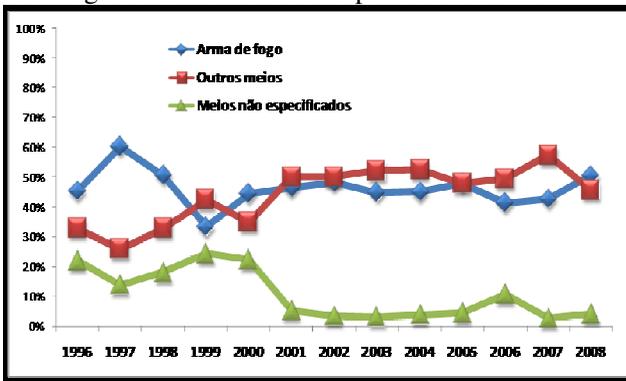
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas



**Gráfico 17** - Correlação de Pearson entre o Número de Homicídios e o Instrumento Utilizado (2005 a 2008).

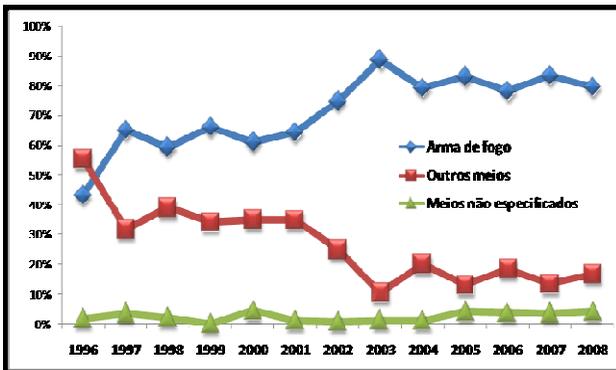
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / Para o cálculo da correlação tomou-se como unidades de observação os 293 municípios de Santa Catarina, o nível de significância foi de 0,01.

Ao se realizar uma correlação de Pearson entre a taxa de homicídios (de todos os municípios de Santa Catarina) e instrumentos utilizados, nota-se que a intensidade da associação é maior nos crimes relacionados à arma de fogo (2005 = 0,985 / 2006 = 0,990 / 2007 = 0,975 / 2008 = 0,990) do que nos crimes em que foi utilizada arma branca (2005 = 0,870 / 2006 = 0,835 / 2007 = 0,745 / 2008 = 0,835), o que permite indicar que o acesso às armas de fogo é um grande provocador dessas mortes. A intensidade da correlação também acompanha os anos, sendo que as mais altas correlações foram em 2006 (taxas de homicídios = 11,1) e 2008 (taxa de homicídios = 12,7), anos com o maior registro de homicídios no período analisado.



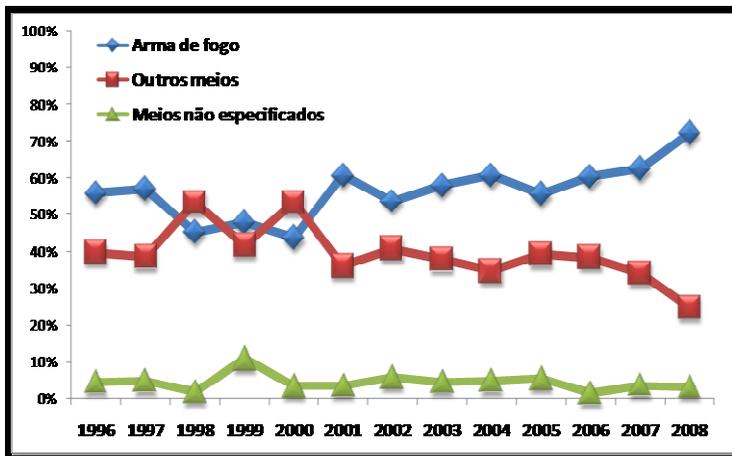
**Gráfico 18** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Oeste Catarinense (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas



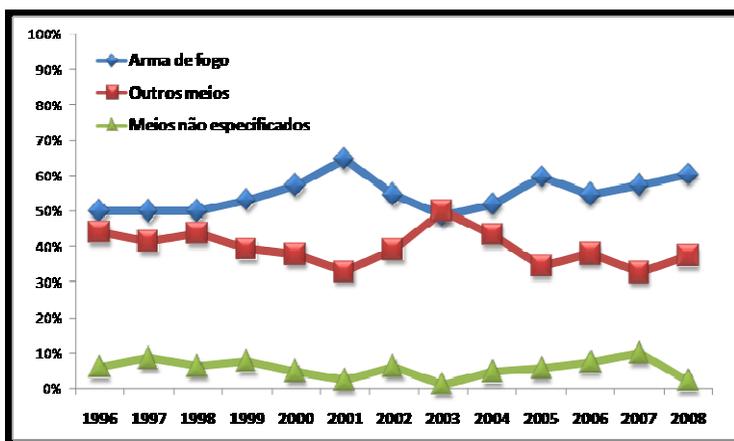
**Gráfico 19** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião da Grande Florianópolis (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas



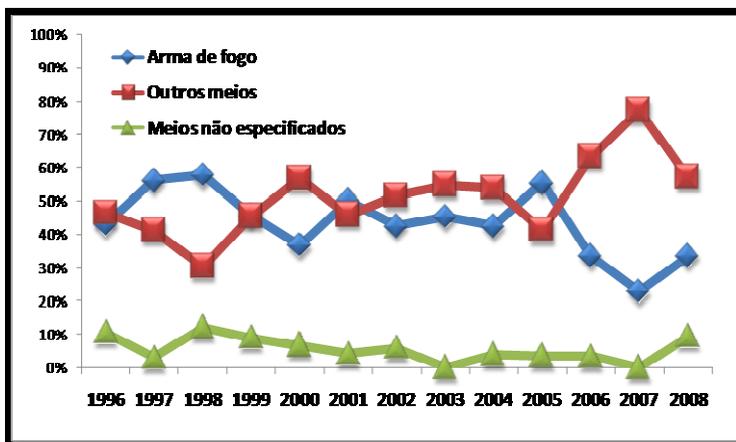
**Gráfico 20** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião do Vale do Itajaí (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas



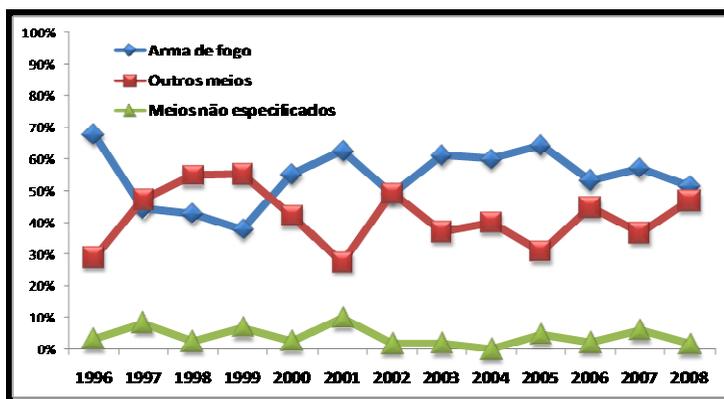
**Gráfico 21** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião do Norte Catarinense (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas



**Gráfico 22** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Serrana (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas

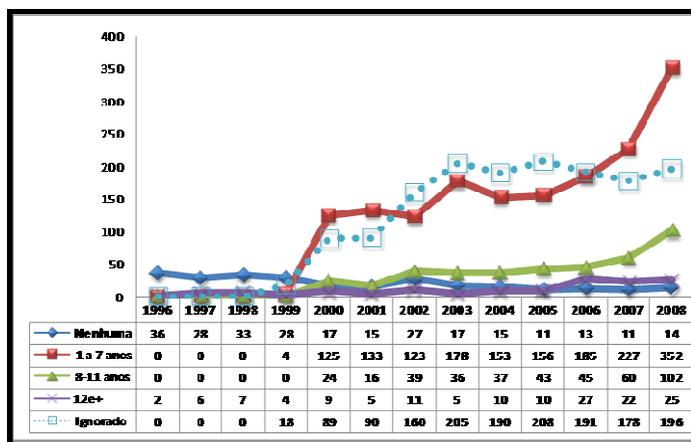


**Gráfico 23** - Percentual de Homicídios por Instrumento Utilizado – Mesorregião Sul Catarinense (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas

Em relação ao estudo por mesorregiões os dados são reveladores. De acordo com as informações apresentadas no gráfico 18, a mesorregião da Grande Florianópolis foi a que apresentou o maior incremento nas taxas de homicídios, especialmente a partir do ano 2000. No entanto, se forem comparados os instrumentos utilizados nos crimes de homicídios por mesorregião geográfica, a participação das armas de

fogo acontece de forma desigual. A região que apresenta a maior parte dos crimes cometidos por arma de fogo é aquela que necessariamente apresenta também as maiores taxas de homicídios. Isso se deve a várias questões, inclusive as características sociodemográficas das regiões analisadas. A mesorregião da Grande Florianópolis vem sofrendo profundas transformações sociais e econômicas, adquirindo assim grande visibilidade no território nacional. Não menos importante nesse aspecto é a região do Vale do Itajaí, que nos últimos anos registra somas desastrosas nas taxas de homicídios e boa parte deles causados por armas de fogo. O Norte Catarinense, que apresenta um aumento considerável em suas taxas, também começa a obter um alto número de crimes cometidos por arma de fogo. O esforço de restringir o acesso às armas de fogo, tanto de forma legal como ilegal deve ser constante. Em Santa Catarina, de todos os 7.082 homicídios registrados no período de 1996 a 2008, 4.080 foram cometidos por arma de fogo, ou seja, 58% do total de mortes.

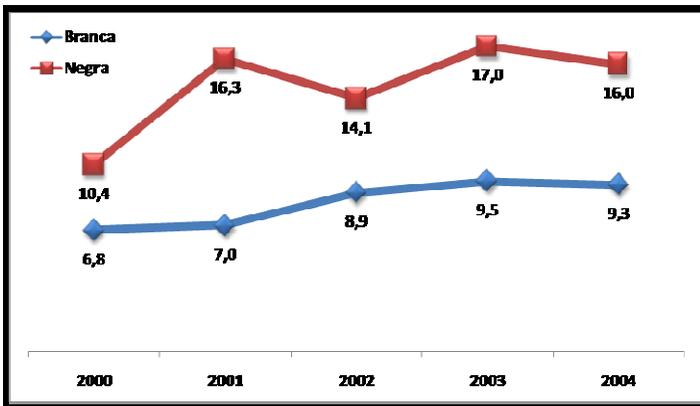


**Gráfico 24** - Número de Homicídios por Escolaridade em Santa Catarina (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas

Muitos trabalhos no Brasil, principalmente na área de estudos eleitorais, apontam para a associação positiva entre a escolaridade e a renda. Isto é, as pessoas com maior escolaridade possuem um leque maior de alternativas para buscar melhores condições de vida, enquanto as com baixa escolaridade acabam conseguindo os piores empregos, pois não têm acesso a uma boa qualificação. Além disso, essas pessoas

acabam se fixando em locais de alto risco, com péssima infra-estrutura urbana e baixo acesso a serviços públicos. Nesse sentido, além dessas regiões mais urbanas apresentarem as maiores taxas de homicídios, verifica-se que a escolaridade dessas pessoas é muito baixa, o que levanta a possibilidade das vítimas pertencerem a grupos sociais mais vulneráveis. A maior parte das vítimas está situada no grupo de pessoas com 1 a 7 anos de estudo, ou seja, pessoas que nem mesmo completaram o ensino fundamental. Em seguida aparecem as vítimas com 8 a 11 anos de estudo. Com base no gráfico seguinte, é possível perceber com clareza que as pessoas com menor escolaridade são as maiores vítimas de homicídios.

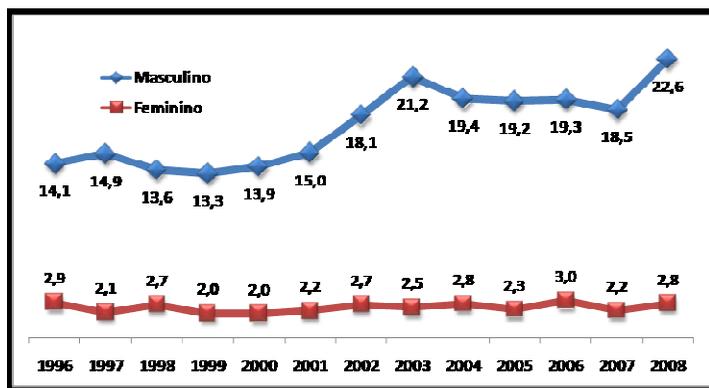


**Gráfico 25** - Taxa de Homicídios por Cor em Santa Catarina (2000 a 2004)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / População total: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Cálculo para a taxa de homicídios: (Número de óbitos / população de Santa Catarina brancos e negros) \* (100.000).

Não menos impactantes são os dados por etnia. No estado de Santa Catarina, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD / IBGE), no ano de 2004 havia 5.174.000 pessoas declaradas brancas e 600.000 declaradas negras, o que demonstra a gravidade do problema e a magnitude das taxas de homicídios na população negra, muito mais elevadas que na população branca. A taxa de homicídios dos negros em 2004 (16) é superior a maior taxa de homicídios da população total registrada em todo o período analisado em Santa Catarina (1996 a 2008), 12,6 homicídios para cada 100.000

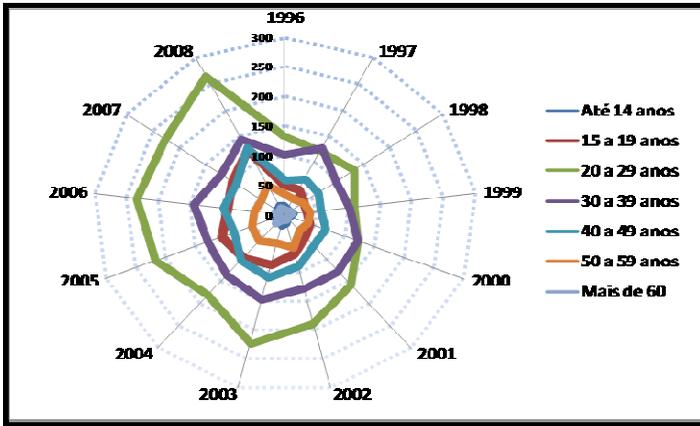
habitantes. Outros indicadores para o ano de 2000 em Santa Catarina, como mortalidade infantil (brancos: 16,14 / negros: 21,46), expectativa de vida ao nascer (brancos: 74,24 / negros: 70,16), índice de desenvolvimento humano (brancos: 0,832 / 0,740)<sup>30</sup> demonstram a condição de vulnerabilidade em que se encontra a população negra, com indicadores muito abaixo dos verificados no grupo de brancos. Novamente, esses problemas sociais se refletem nas taxas de homicídios, onde a população negra aparece em todos os anos analisados com as maiores taxas. Deste modo, a população de negros e pardos se encontra inserida na população de risco. Mesmo com poucos estudos que tragam a influência da etnia nas taxas de homicídios, o relatório realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) intitulado “Relatório de Desenvolvimento Humano: Racismo, Pobreza e Violência”, demonstra que negros e mulheres têm maiores chances de ser vítimas de violência. No mesmo relatório, constata-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançado pela população negra em 2005 no país era o mesmo que a população branca possuía em 1991.



**Gráfico 26** - Taxa de Homicídios por Sexo em Santa Catarina (96 a 08)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas / População total: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Cálculo para a taxa de homicídios: (Número de óbitos / população de Santa Catarina de homens e mulheres) \* (100.000).

<sup>30</sup> Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000.

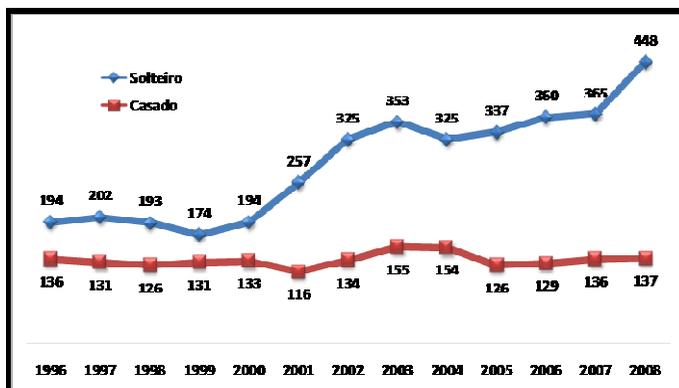


**Gráfico 27 - Número de Homicídios por Idade em Santa Catarina (1996 a 2008)**

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas.

Em Santa Catarina a maioria das pessoas que vieram a entrar em óbito por homicídios também são jovens, especialmente aqueles situados na faixa etária dos 20 a 29 anos. No entanto, o crescimento das taxas de homicídios acompanha o aumento do número de mortes na faixa de 0 a 14 anos e na faixa etária de 15 a 19 anos. Neste último grupo, o crescimento é altíssimo, passando a figurar nas primeiras colocações no ano de 2000. Nota-se que existe um grupo bastante específico de vítimas no estado de Santa Catarina, o que propicia a afirmação de que as vítimas têm cara, idade, escolaridade e endereço bem demarcados: na grande maioria são jovens, do sexo masculino, negros, com escolaridade baixa.

No que concerne às características das vítimas, a variável “estado civil” vem se apresentando como um importante indicador para entender as relações de solidariedade entre diversos atores do mundo social. No caso dos homicídios, o número de mortes entre as pessoas casadas é inferior ao número de mortes das pessoas solteiras. É interessante que o número de pessoas casadas mantêm-se constante ao passo que o número de pessoas solteiras segue a curva do crescimento dos homicídios. Muitos desses jovens sequer têm tempo de se casar.

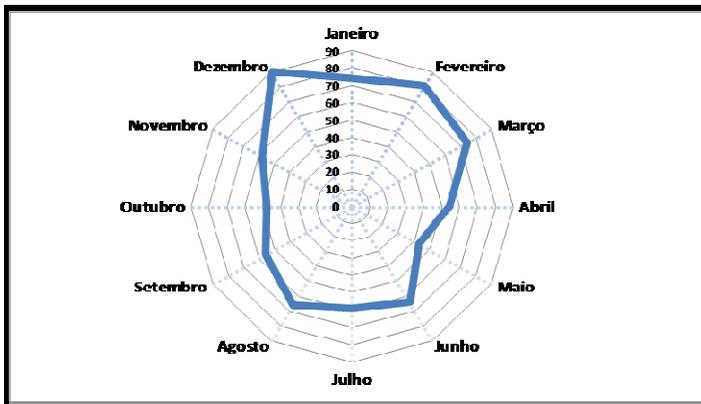


**Gráfico 28** - Número de homicídios por Estado Civil em Santa Catarina (2002 a 2006)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas.

Zaluar (1999) chama a atenção para inúmeras variáveis que poderiam estar influenciando a morte de jovens do sexo masculino. Uma delas poderia ser interpretada pelas funções realizadas por estes rapazes no “crime negócio”, regadas a muito risco e exposição. O fato das pessoas estarem casadas reconfiguraria a forma de lidar com o risco, pois, de alguma maneira, os laços de solidariedade aumentariam, fazendo com que o indivíduo se ligasse a um conjunto de redes sociais. As inúmeras responsabilidades que essas pessoas assumiriam na vida conjugal realocariam suas funções e as distanciaria das ações de alto risco. Segundo Borges e Soares (*apud*, 2004, p. 91), com dados referentes ao Brasil e ao Rio de Janeiro, mostram que “solteiros e solteiras apresentam uma taxa de risco mais elevada em todos os grupos de idade”.

Há muitos dados sobre outros países e sobre o Brasil que mostram que o risco de vitimização é mais baixo entre os casados do que entre os solteiros. O entendimento dessa relação é dado pela menor exposição a situações de risco. Os homens casados, tomados em conjunto, se expõem a situações de risco com menor frequência do que os solteiros (SOARES *et al*, 2007, p. 91).



**Gráfico 29** - Número de Homicídios por Mês em Santa Catarina no Ano de 2008.

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas.

Por fim, tem-se a variável sazonalidade, que expressa questões importantes sobre a dinâmica dos homicídios. De acordo com o gráfico, em 2008 o maior número de mortes aconteceu no início e no fim do ano, nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro. São registradas nestes meses as festas de final de ano, e as de início de ano como *réveillon* e carnaval. O número de acidentes de trânsito também é maior nesse período, elevando-se muito em comparação com outros meses. Não é possível realizar uma associação direta entre homicídios e período de festas e férias, até porque em outros anos estes meses não foram os mais violentos, porém algumas questões referentes a estes períodos podem estar contribuindo para que esse número de mortes se eleve. No entanto, deve-se chamar atenção para o fato de que no período que vai de 1996 a 2008 nem sempre os meses de início e fim de ano foram os mais violentos, especialmente antes do ano de 2000.

## 5.1 Utilizando variáveis macrossociais

Nesta parte do trabalho, buscar-se-á a realização de testes estatísticos de correlação entre as taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina e variáveis macrossociais pré-selecionadas. O objetivo é verificar quais variáveis abordadas macrossocialmente podem ter alguma influência sobre os crimes de homicídios. Torna-se importante ressaltar que não se pretende explicar por completo questões causais

referentes às mortes por homicídios, mas evidenciar alguns fenômenos que juntamente com outra enorme variedade (que fogem à perspectiva deste trabalho), podem trazer esclarecimentos no intuito de compreender questões ligadas aos crimes de homicídios. Centram-se os testes numa tentativa de explicar se há algum tipo de relação entre homicídios e condições de vulnerabilidade dos grupos envolvidos, tendo como nível máximo de desagregação os municípios catarinenses. Entende-se que questões ligadas à este tipo de análise seriam melhor abordadas se o nível de desagregação estivesse além do nível municipal. Tome-se como exemplo o caso de Florianópolis, que é nacionalmente conhecida pelo seu alto índice de desenvolvimento humano, mas que possui desigualdades intra-municipais escandalosas. Desta forma, após o estudo ao nível municipal, procura-se evidenciar o fenômeno homicídios dentro dos municípios de Florianópolis e de Joinville porque são dois municípios diferentes.

De acordo com Barbetta (1994), o teste de correlação serve para medir o grau de associação entre duas variáveis mensuradas quantitativamente. Estão correlacionadas positivamente se as duas variáveis seguem o mesmo sentido e correlacionadas negativamente quando elas seguem sentidos opostos. No entanto, nas palavras de Barbetta (1994), “o conceito de correlação refere-se a uma associação numérica entre duas variáveis, não implicando necessariamente, numa relação de *causa-e-efeito*, ou mesmo numa estrutura com interesses práticos” (BARBETTA, 1994, p. 246 - Grifo do autor). Ou seja, o teste de correlação serve como uma ferramenta complementar na análise do problema em observação e não como uma representação de causalidade.

Como se trata de variáveis mensuradas quantitativamente, o teste de correlação escolhido é o do “coeficiente de correlação de Pearson”. O coeficiente de correlação de Pearson varia entre os valores de -1 a +1. Quanto mais próximo de -1, mais as variáveis se afastam, e quanto mais próximo de +1, mais as variáveis se aproximam. Segundo classificação apresentada por Levin e Fox (2004), podem ser expressos da seguinte forma:

- -1,000 correlação negativa perfeita;
- -0,600 forte correlação negativa;
- -0,300 correlação negativa moderada;
- -0,100 fraca correlação negativa;
- 0,000 não há correlação;
- +0,100 fraca correlação positiva;
- +0,300 correlação positiva moderada;
- +0,600 forte correlação positiva;

- +1,000 correlação positiva perfeita.

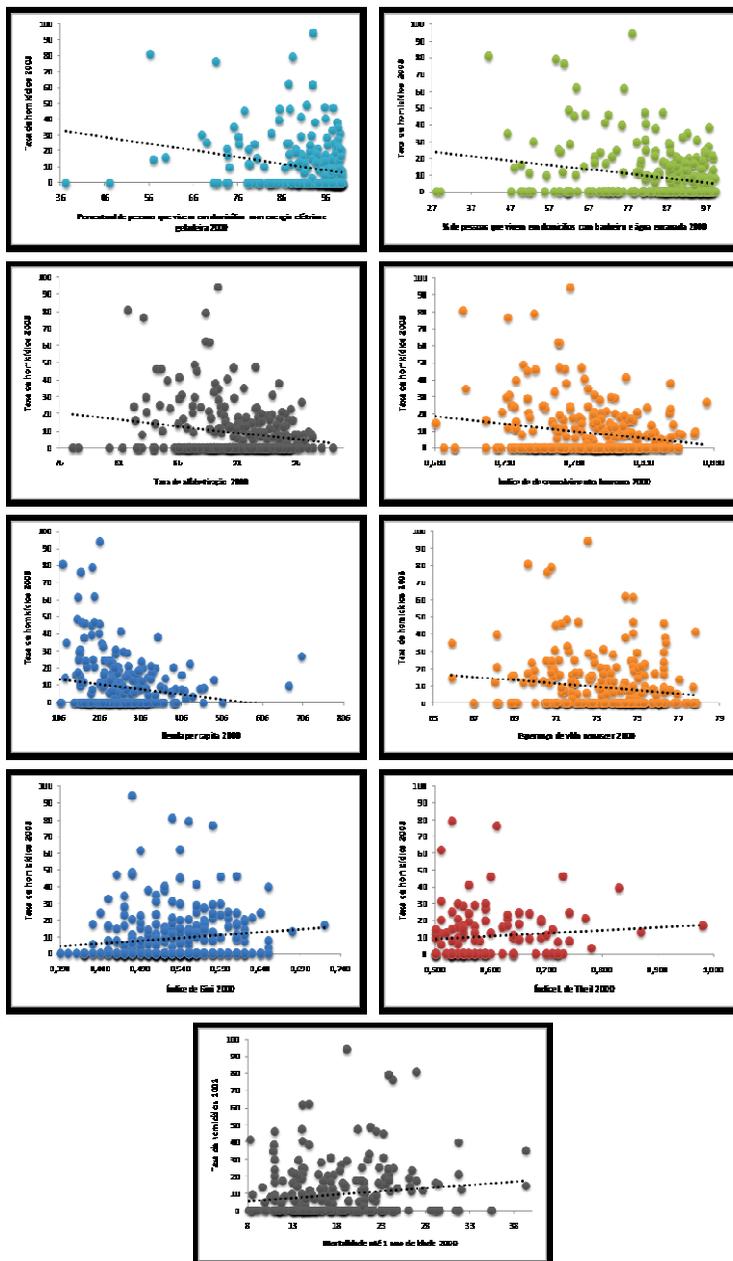
Para a construção do modelo de correlação realizado neste trabalho, toma-se como variável dependente a “taxa de homicídios dos municípios catarinenses (2003)” e como variáveis independentes:

- “Esperança de vida ao nascer, 2000”,
- “Mortalidade até um ano de idade, 2000”,
- “Renda per Capita, 2000”,
- “Índice de Gini, 2000”,
- “Índice L de Theil, 2000”,
- “Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000”,
- “Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000”,
- “Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000”,
- “Taxa de alfabetização, 2000”.

Segue abaixo a tabela com os coeficientes de correlação de Pearson, e, em seguida, a representação gráfica das correlações realizadas.

**Tabela 4** - Teste de Correlação de Pearson entre ‘Taxa de Homicídios 2003’ e Variáveis Macrossociais Pré-Selecionadas.

Variáveis macrossociais	Taxa de homicídios 2003			
	Correlação de Pearson	Sig.	Tailed	N
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	↓ -0,251	0,000	0.01 level (2-tailed)	293
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	↓ -0,240			
Taxa de alfabetização 2000	↓ -0,200	0,001		
IDH Municipal 2000	↓ -0,200			
Renda per Capita 2000	↓ -0,152	0,009		
Esperança de vida ao nascer 2000	↓ -0,151	0,010		
Índice de Gini 2000	↑ 0,127	0,029	0.05 level (2-tailed)	
Índice L de Theil 2000	↑ 0,127			
Mortalidade até 1 ano de idade 2000	↑ 0,152	0,009	0.01 level (2-tailed)	



**Gráfico 30** - Representação Gráfica do Teste de Correlação de Pearson entre 'Taxa de Homicídios 2003' e Variáveis Macrossociais Pré-Selecionadas

Os testes de correção entre a taxa de homicídios e as variáveis macrossociais pré-selecionadas não apresentaram coeficientes, segundo classificação de Levin e Fox (2004), fortes. No entanto, o estudo de associação permite verificar algumas particularidades e remeter a algumas indicações de que variáveis estariam associadas com a taxa de homicídios.

O teste de associação entre homicídios e “percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000” e “percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000”, aproximaram-se de uma correlação negativa moderada, com os seguintes coeficientes (-0,251) e (-0,240), respectivamente. As duas variáveis estão relacionadas diretamente à condição domiciliar a que as pessoas estão submetidas. Domicílios sem água encana e banheiro, e, sobretudo, energia elétrica e geladeira, expressam a precariedade e vulnerabilidade social em que determinados contingentes populacionais se encontram. Com base nos dados, pode-se indicar de forma moderada que à medida em que aumenta a taxa de homicídios diminui o percentual de pessoas vivendo em domicílios com água encanada, banheiro, energia elétrica e geladeira.

A taxa de alfabetização e o índice de desenvolvimento humano também caminham em sentido oposto à taxa de homicídios. Com coeficientes de (-0,200), os dois indicadores diminuem à medida que aumenta a taxa de homicídios. Mesmo com tal nível de agregação (municípios), pode-se identificar uma tendência de que locais com alto IDH e altas taxas de alfabetização terão baixos índices de homicídios.

As variáveis que se seguem possuem coeficientes de correlação inferiores a 0,200 positivamente ou negativamente, o que demonstra uma baixa correlação positiva ou negativa. Valores tão baixos tornam inapropriado que se avalie as associações entre as variáveis. Entretanto, pode-se perceber que existe uma lógica entre os sentidos das correlações verificadas no modelo, se o que está em questão remete à abordagem teórica de que existe relação entre homicídios e desigualdade social. Por exemplo, renda *per capita* e esperança de vida ao nascer vão em sentidos opostos às taxas de homicídios, ou seja, aumenta a renda per capita e esperança de vida ao nascer, diminui a taxa de homicídios. Já quando se leva em conta o índice de gini, L de Theil e mortalidade infantil, variáveis que expressam tanto a concentração de renda quanto vulnerabilidade, os sentidos das variáveis seguem o mesmo da taxa de homicídios, ou seja, mortalidade infantil e concentração de renda acompanham os homicídios.

Como dito antes, o teste de correlação não é capaz de apresentar

relação de *causa-e-efeito* entre as variáveis analisadas. Porém, se forem considerados os estudos realizados até o momento, como a enorme participação de vítimas negras e de baixa escolaridade nas taxas de homicídios, somados às interpretações que apresentavam a associação entre homicídios e desigualdade social abordadas na parte teórica do trabalho, fica evidente uma aproximação da tese de que as pessoas inseridas em contextos de vulnerabilidade urbana e social têm maiores riscos de ser vítimas de homicídios.

## 6 HOMICÍDIOS E A MÍDIA

Muitos pesquisadores sociais vêm debatendo a importância e a influência da mídia em diversas esferas do mundo social. Na área de violência e segurança pública não é diferente. Autores como Nilo Batista (1994) preocuparam-se em elaborar análises relacionando mídia e violência, ora demonstrando a visibilidade pública que a temática recebe, ora apresentando quem são os sujeitos sociais envolvidos. A questão do sentimento de insegurança é um tema altamente instigante, que procura verificar, entre inúmeras abordagens, como o discurso midiático constrói uma preocupação “exagerada” ou “equivocada” sobre a violência. Pierre Bourdieu (1997), por exemplo, tratou de evidenciar - tendo a mídia como uma de suas perspectivas - a construção simbólica da violência.

Desta forma, busca-se neste trabalho, com base nas reportagens sobre homicídios publicadas no jornal impresso Diário Catarinense, montar uma base de dados capaz de apresentar informações que não seriam possíveis de resgatar nos bancos de dados oficiais de segurança pública de Santa Catarina. O objetivo do trabalho não é a realização de uma pesquisa que vise a análise do conteúdo das notícias, mas, sobretudo, elaborar análises mais completas sobre os municípios de Florianópolis e Joinville.

Contudo, para facilitar as análises, foram construídos dois bancos de dados, um deles com todas as notícias publicadas em 2008 sobre homicídios (somado a outros casos que foram relatados em outros anos), inclusive trazendo informações da Grande Florianópolis, muitas vezes relacionados com a Capital nas matérias que comentavam sobre os homicídios. O segundo banco de dados refere-se exclusivamente aos casos relatados em 2008 na cidade de Florianópolis e Joinville.

Na construção dos bancos de dados, foi possível resgatar as seguintes informações: “data da publicação da notícia”, “página do jornal”, “seção do jornal”, “jornalista que escreveu a notícia”, “título da notícia”, “nome da vítima”, “alunha da vítima”, “município que aconteceu o crime”, “delegacia de polícia”, “data de ocorrência do crime”, “ano do ocorrido”, “hora da ocorrência”, “turno em que aconteceu a ocorrência”, “local em que aconteceu o crime”, “bairro em que aconteceu o crime”, “logradouro de ocorrência”, “data em que aconteceu o óbito”, “hora do óbito”, “turno em que aconteceu o óbito”, “local em que aconteceu o óbito”, “município de residência da vítima”, “bairro de residência”, “logradouro de residência”, “instrumento

utilizado para o crime”, “idade da vítima”, “sexo da vítima”, “estado civil da vítima”, “profissão da vítima”, “escolaridade da vítima”, “etnia da vítima” e “naturalidade da vítima”. As variáveis: estado civil, escolaridade e etnia,<sup>31</sup> apresentaram muitas lacunas, pois o jornal nem sempre trazia estas informações, o que impossibilitou a análise desses dados. Entretanto, em relação ao instrumento utilizado, idade, sexo, profissão, endereço, horário do crime e local, foi possível organizar um material mais completo sobre esses homicídios.

Das 365 publicações analisadas em 2008 173 (47%) traziam notícias específicas sobre homicídios. Entre casos repetidos e novos, o jornal citou 320 nomes, sendo que alguns eram noticiados inúmeras vezes, seja pela sua visibilidade pública, seja pelo impacto e repercussão do caso.<sup>32</sup> Essa quantidade de notícias chama atenção para a visibilidade pública que estes crimes recebem e para o acompanhamento dado a certos casos em diferentes etapas do processo penal, como Tribunal do Júri por exemplo, já que muitos dos casos acabam sendo publicados em reportagens especiais, deixando o seu espaço característico da página policial.



**Gráfico 31** - Homicídios Publicados de acordo com a Seção do Jornal (2008)

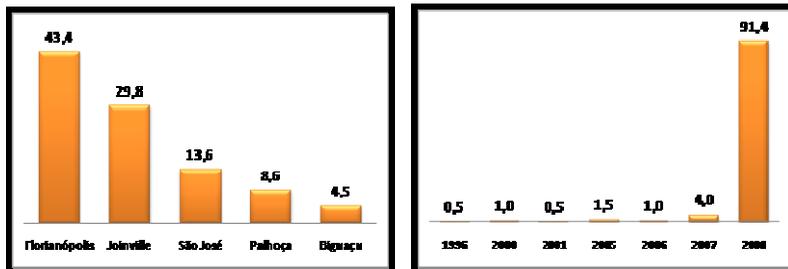
Fonte: Diário Catarinense / Sistematização das informações: Autor / Base: 181

<sup>31</sup> Era possível identificar a etnia quando havia uma foto da vítima.

<sup>32</sup> Na publicação de 02/07/08, o assassinato de Francisco Thomaz dos Santos, popularmente conhecido como “Seu Chico”, pessoa amplamente, querida e conhecida na cidade de Florianópolis, famoso por representar a figura do “manezinho” foi novamente noticiado. A notícia com o título “Acusado de matar Seu Chico vai a júri popular” trazia informações sobre os acontecimentos de 19/09/96, data em que ocorreu o assassinato, e do julgamento do acusado, que aconteceria somente no mês de julho de 2008, 12 anos após o ocorrido. O caso da dançarina de uma boate de Florianópolis, Elisângela Cordovil Coelho, morta em 24/03/08, seria retratado inúmeras vezes pelo jornal, ao todo 25 vezes.

Mesmo com a maioria dos homicídios sendo publicadas na seção de polícia (162 / 90%), 19 homicídios, em torno de 10% foram expostos em uma matéria especial com o seguinte título “Homicídios aumentaram 760% em 28 anos”. Nessa reportagem, o Diário Catarinense relatava a disparidade existente na capital de Santa Catarina, que figura entre as cidades mais belas do Brasil, conhecida nacionalmente por suas belas praias, e o aumento de 760% de suas taxas de homicídios. O jornal também realizava uma relação direta entre o crescimento da população, especificamente o alto número de migrantes do interior do estado que vieram se instalar em Florianópolis e a elevação do número de homicídios.

Nas publicações de 2008, contando os municípios de Florianópolis, Joinville, Palhoça, Biguaçu e São José, e os anos de 1996, 2000, 2001, 2005, 2006 e 2007, foram noticiados ao todo, 198 homicídios, sendo 86 (43,4%) em Florianópolis, 59 (28,8%) em Joinville, 27 (13,6%) em São José, 17 (8,6%) em Palhoça e 9 (4,5%) em Biguaçu. Também foram relatados 1 (0,5%) homicídio para o ano de 1996, 2 (1%) para o ano de 2000, 1 (0,5%) para 2001, 3 (1,5%) para 2005, 2 para 2006 (1%), 8 (4%) para 2007 e 181 (91,4%) para 2008.



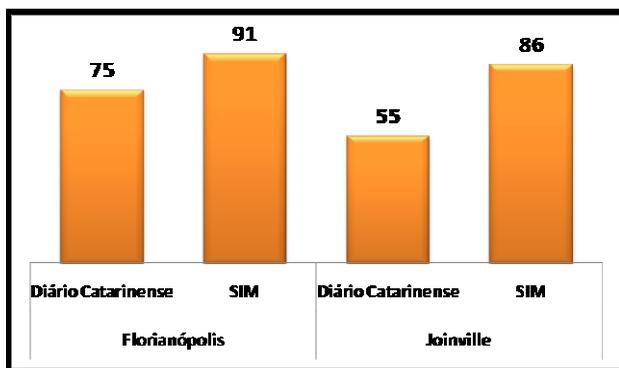
**Gráfico 32** - Percentual de Homicídios Publicados de Acordo com o Município e Ano de Ocorrência – Todos os Anos.

Fonte: Diário Catarinense / Sistematização das informações: Autor / Base: 198

Especificamente para o ano de 2008, foco desta parte do trabalho, o Diário Catarinense informou 181 homicídios. 75 (41,4%) em Florianópolis, 55 (30,4%) em Joinville, 26 (14,4%) em São José, 16 (8,8%) em Palhoça e 9 (5%) em Biguaçu. O número de homicídios registrados pelo Diário Catarinense no ano 2008 difere do número registrado pelo SIM. Enquanto, segundo dados do SIM, Florianópolis e Joinville registravam 91 e 86 homicídios, o Diário Catarinense informava 75 (diferença de 16 homicídios) e 55 (diferença de 31

homicídios) homicídios, respectivamente. Essa diferença entre Florianópolis e Joinville pode ainda revelar o maior enfoque destinado à Capital na cobertura dos homicídios. Mesmo assim, pode-se chamar atenção para as várias matérias do jornal que destacavam a preocupação da secretaria de segurança pública com o aumento da violência em Joinville.

Há uma considerável diferença, especialmente em relação ao município de Joinville. No entanto, esses foram os dados possíveis de resgatar, e, portanto, serão os dados utilizados.



**Gráfico 33** - Número de Homicídios Publicados de acordo com o Município e Ano de Ocorrência (2008)

Fonte: Diário Catarinense / Sistematização das informações: Autor / Base: 181

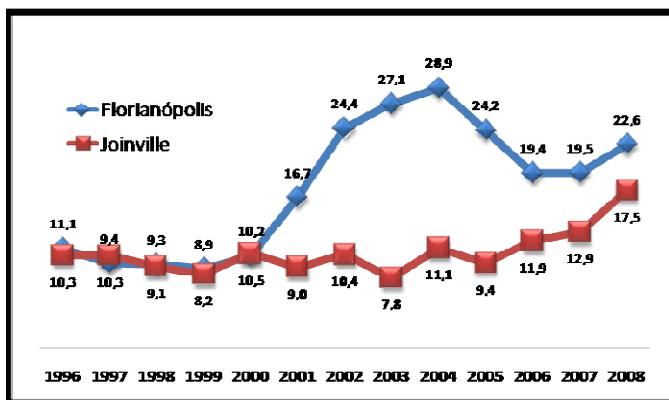
Raizer (2007), relatando a pesquisa realizada pelo BDV/MNDH/Nevi em notícias de jornais no período de 1994 a 2002, constata que muitas das notícias são bastante imprecisas, não contendo informações além de sexo, faixa etária e tipo de arma utilizada. Contudo, a autora demonstra que,

As notícias de homicídios nos jornais quase sempre se referem às vítimas, refletindo assim a desigualdades dos direitos sociais e civis através dos estereótipos e preconceitos característicos da nossa cultura autoritária. É de se estranhar a conotação pejorativa da notícia ao se referir à vítima como marginal. É igualmente preocupante, do ponto de vista ético e político, o número de presos ou detentos vítimas de policiaes. (RAIZER, 2007, p. 233).

Mesmo que não se realize uma análise de conteúdo das notícias publicadas, torna-se importante ressaltar que, da mesma forma que as estatísticas anteriores demonstravam a lógica operacional e o *modus operandi* de diferentes instituições políticas, as estatísticas resgatadas em jornais também não estão livres de inúmeros pré-conceitos.

## 6.1 Características das vítimas – fonte diário catarinense

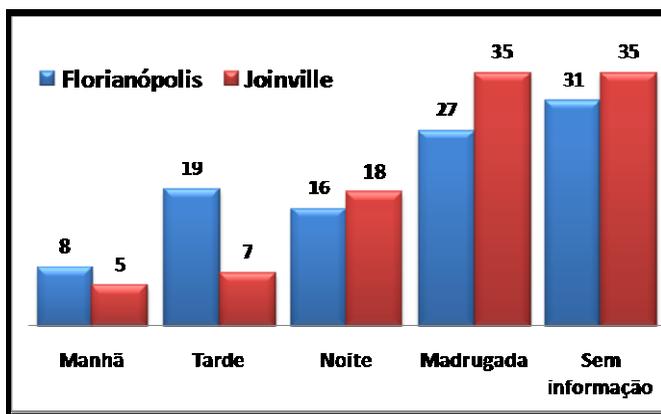
O histórico das taxas de homicídios em Florianópolis e Joinville denuncia o alto incremento de mortes por homicídios presenciado em Florianópolis a partir do ano de 2001. De 1996 a 2000, os dois municípios oscilaram similarmente com as mesmas taxas, Florianópolis com 11,1/100.000 mortes em 1996 passando para 10,2/100.000 mortes em 2000, e Joinville com 10,3/100.000 mortes em 1996 e continuando em 2000 com praticamente a mesma taxa anterior, 10,5/100.000. Porém, de 2001 a 2004, a capital do estado, manteve um acréscimo constante, chegando a alcançar a taxa de 28,9/100.000 em 2004. O município de Joinville, considerando o período entre 1996 a 2005, não apresentou oscilações consideráveis mantendo praticamente o mesmo patamar de mortes, porém, a partir de 2006, as taxas de homicídios no maior município de Santa Catarina ganharam incrementos bastante elevados, passando de 11,9/100.000 em 2006, para 17,5/100.000 em 2008, isto é, 86 homicídios registrados, maior número em toda a história de Joinville.



**Gráfico 34** - Taxa de Homicídios em Florianópolis e Joinville (1996 a 2008)

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) - Causas Externas.

Diante desses fatores, selecionam-se os dois municípios para a elaboração de mapas da violência que cruzem informações de homicídios, variáveis de renda e escolaridade. No entanto, antes disso, realiza-se uma breve análise comparativa entre Florianópolis e Joinville tendo em vista as informações coletadas no jornal impresso Diário Catarinense.



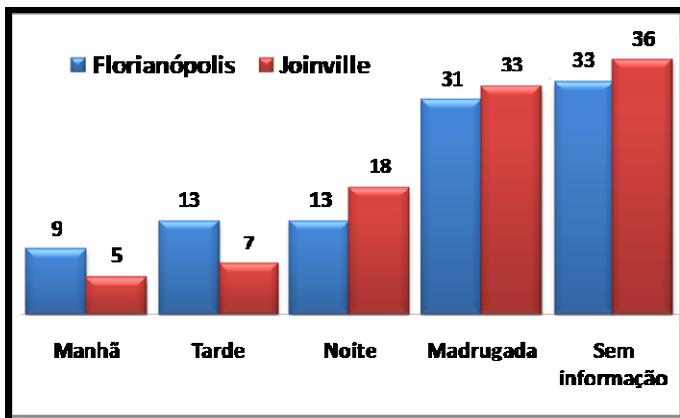
**Gráfico 35** - Percentual de Homicídios em Relação ao Período de Ocorrência – Florianópolis e Joinville (2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

A maioria dos crimes de homicídios retratados pelo DC ocorreu no período da madrugada, 27% em Florianópolis e 35% em Joinville, uma diferença de 8% entre os dois municípios. Joinville também obteve percentuais consideráveis a noite, 18%, enquanto, Florianópolis registrou 16% das mortes naquele horário. Surpreendentemente, na capital do estado, o período vespertino ultrapassou o período noturno em relação ao percentual de mortes, o que demonstra uma certa fragmentação entre os horários na cidade de Florianópolis. O percentual de notícias que não trouxeram essa informação também foi bastante alto, 35% em Joinville e 31% em Florianópolis.

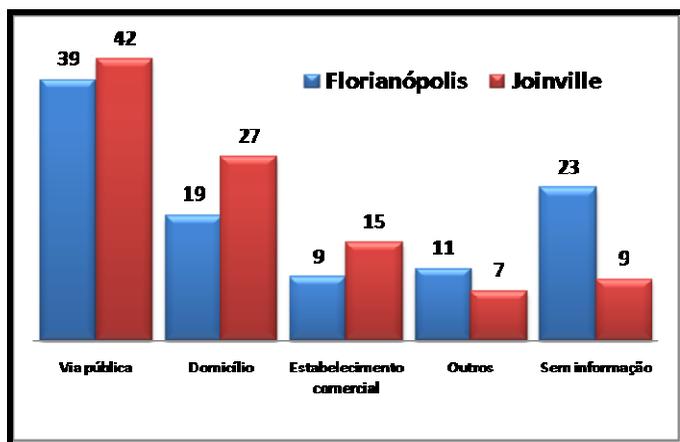
O local de ocorrência dos crimes diz respeito também ao grau de relacionamento entre vítima e acusado, pois o homicídio ocorrido em domicílio pode implicar em um maior vínculo entre ambos. Nos dois municípios, os homicídios concentram-se em vias públicas, 39% dos casos em Florianópolis e 42% em Joinville. No entanto, no município de Joinville há um alto percentual de mortes que ocorreram em domicílios, 27%, 8 pontos percentuais a mais que em Florianópolis. O percentual de

crimes que acontecem em estabelecimentos comerciais também é superior em Joinville, 15%. Florianópolis registrou um percentual de 9%. Chama atenção o alto percentual de notícias que não trouxeram esta informação na capital, 23%. Joinville (este era um tipo de informação privilegiada pelos jornalistas em Joinville) a perda foi menor, 9%.



**Gráfico 36** - Percentual de Homicídios em Relação ao Período do Óbito – Florianópolis e Joinville (2008)

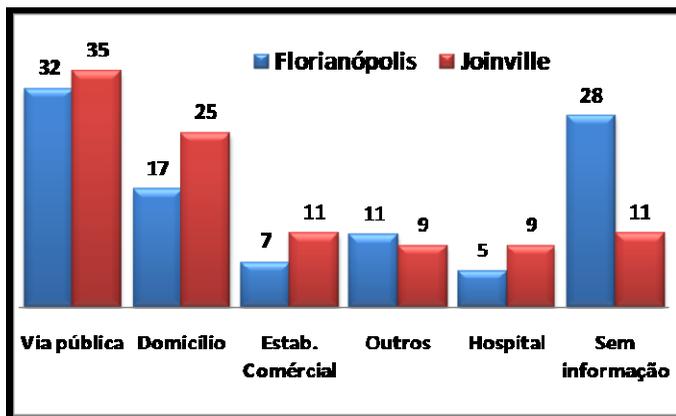
Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55



**Gráfico 37** - Percentual de Homicídios em Relação ao Local de Ocorrência – Florianópolis e Joinville (2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

Na categoria “outros” foram registrados locais diversos que não eram possíveis de encaixar nas três categorias acima, como: (Florianópolis) danceterias, empresa de materiais de construção, escritório, ferro-velho, lan-house, mercearia, plantação de eucaliptos, pousada, shopping, associação de moradores, (Joinville) danceterias, casa de baile, chácara, penitenciária, posto, salão de beleza e associação de moradores.



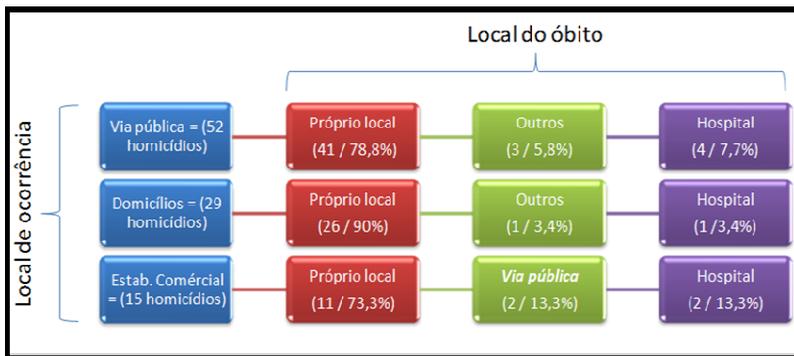
**Gráfico 38** - Percentual de Homicídios em Relação ao Local do Óbito – Florianópolis e Joinville (2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

O local de óbito das vítimas também não é o mesmo que o local de ocorrência dos crimes. Essa informação é importante pois revela o grau de letalidade do instrumento utilizado ou crimes com características de execução. Por exemplo, pode-se verificar que existem 5% de vítimas em Florianópolis e 9% de vítimas em Joinville que vieram a falecer em hospitais, isto é, distante do local de ocorrência dos crimes. Cruzando as duas variáveis, local de ocorrência e local de óbito, pode-se ter uma dimensão mais elaborada do peso desta diferença.

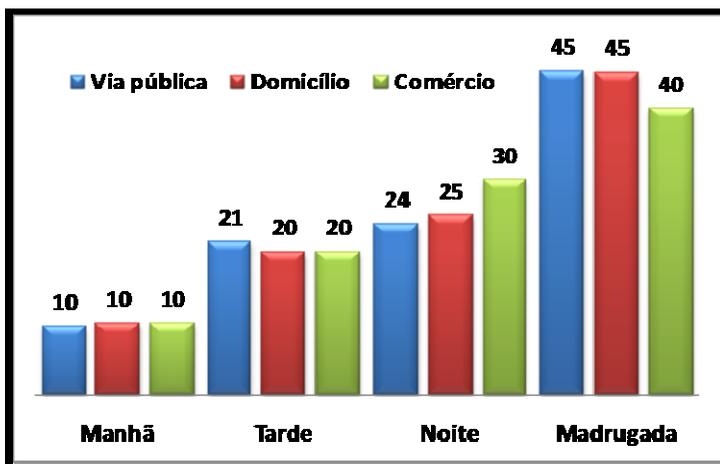
Por exemplo, de 51 homicídios que tiveram como local de ocorrência a via pública, 41 (78%) pessoas entraram em óbito no próprio local, 3 (5,8%) em outros locais, 4 (7,7%) em hospitais e 4 (7,7%) não foi possível obter a informação. Dos 29 homicídios que tiveram como local de ocorrência o domicílio da vítima, 26 vítimas (90%), grande parte, faleceram no próprio domicílio, enquanto 1 (3,3%) em outros locais, 1 (3,3%) no hospital e sobre 1 (3,3%) não foi possível obter a informação. 15 homicídios tiveram como local do óbito,

“estabelecimentos comerciais”, a maioria bares, 11(73,3%) morreram no mesmo local, 2 (13,3%) em via pública e 2 (13,3%) em hospitais.



**Gráfico 39 - Organograma do Local de Ocorrência do Crime X Local do óbito (2008)**

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis e Joinville = 130



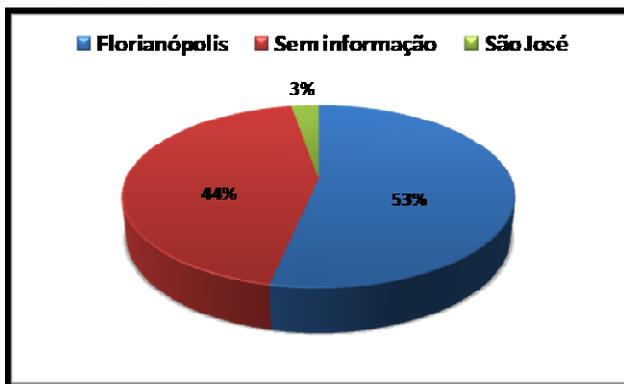
**Gráfico 40 - Período de Ocorrência do Crime X Local do Crime (%)**<sup>33</sup>

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis e Joinville = 130

Cruzando as variáveis “período de ocorrência do crime” e “local

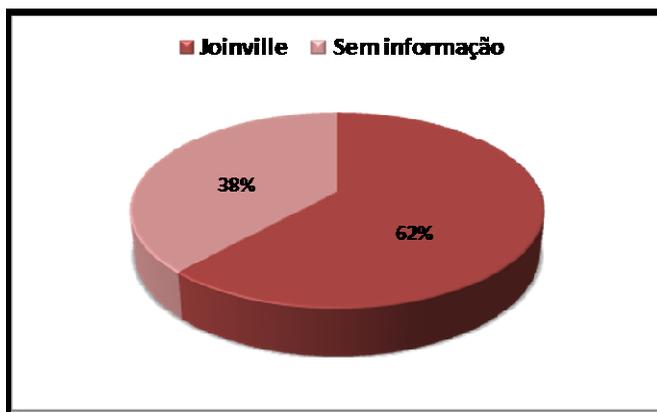
<sup>33</sup> O gráfico não somará 100% porque a categoria “outros” e “sem informação” foram retiradas do cruzamento no intuito de facilitar a visualização.

de ocorrência do crime”, fica claro que independente do local de ocorrência do crime, a maior exposição ao risco se dá no período da noite e da madrugada. No entanto, nota-se que o percentual de crimes que aconteceram no período da madrugada é maior nos homicídios ocorridos em “vias públicas” (45%) e “domicílio” (45%), 5% a mais do que nos estabelecimentos comerciais. Todavia, no período da noite, o percentual é maior nos crimes que foram realizados em estabelecimentos comerciais (30%). Este é o horário que muitos bares estão em funcionamento.



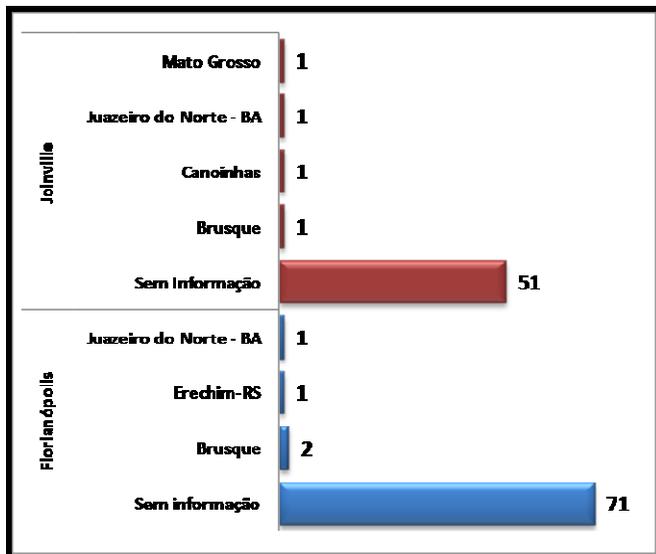
**Gráfico 41** - Percentual do Local de Residência das Vítimas (Florianópolis -2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75



**Gráfico 42** - Percentual do Local de Residência das Vítimas (Joinville -2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Joinville = 55



**Gráfico 43** - Número de Vítimas em Relação a Naturalidade  
(Florianópolis e Joinville -2008)

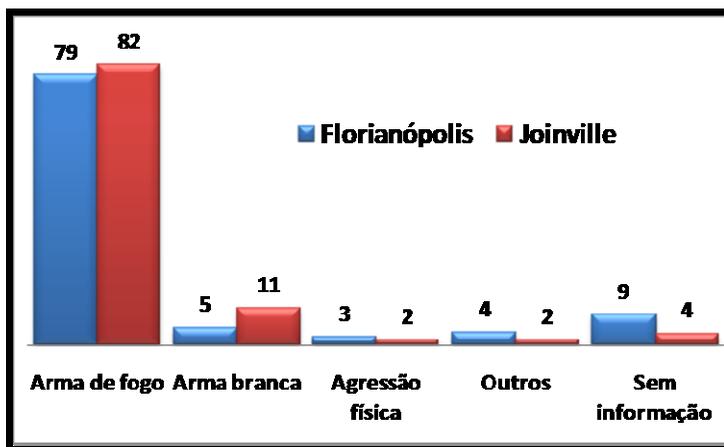
Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

Apesar de o foco do trabalho não ser uma análise do conteúdo das reportagens, diante das informações visualizadas nos gráficos anteriores, comenta-se brevemente a notícia já citada: “Homicídios aumentaram 760% em 28 anos”. Além de outras questões, nessa matéria o DC realiza uma relação direta entre o aumento das taxas de homicídios na capital de Florianópolis e o aumento da população de migrantes do interior do estado de Santa Catarina (essa relação perpassa outras edições do jornal).

Embora que haja um alto número de informações não disponibilizadas, é possível perceber que grande parte das vítimas de Florianópolis residia no município, o mesmo ocorrendo para Joinville. Em relação à naturalidade da vítima, o jornal apresentava poucas informações. Quando o fazia (poucos casos), sempre chamava atenção para as pessoas que não eram de Florianópolis e também de Joinville, o que de certa maneira cria uma falsa sensação de que as vítimas são criminosos, e que vítimas e criminosos são de fora dos municípios analisados, ou seja, o vilão é o “outro”, o “de fora”.

O próprio jornal não tem material empírico suficiente para realizar tal relação. O Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS - UFSC), analisando dados de processos no período de 2001 a 2004

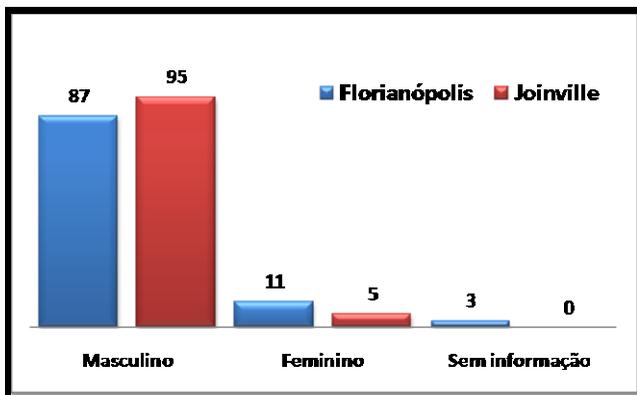
constatou que a maioria das vítimas de Florianópolis eram naturais do município. A publicação de matérias que contenham tais afirmações, entre outros resultados, produz opiniões equivocadas sobre a realidade do município. Além disso, são um poderoso combustível para a promoção de políticas repressivas e restritivas de direitos humanos, especialmente para a população de migrantes, que teve uma das maiores levas nos anos 70, período em que não se registrou aumento nas taxas de homicídios.



**Gráfico 44** - Percentual de Vítimas em Relação ao Instrumento Utilizado (Florianópolis e Joinville -2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

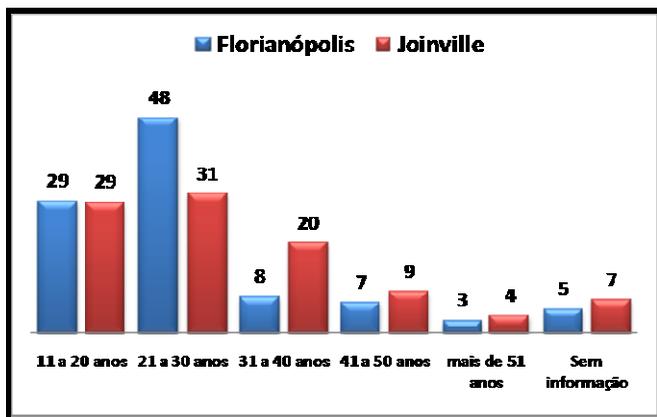
Da mesma forma que em todo o estado de Santa Catarina, os dois municípios apresentaram altos percentuais de crimes cometidos por arma de fogo, 79% em Florianópolis e 82% em Joinville. Em relação ao número de crimes utilizando arma branca, o percentual foi maior em Joinville, 11%, 6 pontos percentuais a mais que na capital do estado. Mais uma vez, tem-se o peso das armas de fogo nos crimes de homicídios. Das 75 mortes registradas pelo DC em Florianópolis, 59 foram por armas de fogo; em Joinville, das 55 mortes, 45 foram causadas por armas de fogo.



**Gráfico 45** - Percentual de Vítimas em Relação ao Sexo  
(Florianópolis e Joinville -2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

O sexo das vítimas também não apresenta diferenças em relação ao que foi constatado na análise das taxas em Santa Catarina. 87% em Florianópolis e 95% em Joinville eram do sexo masculino.

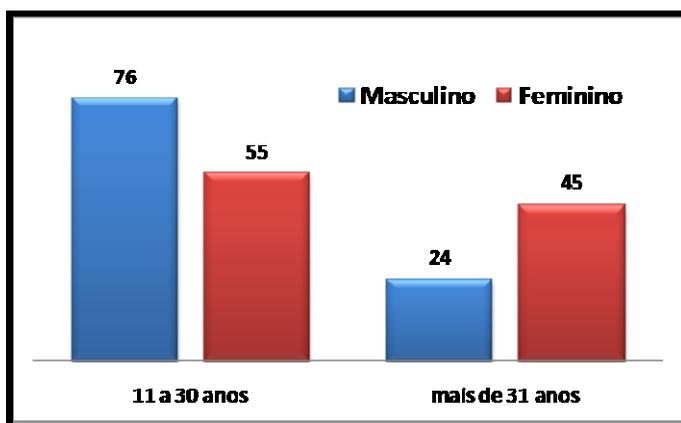


**Gráfico 46** - Percentual de Vítimas em Relação à Idade  
(Florianópolis e Joinville -2008)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

A idade também foi superior entre os jovens, principalmente na cidade de Florianópolis, que registrou 29% de vítimas com idade de 11 a

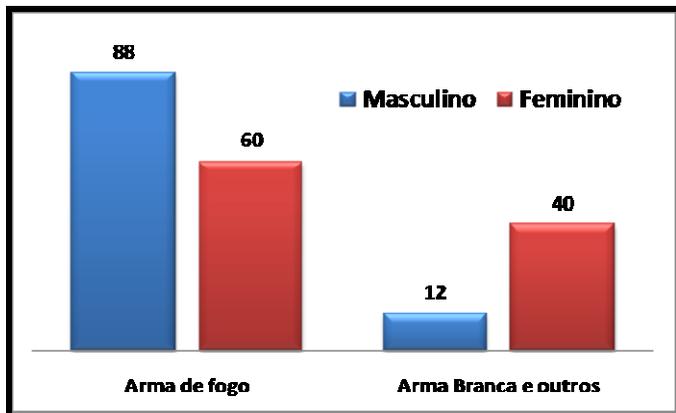
20 anos e 48% com idade de 21 a 30 anos. Em Joinville, o percentual foi maior entre os jovens, 29% de vítimas com idade de 11 a 20 anos e 31 com idade de 21 a 30 anos. Porém, se comparado a Florianópolis, o percentual de vítimas com idade entre 31 a 40 anos é bastante alto. Enquanto Florianópolis apresentou 15% de vítimas com idade entre 31 a 50 anos, Joinville registrou 29% de vítimas com essa idade. Isso é interessante pois Joinville vive atualmente um período de crescimento dos homicídios e disputa entre gangues, por exemplo.



**Gráfico 47 - Idade da Vítima X Sexo da Vítima**  
(Joinville e Florianópolis – 2008) (%)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

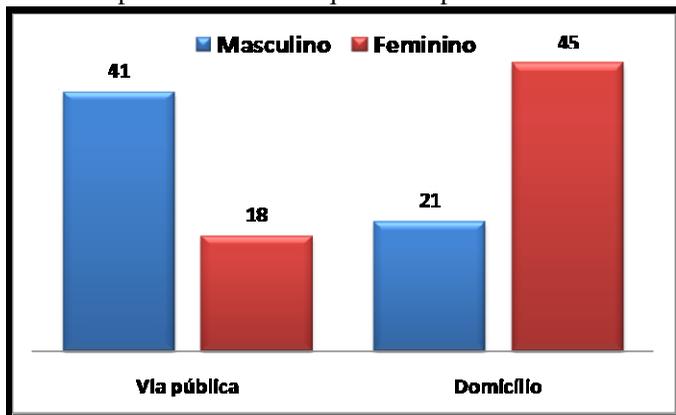
Considerando os dois municípios, Florianópolis e Joinville, 76% (84 casos) das vítimas do sexo masculino tinham menos de 30 anos, enquanto que 24% (26 casos) **tinham** mais de 31 anos. Tomando como base de análise as pessoas do sexo feminino, existe uma maior distribuição em relação à idade das vítimas. Por exemplo, 45% (6 casos) das vítimas do sexo feminino possuíam mais de 31 anos, e 55% (5 casos) idade inferior a 30 anos, em termos absolutos 1 vítima a menos. As mortes de homens e mulheres se distribuem de maneira diferente.



**Gráfico 48** - Instrumento Utilizado X Sexo da Vítima (Joinville e Florianópolis – 2008) (%)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

Isso fica claro cruzando o sexo das vítimas com o instrumento utilizado. No caso das pessoas do sexo masculino, 88% (97 casos) foi vítima de armas de fogo, e apenas 12% (13 casos) de armas brancas e outros. Entre as mulheres, essa diferença se reduz bastante, 60% (6 casos) foi vítima de armas de fogo, e 40% (4 casos) de armas brancas e outros. Apesar do baixo número de casos coletados entre as mulheres, o que pode inviabilizar algumas análises aqui realizadas, as constatações recebem um amparo tanto teórico quanto empírico.



**Gráfico 49** - Local de Ocorrência do Crime X Sexo da Vítima (Joinville e Florianópolis – 2008) (%)

Fonte: Diário Catarinense / Gráfico: Autor / Florianópolis = 75 e Joinville = 55

Sabe-se que boa parte de mortes de mulheres acontecem em suas residências, pois muitas vezes são agredidas pelos próprios cônjuges. Essas agressões podem durar uma vida inteira. Em muitos casos, essa violência não fatal resulta em ações extremas, como a morte da parceira, por isso a idade mais elevada. No caso de Florianópolis e Joinville, não é diferente. 41% (48 casos) das pessoas do sexo masculino foram vítimas em via pública, enquanto 21% (24 casos) no domicílio. Entre as mulheres, esse número se inverte completamente: 18% (2 casos) foram vítimas em via pública e 45% (5 casos) nos domicílios.

As diferenças de gênero também são bastante recorrentes, pois marcam de que forma meninos e meninas experimentam a vida socialmente. A busca pelo perigo, a aventura, a necessidade de ser reconhecido, permeiam as relações sociais desses jovens. Entretanto, esses fenômenos ocorrem de forma diferente para cada gênero. Zaluar (1999) chama atenção para o *ethos* guerreiro e para a arma como um símbolo de poder. A função exercida pelos meninos no “crime negócio”, em conjunto com o reconhecimento através de ações violentas e do porte de arma, insere uma nova lógica de sociabilidade entre esses jovens, que de certa maneira se expressam nas estatísticas.

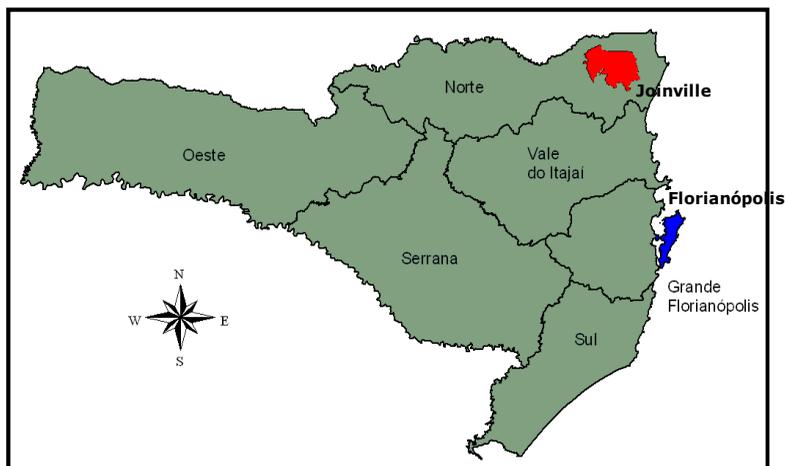
Para tanto, basta resgatar algumas notas das reportagens analisadas. Por exemplo, em Joinville, crimes de homicídios cometidos por policiais recebem grande visibilidade, sendo que a maioria das vítimas foram pessoas que já estavam presas. Na reportagem de 30 de julho de 2008, o DC relata o caso de Odair Rogério Oening, de 33 anos que, segundo o jornal, após ser levado a um pronto atendimento para tratar de alguns ferimentos, em uma “fuga ousada” acabou atirando 5 vezes contra o policial Sidnei Rodrigues de 44 anos. Odair Rogério Oening foi perseguido durante três horas por 100 policiais, foi cercado e executado com 30 tiros. Outras edições traziam notícias sobre o caso (31/07/08, 01/08/08, 03/01/08), que chamavam atenção para as falhas que aconteceram no transporte de Odair e os suspeitos envolvidos na fuga, além da qualidade do policial, evangélico e querido na comunidade. No entanto, o interessante é perceber que em nenhum momento a forma como os policiais agiram foi questionada, ou seja, como uma pessoa poderia ser cercada por 100 policiais e morta com mais de 30 tiros. Ações como essa, onde policiais militares julgam, legislam e executam acabam sendo cada vez mais legitimadas por grandes parcelas da população, mídia e poder público.

Em Florianópolis, por exemplo, muitos dos crimes o DC relaciona diretamente ao crescente aumento do tráfico de drogas, numa espécie de “auto-explicação” especialmente quando as vítimas

pertencem a regiões desprovidas de serviços básicos. A própria fala do Secretário de Segurança Pública nas reportagens analisadas chama atenção para essa associação. A questão remete a pontos mais complexos, pois não é só a população pobre que consome e trafica. As classes médias e as classes altas também fazem uso e traficam drogas altamente “sofisticadas”, e existe uma enorme rede relações por traz deste comércio. Porém, a exposição ao risco dessas classes é muito menor, diferentemente de outras classes mais pobres. Em resumo, o ponto não é só o tráfico de drogas, mas o quanto essas pessoas estão expostas ao risco, e de que forma os conflitos são resolvidos.

## 6.2 Florianópolis e Joinville em Foco – Mapas da Violência

Objetiva-se nesta parte do trabalho georreferenciar os crimes de homicídios por ocorrência nos municípios de Joinville e Florianópolis noticiados no ano de 2008 no jornal impresso Diário Catarinense. Além disso, pretende-se cruzar informações de renda e escolaridade aos crimes de homicídios georreferenciados e mapear quais são as regiões em relação à renda e escolaridade que possuem a maior incidência de crimes de homicídios.

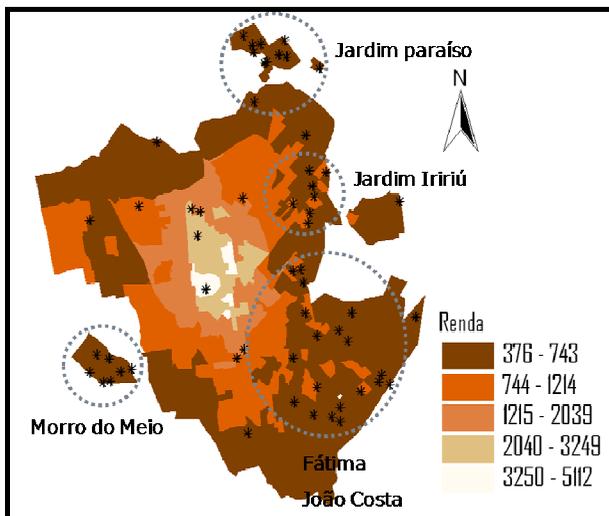


**Mapa 8** - Florianópolis e Joinville

Segue abaixo uma caracterização breve dos dois municípios:

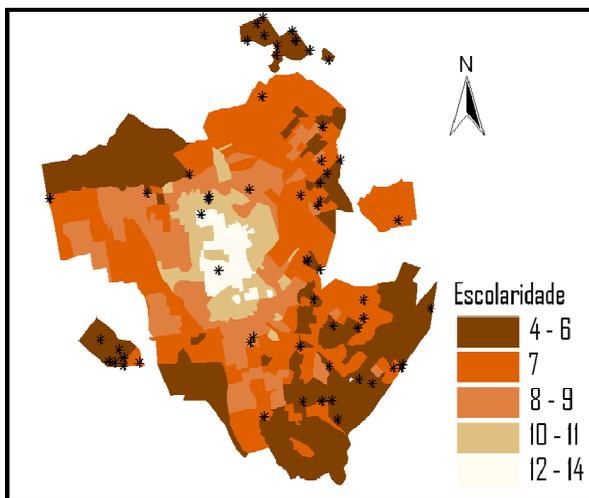
- Florianópolis
  - Área: 436,5 km<sup>2</sup>;
  - Densidade demográfica: 760,1 hab/ km<sup>2</sup>;
  - Microrregião: Florianópolis;
  - Mesorregião: Grande Florianópolis;
  - População 2000: 342.315;
  - Índice de gini 2000: 0,570;
  - IDH 2000: 0,875.
  
- Joinville
  - Área: 1.081 km<sup>2</sup>;
  - Densidade demográfica: 396,6 hab/ km<sup>2</sup>;
  - Microrregião: Joinville;
  - Mesorregião: Norte Catarinense;
  - População 2000: 429.604;
  - Índice de gini 2000: 0,540;
  - IDH 2000: 0,857.

Cada ponto que será visualizado nos mapas representa um homicídio, coletado nas informações disponíveis no Diário Catarinense. O mapa está dividido em setores censitários, menor unidade de observação utilizada pelo IBGE. Cada setor censitário corresponde a 230 domicílios em torno de 700 habitantes. Ao todo a base de setores censitários do IBGE possui 527 variáveis que trazem informações desde a característica dos domicílios até informações sobre renda, escolaridade, faixa etária, etc. As variáveis utilizadas para este trabalho correspondem a *“média do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes - 2000”* que é obtida pela divisão do *“total do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes”* com o número de *“pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior do que zero”* e a variável de escolaridade que é a *“variância do número de anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes - 2000”*.



**Mapa 9** - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Joinville.

Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção Mapa: Autor.

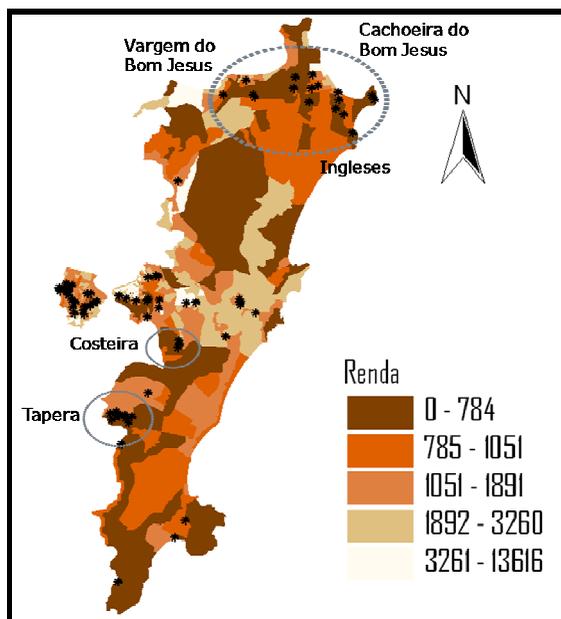


**Mapa 10** - Número de Homicídios e Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Joinville.

Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção Mapa: Autor.

Joinville apresenta características bem particulares. Por exemplo, de acordo com os mapas, as regiões mais periféricas do município são aquelas que possuem os piores indicadores (renda e escolaridade). Pode-se ver que existe uma demarcação muito evidente entre locais pobres e ricos; como dito antes, os pobres na periferia e os ricos no centro.

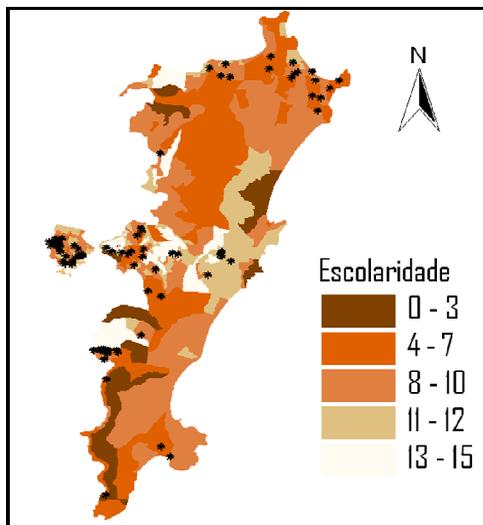
É possível identificar quatro locais de grande gravidade em Joinville, todos eles concentrados na periferia, com exceção de alguns homicídios que ocorreram na região central. O bairro Jardim Paraíso, situado na região norte de Joinville apresenta uma renda média domiciliar de 467 reais e escolaridade média domiciliar de apenas 5 anos de estudo. Nesse bairro concentra-se grande parte dos homicídios ocorridos em Joinville. Destaque também para os bairros Morro do Meio, Jardim Iririu, Paranaguamirin, Itinga e João Costa, com grande ocorrência de homicídios.



**Mapa 11** - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis.

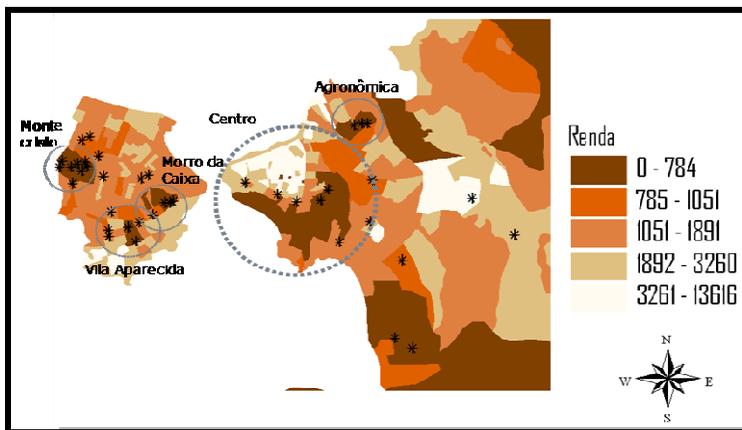
Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção

Mapa: Autor.



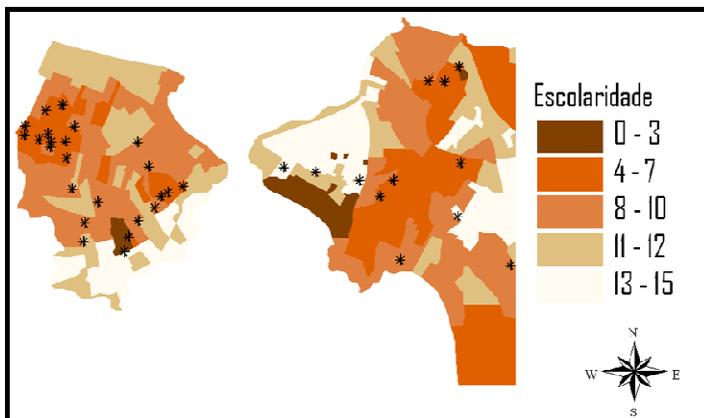
**Mapa 12** - Número de Homicídios e Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis.

Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção Mapa: Autor.



**Mapa 13** - Número de Homicídios e Média do Rendimento Nominal Mensal das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis (Continente e Centro).

Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção Mapa: Autor.



**Mapa 14** - Número de Homicídios Variância do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis por Domicílios em Florianópolis (Continente e Centro).

Fonte: Diário Catarinense – homicídios (2008) / IBGE – Setores Censitários (2000) / Produção Mapa: Autor.

Florianópolis já apresenta características diferentes de Joinville. As regiões mais pobres de Florianópolis estão diluídas por toda a cidade. Se tomado o bairro trindade por exemplo, será possível verificar que apenas uma rua separa locais de classe média e regiões bastante vulneráveis, como a Comunidade da Serrinha. Esse fato demonstra que a pobreza se distribui por vários pontos do município. Também fica claro que a maioria das ocorrências de homicídios aconteceu nesses locais com baixa renda e baixa escolaridade. No bairro do Centro, que possui as maiores médias de renda e escolaridade, muitos dos crimes de homicídios ocorreram nas regiões periféricas, isto é, nos morros que circundam a região central.

A diferença aparece de forma mais elucidativa no continente. As regiões Vila Aparecida e Morro da Caixa, caracterizadas por vários conflitos resultantes do tráfico de drogas, também apresentam muitas mortes, inclusive na região do Monte Cristo.

**Tabela 5** - Correlação entre a Renda Média Domiciliar, Escolaridade Média Domiciliar e Número de Homicídios, nos Bairros de Joinville e Florianópolis.

Municípios	Variáveis	Pearson Correlation	Sig. (2-tailed)	N
<b>Joinville</b>	Renda Média	-0,3	0,07	36
	Escolaridade Média	-0,4	0,03	36
<b>Florianópolis</b>	Renda Média	-0,2	0,26	55
	Escolaridade Média	-0,2	0,20	55

O estudo de correlação por bairros entre renda média domiciliar, escolaridade média domiciliar e número de homicídios ocorridos auxilia a identificar a gravidade do problema. Em Joinville, as correlações entre renda média, escolaridade média e homicídios apresentaram coeficientes associativos moderados de 0,3 e 0,4, respectivamente, mostrando que os locais com maior renda e escolaridade tendem a ter menos ocorrências de homicídios. De qualquer forma, ainda há o problema metodológico, já que o bairro acaba sendo uma unidade de análise muito abrangente, que agrega tanto setores censitários com renda e escolaridade alta, quantos setores com baixa escolaridade e renda. A distribuição da pobreza em Florianópolis é dispersa, ou seja, da janela ou de sacadas de apartamentos situados em regiões com alta renda e escolaridade é possível ver inúmeras "favelas" comprimidas nos morros da cidade. Bairros com riqueza e pobreza compartilham o mesmo espaço geográfico, por isso, a correlação por bairro não apresenta um valor mais consistente. O mapa por setor censitário mostra que nos locais com mais baixa renda e escolaridade estão concentrados as maiores ocorrências de homicídios. Por exemplo, há o caso do Morro da Caixa, do Monte Cristo e da Vila Aparecida, situados no Bairro Coqueiros, que têm renda média de 1,788 reais e escolaridade média de 10 anos de estudo, mas possuem uma alta precariedade urbana.

Portanto, o que se tem em vista nesta parte do trabalho não é apresentar uma correlação direta entre crime e pobreza, mas mostrar que a maioria das vítimas de homicídios está localizada em áreas com mais baixa infra-estrutura urbana. Essas vítimas são aquelas que menos têm acesso à justiça e que são estigmatizadas como criminosas. O que se objetivou aqui foi demonstrar que essas pessoas são as que mais estão

expostas ao risco, por isso, são os grupos mais vulneráveis aos crimes de homicídios.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na parte teórica e empírica da pesquisa, chamou-se a atenção para a necessidade dos estudos sobre homicídios tratarem em conjunto variáveis macrossociais e microssociais. A separação teórico-metodológica entre perspectivas macrossociais e microssociais, em certo momento, pode reduzir o fenômeno a uma dicotomização perigosa, pois não consegue dar conta de uma série de dimensões nas análises de homicídios. Por outro lado, esse tipo de separação se apresenta como um conceito operacional, pois auxilia no esclarecimento de algumas das principais teses e hipóteses desenvolvidas sobre homicídios durante boa parte da trajetória de pesquisas. Assim, por se tratar de uma pesquisa fortemente atrelada ao seu material empírico, a separação teórico-metodológica entre perspectivas macrossociais e microssociais mostrou-se mais adequada, especialmente no momento de evidenciar a importância de analisar variáveis mensuradas ao nível quantitativo.<sup>34</sup>

Tudo isso, antes de qualquer outra conclusão mais específica sobre homicídios, evidencia a necessidade de debater de forma aprofundada a questão metodológica. O nível de desagregação utilizado interfere diretamente na conclusão a que se chegará. Pesquisas que não busquem chegar ao nível mais próximo do indivíduo perdem-se numa armadilha que William S. Robson designou de “falácia ecológica”<sup>35</sup>. Infelizmente, muitos trabalhos não conseguem chegar a um nível metodológico satisfatório por conta do baixo acesso a informações, sejam elas qualitativas ou quantitativas.

Desse modo, o acesso a informações ainda se apresenta atualmente como a maior limitação para a realização de pesquisas enfocando estudos sobre violência e criminalidade. Em Florianópolis e Joinville, por exemplo, não foi possível resgatar as informações sobre homicídios nos órgãos oficiais, por estes não possuírem um banco de dados unificado e digitalizado sobre crimes.

Contudo, apesar de todas as dificuldades, foi possível elencar uma série de fatores que estão relacionados com as vítimas de homicídios. Muitos desses fatores foram extensivamente debatidos e

---

34 Outras referências teóricas ver Zaluar (1999), Misse (2006), Kant de Lima (2000), Adorno (1993).

35 O termo “falácia ecológica” incentivou intenso debate sobre metodologia de pesquisa quantitativa na metade do século XX. William Robson (1950) realizou inúmeras críticas a aqueles que trabalhos que utilizavam dados agregados e procuravam explicar o comportamento individual.

mapeados por inúmeros analistas sociais. Entretanto, em Santa Catarina poucos pesquisadores preocuparam-se com estas questões. Segue uma síntese das principais conclusões:

1. As variáveis juventude, sexo e etnia, são as que mais aparecem nos estudos sobre homicídios. Do mesmo modo que em muitos estados da federação, em Santa Catarina o maior número de mortes acontece no grupo de jovens de 20 a 29 anos, que nos últimos anos apresentou crescimento considerável na faixa etária dos 15 a 19 anos. Muito destes jovens são do sexo masculino, que representam uma alta fatia do número de mortes.
2. Além de grande parte das vítimas serem jovens do sexo masculino, a questão étnica aparece com bastante relevância, já que muitas das vítimas em Santa Catarina são negras. Até 2001, em todo o país, a taxa de homicídios dos homens de 20 a 24 anos era de 102,3 por 100.000 habitantes. Esse número dobrava para os jovens negros, chegando a uma taxa de 218,5 para cada 100.000, segundo o “Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005” “a maior parte dos jovens negros assassinados vivia em favelas, bairros periféricos, e subúrbios das grandes cidades”.
3. Também fica claro nos estudos que a taxas de homicídios crescem juntamente com o aumento do número crimes com arma de fogo. Mais uma vez, por mais falhas que as estatísticas apresentem, elas são capazes de evidenciar certas questões que, se fossem utilizadas pela sociedade civil de maneira mais sistemática, poderiam ser um importante formador de argumento. Veja como exemplo o caso do desastroso referendo sobre a legalização da comercialização do uso de armas de fogo. Num país onde a taxa de homicídios (que é bastante alta) acompanha diretamente o uso de armas de fogos, a comercialização de armas foi aceita e incentivada.
4. Nessa curva de crescimento das taxas de homicídios em Santa Catarina, acompanhada pelo crescente uso de armas de fogo e pela participação cada vez mais precoce de jovens do sexo masculino, a variável território ganha uma centralidade importante. Tendo em vista os estudos georreferenciados é possível acompanhar a dinâmica do crescimento dessas taxas, bem como as regiões mais vulneráveis e suas principais características, sociais e econômicas. No estado de Santa

Catarina é possível visualizar a migração de boa parte das taxas de homicídios para o litoral, regiões que vêm sofrendo um incremento na sua população urbana. Torna-se evidente que muitas das cidades com altas taxas de homicídios têm características bastante particulares, sendo a maioria delas, cidades com alto potencial turístico, cidades estratégicas cruzadas por rodovias estaduais e federais, com alto fluxo de pessoas.

5. Antes de acrescentar algo novo ao debate sobre criminalidade e violência, o principal objetivo deste trabalho foi de somar argumentos aos vários já existentes de que os crimes de homicídios são fenômenos sociais que vitimizam, sobretudo, uma população carente de serviços públicos e infra-estrutura básica.

Desse modo, poder-se-ia de forma preliminar pensar sobre uma série de estudos que vão além das análises realizadas neste trabalho:

1. As análises sobre a mídia dão margem a várias pesquisas, especificamente estudos sobre o retrato dos homicídios nesses veículos de informação. Seja na gestão da informação, no sentido de como desenvolver bancos de dados que possam facilitar os estudos dessas informações, seja nos níveis de análise, identificando os atributos dos indivíduos (foco desta pesquisa), a relação entre eles (análise de redes), ou ainda o conteúdo e os discursos presentes nessas notícias. São temas que podem ser bem mais explorados.
2. Desenvolver estudos com enfoque no georreferenciamento junto com a elaboração de mapas desagregados de vários municípios em período histórico amplo, apresenta-se como uma poderosa ferramenta de análise sociológica e também como um instrumento capaz de auxiliar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.
3. Explorar o debate metodológico entre estudos com amplitude macro e micro, e a elaboração de pesquisas que contextualizem seus objetos em contextos cada vez mais desagregados;
4. Aprimorar o debate sobre criminalidade e pobreza, de forma a ampliar a perspectiva sociológica entre vítima e criminoso. Do mesmo modo, que se utilize indicadores sociológicos cada vez mais elaborados.

Por fim, a exposição realizada até o momento deste trabalho de

quais são os maiores grupos de riscos, ou seja, aqueles que têm as maiores chances de ser vítimas de homicídios, deve-se ser tomada com cautela. Em muitos casos, por se tratar de vítimas que se encontram em condições de vulnerabilidade, no que diz respeito a sua trajetória social, trajetória individual e o contexto que estão inseridos, são estigmatizados como os grupos sociais mais violentos e os quais devem ser isolados do restante da sociedade. As pessoas residentes em locais de maior precariedade urbana, que comumente são as maiores vítimas deste tipo de criminalidade, acabam sendo visadas como os sujeitos mais violentos. Isso resulta em diversas ações, principalmente em políticas que vão de encontro às noções de cidadania e humanidade. Portanto, uma das intenções deste trabalho é chamar a atenção para essas pessoas que acabam sofrendo duplamente, isto é, em relação à crescente exposição ao risco, e na invisibilidade que acabam sendo submetidas. O que se tem em vista não é transferir às vítimas a responsabilidade de eventos que põe em evidência suas diversas vulnerabilidades, mas, sobretudo, chamar a atenção para a ineficiência da sociedade e dos mecanismos de segurança pública em atender de forma igual os diferentes atores do mundo social.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático**. BIB, São Paulo: Relume Dumará, n.º 35, 2.º. Semestre de 1993, pp. 3 – 24.

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n.º 8, jul/dez 2002, p. 84 – 135.

ADORNO, Sérgio. **Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa**. Estudos Históricos, n.º 18, Rio de Janeiro, 1996.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

BATISTA, Nilo. **Regras do Mercado da Informação sobre a Violência**. (In) Anais do Seminário Mídia e Violência Urbana, Rio de Janeiro, FAPERJ, 1994.

BEATO, Cláudio; MARINHO, Frederico. **Padrões regionais de homicídios no Brasil**. In: CRUZ, M e BATITUCCI, E. (org), Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: seguido de “a influência do jornalismo” e “os jogos olímpicos”**. Editora Jorge Zahar, 1997.

CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. **Homicídios no Rio de Janeiro: dados, políticas públicas e perspectivas**. In: CRUZ, M e BATITUCCI, E. (org), Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARDIA, Nancy, ADORNO, Sérgio, POLETO, Frederico. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo**. Estudos Avançados 17 (47), 2003.

CARDOSO, G, R; MATTOS MONTEIRO, F. **Sistema Prisional e Políticas Públicas: análise do sistema prisional brasileiro com base nos dados disponibilizados pelo Infopen nos anos de 2000 a 2007**. 5º Painel do GT: Crime, Violência e Punição. 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

CAROCOCHÉ, Ana. In: ZANOTELLI, Cláudio Luiz; RAIZER, Eugênia Célia; CASTRO, Mario de. **Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais 1994 – 2002**. Cidadã, v. 1, n. 1, p. 5, 2004.

CERQUEIRA, D; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233 – 270, 2004.

CERQUEIRA, Daniel. **Posições teóricas e metodológicas a propósito da violência e da criminalidade / Entendendo o crime, teorias em disputa ou mosaico de explicações complementares?** In: ZANOTELLI, C, RAIZER, E, VALADÃO, V. Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória: Grafita Gráfica e Editora: NEVI, 2007.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CRESPO, Márcio Ferreira. **O Índice de Desenvolvimento Humano e a taxa de homicídios em Florianópolis – SC (1980 e 2002)**. Mosaico Social – Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais / Universidade Federal de Santa Catarina. v. 2 n. 2; Florianópolis: Imprensa Universitária, 2004.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**: texto integral. São Paulo (SP): Martin Claret, 2003. 445p. (Coleção a obra-prima de cada autor) ISBN 8572325506.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula de. **Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia**. BIB, Rio de Janeiro, n.º 50, 2º. Semestre de 2000, pp. 45 – 123.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para às Ciências Humanas**. 9 edição, São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIMA, Renato Sérgio. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Tese de doutorado, USP, 2005.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO, Claudio. **Crimes, vítimas e policiais**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 233 - 248, maio de 1997.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios**. In: CRUZ, M e BATITUCCI, E. (org), Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; CARDIA, Nancy, SANTOS, Patrícia Carla dos. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**; Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo: NEV/USP, 2006.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; SANTOS, Patrícia Carla dos. **Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo**. Revista de Saúde Pública, 2005.

RAIZER, Eugênia Célia. **Homicídios no Espírito Santo: evidências empíricas**. In: CRUZ, M e BATITUCCI, E. (org), Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAIZER, Eugênia Célia. **Os dados e os indicadores de segurança pública, seus limites e suas potencialidades / Construindo dados e indicadores de segurança pública: navegar é preciso**. In: ZANOTELLI, C, RAIZER, E, VALADÃO, V. Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória: Grafita Gráfica e Editora: NEVI, 2007.

**Relatório Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**, Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008.

**Relatório Human Development Indices. A statistical update 2008**. Published United Nations Development Programme (UNDP).

RIFIOTIS, T e VENTURA, A. **Relatório Técnico**. Fluxo da Justiça Criminal em casos de homicídios dolosos (Região Metropolitana de

Florianópolis entre 2000 e 2003). (Equipe executora: Aírton Ruschel; Andresa Burigo Ventura; Emília Juliana Ferreira; Gabriela Ribeiro Cardoso; Rosa Maria Dorneles). Florianópolis, 2007. 42p.

ROBINSON, W. S., 1950. **Ecological correlations and the behavior of individuals**. *American Sociological Review*, 15: 351-357.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VARGAS, Joana. **Estupro: Que Justiça? Fluxo do Funcionamento e Análise do Tempo da Justiça Criminal para o Crime de Estupro**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2004.

WASELFISZ, Jacob. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008**. Rede de Informação Tecnológica Latino – Americana, RITLA/ Instituto Sangari / Ministério da Saúde / Ministério da Justiça, 2008.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. *Tempo social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo*, 9(1): 5 – 41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba. **Violência e Crime**. In: MICELLI, S (org.), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira*, vol. 1: Antropologia. São Paulo, Sumaré / Anpocs, 1999.